

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

**ESTUDO SOBRE A DEGRADAÇÃO DE UM PERÍMETRO
IRRIGADO NO NORDESTE DO BRASIL**

FLAUBERT FERNANDES TORQUATO LOPES

**CAMPINA GRANDE - PB
1998**

FLAUBERT FERNANDES TORQUATO LOPES

**ESTUDO SOBRE A DEGRADAÇÃO DE UM PERÍMETRO
IRRIGADO NO NORDESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do **Grau de Mestre.**

Orientador: Prof. Fernando Garcia de Oliveira

**CAMPINA GRANDE - PB
1998**



L864e Lopes, Flaubert Fernandes Torquato
 Estudo sobre a degradacao de um perimetro irrigado no
 Nordeste do Brasil / Flaubert Fernandes Torquato Lopes. -
 Campina Grande, 1998.
 168 f.

 Dissertaca (Mestrado em Economia) - Universidade Federal
 da Paraiba, Centro de Humanidades.

 1. Irrigacao Agricola - Aspectos Economicos 2. Perimetro
 Irrigado - Degradacao 3. Dissertacao - Economia I.
 Oliveira, Fernando Garcia de II. Universidade Federal da
 Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 631.67:33(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

TERMO DE APROVAÇÃO

A Dissertação Estudo sobre a degradação de um Perímetro Irrigado no Nordeste do Brasil, apresentada por Flaubert Fernandes Torquato Lopes foi **APROVADA** e aceita como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fernando Garcia de Oliveira

Mestre / Orientador

Prof. Aldenor Gomes da Silva

Doutor / Examinador

Prof. Robério Ferreira dos Santos

Doutor / Examinador

Campina Grande/PB, 14 de Abril de 1998.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, foram inúmeras as pessoas que, em diferentes momentos e de diversas formas, contribuíram para a efetivação deste trabalho.

Inicialmente extendo meus agradecimentos ao Prof. Fernando Garcia, pela disposição de assumir a orientação desta dissertação, apesar de seus inúmeros compromissos. Aos Profs. Aldenor Gomes da Silva e Robério Ferreira dos Santos pelo apoio incontestável recebido, pelos mesmos, na fase final de elaboração deste trabalho.

Aos demais professores do mestrado em Economia apresento, igualmente, meus agradecimentos pelos conhecimentos obtidos através das discussões realizadas em seus cursos. Aos funcionários do Mestrado agradeço, na Pessoa de Neuma, minha procuradora, por sua valiosa cortesia.

Agradeço ainda à colega Maura Cavalcante Moraes de Sá que teve a boa vontade de revisar a versão final do texto.

Aos colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, com os quais convivi, agradeço suas indispensáveis colaborações.

Por fim, agradeço a todos aqueles que ofereceram informações úteis para a confecção deste trabalho.

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, agradeço àqueles que, de algum modo, contribuíram para tornar realidade a elaboração deste trabalho. Aos meus colegas professores; aos meus inestimáveis alunos; aos atenciosos funcionários, a equipe da PROPEG, na pessoa de Almir Castro. Enfim, a todos estes, minha eterna gratidão.

À minha Companheira

Maria Eliete de Queiroz agradeço

À minha mãe Orlani Fernandes Lopes

(In memoriam)

Dedico este trabalho

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO.....	01
PRIMEIRO CAPÍTULO	
A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	10
1. O movimento do capital no campo.....	10
2. O caráter da pequena produção no meio rural brasileiro.....	15
3. As funções da pequena produção.....	22
4. A subordinação da pequena produção ao capital.....	30
SEGUNDO CAPÍTULO	
PERÍMETRO IRRIGADO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: REGIÃO NORDESTE, ESTADO E POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO.....	38
1. A modernização da agricultura brasileira.....	38
2. Estado e modernização da agricultura.....	42
3. As políticas governamentais e o Nordeste.....	47
4. A política de irrigação do Nordeste.....	52
5. Perímetros Irrigados: formas diferenciadas da modernização agrícola.....	58
TERCEIRO CAPÍTULO	
PAU DOS FERROS : A REGIÃO E O PERÍMETRO IRRIGADO.....	64
1. O município e região: área de influência do Perímetro.....	64
2. O Perímetro Irrigado.....	75
2.1. Breve histórico de ocupação.....	75
2.2. Descrição geral da área.....	79
2.3. Descrição geral do colono: estrutura familiar e relações de trabalho.....	83

QUARTO CAPÍTULO

TRAJETÓRIA E ESTRUTURA PRODUTIVA NO PERÍMETRO IRRIGADO.....89

1. Estrutura e organização produtiva no período 1980/1990 - um incipiente processo de capitalização / um modelo de gestão autoritário e paternalista.....90
2. Estrutura e organização produtiva no período pós-1990 - um processo de aviltamento / um modelo de gestão ineficiente e clientelista.....95
3. Os colonos em busca de uma identidade : uma categoria deteriorada.....100

QUINTO CAPÍTULO

FATORES DETERMINANTES DA DESESTABILIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA-ORGANIZACIONAL DO PERÍMETRO IRRIGADO DE PAU DOS FERROS.....106

1. Endividamento e descapitalização.....108
2. Uma estrutura produtiva e comercial inoperante: mecanismos de apropriação do sobre-trabalho.....113
3. O processo emancipatório e a organização dos colonos.....120
4. Questões técnicas e agrônômicas: dificuldades no uso do solo e da água.....131

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....135

ANEXOS.....140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....165

LISTA DE SIGLAS

ACOPAF	-	Associação dos Colonos de Pau dos Ferros
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil
CAIs	-	Complexos Agro-industriais
CODEVASF	-	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COHIDRO	-	Coordenadoria de Recursos Hídricos
COSERN	-	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
DNOCS	-	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FAO	-	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Nutrição
FNE	-	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GTDN	-	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAPP	-	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PROINE	-	Programa Nacional de Irrigação do Nordeste
SUDENE	-	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TJLP	-	Taxa de Juros a Longo Prazo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Pau dos Ferros/RN - Estabelecimentos segundo os grupos de área(ha.).....	61
Tabela 2. Pau dos Ferros/RN - Condição do Produtor.....	63
Tabela 3. Pau dos Ferros/RN - Utilização das Terras.....	63
Tabela 4. Pau dos Ferros/RN - Pessoal Ocupado no Campo.....	64
Tabela 5. Pau dos Ferros/RN - Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas.....	66
Tabela 6. Perímetro Irrigado - Local de Origem dos Colonos.....	78
Tabela 7. Perímetro Irrigado - Condição do Colono antes de se tornar Irrigante.....	79
Tabela 8. Perímetro Irrigado - Ano de Ingresso dos Colonos 81/97.....	79
Tabela 9. Perímetro Irrigado - Formas de Aquisição dos lotes.....	80
Tabela 10. Perímetro Irrigado - Idade dos Colonos.....	80
Tabela 11. Perímetro Irrigado - Evolução de Áreas Cultivadas e Produtividade 1986/1989.....	93
Tabela 12. Perímetro Irrigado - Área Cultivada e produção Física dos Principais Produtos agrícolas Cultivados no Último Período Agrícola	98
Tabela 13. Perímetro Irrigado - Produtos Cultivados e Destino da Produção.....	116.

RESUMO

Controvérsias, debates, polêmicas, são estas as tônicas do debate a cerca da Política de Irrigação no Nordeste do Brasil. Este trabalho tem por objetivo delinear a discussão sobre um perímetro irrigado localizado no semi-árido nordestino: o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, integrante de uma estratégia produtiva modernizante, apresentando a mesma uma elevação na composição orgânica de capital, através da introdução de técnicas modernas de produção. Tendo em vista suas particularidades e seu funcionamento tornou-se imprescindível desenvolver um estudo que viesse registrar a realidade existente nesta área. Sem dúvida, a partir da análise da trajetória e do comportamento produtivo-comercial-organizacional-técnico desta unidade de produção, chegou-se a conclusão que a mesma sofre de males profundos. Ocorre um distanciamento enorme entre o que foi programado e os seus resultados concretos. As causas que, de certa forma, podem explicar esta realidade estão conjugadas a uma série de fatores que representam um descontínuo entre o que foi planejado e a realidade atual. Fatores externos e internos à dinâmica do Perímetro podem ser agrupados como os responsáveis pelo que se chamou de 'degradação' desta localidade. O colono do perímetro Irrigado de Pau dos Ferros é aquele produtor que, embora teoricamente pudesse ser tecnificado, apresentando uma capacidade produtiva suficiente para a reprodução da família, não permitiu, na realidade, gerar uma acumulação de capital suficiente para provocar mudanças significativas no seu processo produtivo, capaz de reproduzi-lo de forma ampliada. Apresenta uma característica de um produtor de subsistência, traduzido pela baixa produção, produtividade e endividamento, continuando em pleno processo de decadência econômica e social.

INTRODUÇÃO

A complexa controvérsia sobre os efeitos econômicos e sociais das medidas implantadas pelo Estado brasileiro na região Nordeste, através dos inúmeros programas regionais especiais, dentre estes a política de irrigação via perímetros irrigados, repousa sobre um terreno de difícil conciliação.

A irrigação pública no Brasil tem sido objeto de muitas controvérsias. Há vários anos vem sendo analisada tanto no meio acadêmico quanto por órgãos do governo. Alguns a defendem fervorosamente, nela vendo a única solução para a agricultura nordestina. Outros a criticam com base na observação empírica de que, do ponto de vista econômico, a irrigação pública está longe de ser uma experiência bem sucedida. (PAIVA, 1987:15)

Como afirma Paiva, existem muitas discordâncias sobre os efeitos da irrigação, principalmente, no setor público, onde os órgãos ligados à problemática divergem, tanto entre si, quanto internamente a cada um deles.

Diante disso, a importância da análise da trajetória institucional da irrigação reside no fato de podermos perceber, através dela, quais os interesses e os conflitos que ocorrem tanto em nível macro, ou seja, do Estado como um todo, quanto em nível micro, onde suas instituições muitas vezes passam a agir com um grau de autonomia tão elevado que chega às vezes a se configurar “um Estado dentro do próprio Estado”.

É evidente que o campo de pesquisa é bastante rico e amplo, devido a problemática da irrigação ser um assunto que merece ser discutido periodicamente. Diversos

trabalhos¹ se propuseram enfrentar esse debate complexo sobre a irrigação no Nordeste brasileiro, seja ela pública ou privada, traduzindo, assim, as especificidades de cada situação, sem, contudo, abrir mão de uma análise mais geral do problema.

Ao nível dos Perímetros Irrigados, é importante tornar explícito que os resultados, expressivos ou não, provenientes dos projetos de irrigação implantados, estão conjugados a uma série de fatores que merecem ser incessantemente pesquisados e examinados. Neste sentido, concordamos com aqueles que defendem que a discussão em torno da questão da política de irrigação não está encerrada.

Assim pensando, o desenvolvimento deste projeto se justifica, na medida em que o assunto se encontra em aberto a estudos e análises e, acima de tudo, pela sua relevância acadêmico-científica. Levantar novos dados e informações a respeito da política de irrigação no Nordeste, via um estudo de caso (Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros), principalmente em se tratando de suas especificidades, seus resultados, as condições de seus beneficiários, o papel do Estado, instigou-nos a desenvolver esta pesquisa, por entendermos ser tarefa permanente da ciência a busca de novos conhecimentos.

Considerando ser o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros parte integrante de uma estratégia produtiva modernizante, ou seja, de constituição de uma pequena produção modernizada, haveremos de analisar, no âmbito desta unidade produtiva, o seu caráter de funcionamento, a sua especificidade enquanto uma modalidade de pequena produção, a sua dinâmica de (Re)produção, a trajetória dos colonos, etc.

Pretendemos, pois, mencionar, neste trabalho, pontos relevantes para que, a partir destes, tenhamos possibilidade de conhecer melhor o fator principal que nos dispusemos a analisar, qual seja, a trajetória (aburguesamento, empobrecimento ou

¹ Veja os trabalhos de Carvalho(1988), Bursztyn(1984), Almeida Jr.(1986), Aued (1980), Graziano da Silva (Org.) (1989), Guedes Pinto (Org.) (1989), Vilela (1991), Evangelista (1994), entre outros.

proletarização) dos colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros.

O objetivo central deste trabalho será, portanto, o de identificar, tipificar e caracterizar os colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, como também o sistema produtivo praticado pelos mesmos. Com isto será possível alcançarmos o ponto básico de nossa análise que repousa na imperiosa identificação de quais trajetórias e cenários apresentam-se, no futuro, para estes colonos: crescimento-aburguesamento/ empobrecimento-decadência; não afastando, contudo, a possibilidade de proletarização dos mesmos, após uma situação não muito remota de privatização do Perímetro, tornando-os, pois, vendedores de sua força-de-trabalho; ocasionando um processo de transformação já conhecido pelos teóricos e estudiosos do desenvolvimento capitalista: a expropriação de seus meios de produção.

Para que tal objetivo seja alcançado, procuraremos, especificamente, obter um quadro da situação comportamental destes pequenos produtores, no que diz respeito a sua lógica produtiva, sistema de cultivo, trajetória de acumulação de capital, grau de capitalização, comercialização, relações de trabalho, entre outras variantes, localizando, nesta estrutura, a participação dos pequenos agricultores como beneficiários das políticas governamentais. Nesta linha de investigação, chegaremos ao nosso principal objetivo, qual seja, discutir a trajetória destes colonos, considerando que os mesmos foram atingidos pelo processo de modernização da agricultura, pelo fato da elevação da composição orgânica do capital, das transformações técnicas de produção, incorporando teoricamente a figura de um novo camponês.

Um dos argumentos a ser trabalhado assemelha-se à análise feita por GRAZIANO DA SILVA (1989), ao afirmar que "a política de irrigação - por si mesma - não teve um impacto desestruturador sobre as relações de dominação previamente existentes no Semi-árido nordestino, como o velho capital comercial. E mais, tais ações

modernizastes não são capazes, por si só, de impor um sistema de agricultura mecanizada com base no trabalho assalariado”.

Colocamo-nos, pois, na perspectiva de que, no caso pesquisado, esta pequena produção irrigada, constituída sob forte aparato estatal, encontra-se longe de alcançar o que anteriormente foi programado para o mesmo, havendo, assim, um descompasso imenso entre o planejado e os seus resultados efetivos.

Assim sendo, a implantação de “técnicas modernas de produção”, via implantação do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, não foi suficiente para desenvolver, nem tampouco transformar as relações sociais de produção no âmbito desta unidade produtiva.

A escolha do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros para ser palco da presente análise foi feita a partir de algumas considerações que achamos pertinentes, considerando as circunstâncias específicas e localizadas desta área em relação a outros projetos públicos de irrigação.

É oportuno salientar que o estudo específico de um perímetro irrigado não pode ser considerado representativo para o conjunto da discussão sobre a tentativa de modernização da pequena produção nordestina, via política de irrigação. Pode até acontecer que, em alguns aspectos, constituam-se particularidades comuns a todos os perímetros. Porém, no geral, podemos descrever situações bastante diferenciadas quanto ao comportamento sócio-econômico, técnico e organizacional destas pequenas unidades produtivas espalhadas por todo o Nordeste.

A necessidade imperiosa de que sejam efetuados estudos de casos se situa exatamente na possibilidade de que estes nos oferecem a oportunidade de percebermos como as determinações de tipo universais tomam forma específica e particulares, e de retomarmos o processo mais amplo, tratando-se no caso que emana da forma de expansão da agricultura

irrigada na região Nordeste.

O interesse em conhecer estes pequenos produtores está em que, do ponto de vista teórico, tratar-se-ia para a região, não só de uma classe social emergente, mas, sobretudo, da posição expressiva que eles desfrutam no conjunto da realidade agrícola local e regional.

Quem são esses pequenos produtores “modernizados” do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros? Que relações mantêm com o Estado e as demais frações do capital? Qual a especificidade das relações sociais encontradas neste Perímetro Irrigado? Que julgamento os irrigantes fazem a respeito do processo de emancipação do Perímetro?

Frisamos, novamente, que as respostas para tais indagações são peculiaridades do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros e que não permitem que este caso isolado possa ser considerado representativo dos diferentes segmentos que compõem a estrutura irrigada do Nordeste. No entanto, certamente iremos observar alguns detalhes que não necessariamente serão características inerentes apenas a este Perímetro.

A nível da constituição física desta pesquisa, inicialmente nos propusemos, no primeiro capítulo, elaborar uma discussão teórica a respeito do movimento do capital no campo brasileiro, incluindo aí o debate acerca da perseverança e recriação de relações de produção não tipicamente capitalistas, argumentando, contudo, que estas são produtos do próprio desenvolvimento do capital, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento.

No mesmo capítulo abordamos o tema da pequena produção, entendendo ser o nosso objeto de estudo um perímetro irrigado, uma forma de pequena produção, com sua especificidade e diferenciação, com um caráter e dinâmica de funcionamento próprios de uma pequena unidade produtiva, esta, porém, do ponto de vista teórico, possível de ser tecnificada e modernizada. O objetivo principal será ordenar algumas contribuições recentes

dedicadas a apresentar justificativas para a recriação e diferenciação/heterogeneidade da estrutura sócio-econômica baseada na pequena produção. Para tanto foi preciso examinar a questão da persistência e reformulação da pequena produção, a partir da sua inserção e subordinação na dinâmica do capital, como também o debate acerca da sua funcionalidade e importância para o desenvolvimento capitalista.

No segundo capítulo, examinamos, a princípio, a estratégia de modernização da agricultura brasileira e sua relação com a política de irrigação. Neste caso, trata-se de uma análise cujo objetivo é conhecer as peculiaridades desta modernização como suporte para a posterior expansão da agricultura irrigada no âmbito da região Nordeste. Julgamos necessário fornecer uma descrição da política do Estado para a modernização do setor agrícola, principalmente quanto à irrigação pública no Nordeste brasileiro. Acrescentamos, ainda, a este segundo capítulo, uma descrição, ainda que sucinta, de perímetro irrigado, sua conceituação e formas diferenciadas quanto ao seu funcionamento.

No terceiro capítulo, propusemo-nos a descrever e analisar a região onde está localizado o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, além, evidentemente, de incorporar, nesta análise, detalhes a respeito da área de estudo que achamos por demais importantes, principalmente a respeito de algumas características (perfil) do grupo social em estudo: os colonos da irrigação.

O "corpo do trabalho", propriamente dito, está segmentado no quarto e quinto capítulos. No quarto capítulo tentamos, em princípio, apresentar a trajetória produtiva do Perímetro Irrigado, a partir de sua implantação em 1981 até o final da década de oitenta; posteriormente constituímos esta trajetória do início dos anos noventa ao período de término de nosso trabalho. Só assim foi possível identificarmos alterações profundas no comportamento produtivo-técnico-organizacional desta localidade e seus impactos quanto à tendência de transfiguração desta categoria de colonos: de um incipiente processo de

capitalização a um processo de aviltamento.

No quinto capítulo, apontamos alguns fatores que, para nós, foram determinantes para a desestabilização do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. Preocupamo-nos, neste caso, em identificar tal decadência, a partir da análise da inserção desta unidade produtiva na dinâmica do capital, em decorrência da forma subordinada como a mesma se insere no processo produtivo.

Temos como objetivo principal, dessa etapa do trabalho, procurar captar os principais aspectos reativos à trajetória desta unidade produtiva, de tipo modernizada, como também os elementos essenciais que, em maior ou menor grau, determinaram a desintegração do Perímetro Irrigado.

Fomos buscar em WANDERLEY (1977) a análise que nos remete a comparar tal decadência à forma geral que assumem as relações de submissão dos pequenos produtores ao capital. Assim frisa a autora:

Grande parte dos produtores não consegue manter-se e é obrigado a abandonar a atividade agrícola. A expropriação e o êxodo rural decorrente realizam a proletarização da força de trabalho do camponês, que é assim diretamente submetido ao capital. Outros, diante da impossibilidade de manter seu nível de subsistência são levados a completar sua remuneração com atividade fora da unidade de produção familiar, como assalariados na agricultura ou na indústria. Finalmente, uma terceira forma se manifesta através da articulação da produção camponesa com a demanda de matéria-prima pelas indústrias e firmas comerciais, expressa nos contratos de produção ou, como também são chamados, nos mecanismos de integração vertical.

Evidentemente, fatores outros vieram contribuir para tal desagregação. Elencamos, assim, algumas informações quanto ao endividamento dos colonos que vem a ser um componente importante em sua incapacidade de capitalizar-se enquanto um produtor moderno. O processo emancipatório constituiu-se, sem dúvida, num componente essencial para esta ruptura, considerando que, para tal processo, não foram estabelecidos os parâmetros essenciais para a consolidação do mesmo, como, por exemplo, o cumprimento das metas que foram estabelecidas, quando da assinatura do convênio de emancipação.

Por fim, achamos por demais importante, porém não determinante, incorporar, em nossa análise, aspectos de ordem técnica e agrônômica, principalmente quanto ao uso do solo e da água, pois entendemos que são requisitos imprescindíveis para o eficiente e proveitoso emprego da prática de irrigação.

É evidente que existe uma certa complementaridade entre estes diversos fatores, contribuindo todos para o processo de entendimento do porquê da ineficácia desta unidade produtiva. Todavia, a nossa compreensão repousa no fato de que tal categoria se constitui em parte do capital e, por isso, é criação e recriação do próprio capital, estando a ele subordinado e relacionando-se com o mesmo de forma contraditória; porém, uma categoria sujeita às determinações e imperfeições do jogo desigual do desenvolvimento capitalista, ou seja, uma categoria dominada pelo capital e por ele determinada, mesmo apresentando uma forma própria de funcionamento.

Para alcançarmos os objetivos definidos neste trabalho foi preciso procedermos a sua elaboração, metodologicamente, de duas formas: um nível teórico e outro empírico, que se interpenetraram e se complementaram.

Um levantamento bibliográfico preliminar, para uma visualização geral da problemática, foi levantada. Para tanto, lançamos mãos de inúmeras obras que, para nós, representam uma síntese de nossa compreensão sobre o assunto, principalmente quanto ao

referencial teórico referente à temática determinada no corpo do trabalho.

O estudo feito, na segunda parte do trabalho, baseia-se em duas fontes: em primeiro lugar, em um conjunto de observações diretas obtidas, quando de inúmeras visitas à localidade, adicionando a isso informações colhidas junto aos colonos, líderes sindicais, técnicos agrícolas locais, agentes oficiais, entre outros; e, em segundo lugar, em dados e fontes de monografias disponíveis no acervo da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

PRIMEIRO CAPÍTULO

PEQUENA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO MEIO RURAL BRASILEIRO

1 MOVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO

O capitalismo como sistema econômico desponta no curso do sistema feudal. Sua essência centra-se na dissolução entre capital e trabalho. Todavia, historicamente denota-se um assincronismo a nível das relações sociais, pois, paralelamente ao trabalho assalariado hegemônico, perduram formações econômicas e sociais com relações distintas do assalariamento. Vemos, então, que o capital, além do assalariamento, quando é oportuno, faz uso de outros tipos de relações na busca da extração do sobre-trabalho.

No caso brasileiro, quando analisamos o desenvolvimento do capitalismo e suas manifestações no campo, chegamos à conclusão de que o mesmo se processa de forma complexa; o que vem indicar, certamente, a diversidade desse desenvolvimento.

Segundo MALAGODI(1993:369), a agricultura brasileira

Apresenta-se como um impressionante mosaico de sistemas agrários diferentes e combinados. As formas sociais apresentam-se

como um continuum de relações de trabalho, que vão desde o camponês proprietário autônomo até os empreendimentos comerciais que funcionam à base de diaristas temporários, passando por ampla gama de formas de subordinação do trabalho.

É por isso que vamos encontrar, no meio rural brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, seja permanente ou temporária, a presença de combinações outras de relações de trabalho, como por exemplo, a parceria, o arrendamento, a moradia, o bóia-fria, o trabalho familiar, etc.,²

Formas diversas de parceria, tipos diversos de moradia, trabalhadores assalariados permanentes, com direito a uma pequena área de lavoura e eventualmente algum tipo de criação é um padrão consagrado no Brasil agrário. (MALAGODI, 1993:369)

É importante acrescentar que estas diversas relações existentes, algumas ditas não especificamente capitalistas, não devem ser entendidas como a presença de resquícios de um passado pré-capitalista ou como uma má-formação congênita do capitalismo em algumas regiões do país. Elas devem ser entendidas, sim, como algo intrínseco ao desenvolvimento desse sistema.

Para MALAGODI(1993:372), do ponto de vista da sua distribuição espacial e cultural, essa coexistência de sistemas produtivos diversificados podem ser agrupados da seguinte forma:

O assalariamento só predomina em algumas áreas de intensa capitalização(em geral, áreas onde se pode presumir a existência

² Veja, especificamente, sobre a parceria na irrigação, o trabalho de SILVA (1992).

da renda diferencial); enquanto que a agricultura propriamente camponesa, a agricultura familiar dos colonos, só mantém expressividade econômica, política e cultural própria em algumas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas outras regiões do país, particularmente no Nordeste e nas regiões de fronteira, a agricultura camponesa, familiar ou autônoma, como se queira, convive com um ambiente hostil da grande e média propriedade, e de segmentos periféricos do capital agrário e comercial, principalmente, que a impede, inclusive de apresentar-se no cenário nacional, como aquilo que é: uma das mais importantes fontes da cultura nacional (cultura agrária, mas também artística, musical, etc.).

É oportuno registrar que este caráter do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, suas especificidades e seus contrastes, constituem parte das relações capitalistas de troca, apresentando, pois, o capitalismo como sua forma hegemônica e dominante.

É necessário deixar claro que as contradições que marcam a expansão capitalista na agricultura brasileira são hoje essencialmente contradições do capital engendradas no processo de subordinação do trabalho. As chamadas relações não-capitalistas, tais como entendemos ao falar de trabalhador camponês, de produção familiar, etc., devem ser vistas como manifestações concretas e singulares da relação capitalista dominante, nas quais estão presentes o exército de reserva da força de trabalho, temporária ou permanentemente prescindido pelo capital, e formas familiares de controle do processo de trabalho, quando o capital (em sua versão de pequeno capital) não pode ainda instaurar outras mais avançadas.

Neste sentido, o modo de produção que domina a formação social brasileira, incluindo as suas diversificadas no campo, que a caracteriza historicamente, é o modo de

produção capitalista. Como já adiantou WANDERLEY(1977:08),

As formas e as relações de produção existentes na agricultura foram e são criadas e reproduzidas, nos diversos momentos na evolução histórica do capitalismo brasileiro, como resposta às necessidades do seu processo de acumulação.

É oportuno deixar claro que não pretendemos aqui tecer comentários alongados a respeito da classificação quanto ao caráter das relações de produção encontradas no campo brasileiro, nem tampouco das várias modalidades de relações de trabalho vigentes neste setor.

Tais combinações entre esses diversos setores, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, podem ser analisadas como a forma própria de se realizar a reprodução do capital. Evidentemente que, ao contrário do que é propagado, tais características não constituem um entrave ao desenvolvimento do setor moderno industrial e mesmo da economia como um todo.

É assim, pois, que o movimento contraditório do capital que concentra e desconcentra a terra enquanto propriedade do capital, vai gerar um padrão de expansão agrícola onde a grande produção convive com a pequena produção, de maneira que o processo de acumulação não seja interrompido.(CRUZ,1988:17)

Isso revela, pois, que o próprio capital pode lançar mão de diversas relações de trabalho e de produção para produzir o capital. Neste sentido, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há uma aumento das pequenas unidades de produção onde predomina o trabalho familiar. E, mais ainda, tais unidades apresentam uma capacidade

enorme de sobreviver, persistir e transformar-se, sem, contudo, obstruir o desenvolvimento capitalista. São essas combinações a expressão do próprio desenvolvimento do capitalismo e manifestações de uma contradição das formas de acumulação dominantes.

Isto só vem a comprovar que a pequena produção agrícola, tocada exclusivamente, ou em maior parte, por mão-de-obra familiar, não desaparece com o desenvolvimento capitalista. (LACERDA, 1985:149).

Constata-se que a especificidade da acumulação do capital, na agricultura brasileira, tem sido dada pelo caráter desigual de sua realização. Neste sentido argumenta GRAZIANO DA SILVA(1982:20)

Essas desigualdades são um caso particular do desenvolvimento desigual do capitalismo em geral e, em particular, do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo e nas cidades, e que esse desenvolvimento desigual é uma das características mais fortes no Brasil.

Deste modo, submetido ao domínio das relações capitalistas, configura-se, no meio rural brasileiro, um leque amplo de relações sociais, desde contingentes de proletários rurais, até setores oriundos de relações não especificamente capitalistas, e muitos outros setores, às vezes com interações intermediárias entre uns e outros. Ao lado desses contingentes, mantém-se ainda outros segmentos como a do empresariado familiar ou mesmo de pequeno capital (pequenos produtores que possuem capital e utilizam técnicas modernas para uma produção voltada ao mercado), assim como persiste um contingente significativo de produtores de subsistência.

Assim afirma GRAZIANO DA SILVA(1982:21),

No desenvolvimento do capitalismo monopolista, a afirmação do capital na agricultura não pressupõe, nem necessita, a priori, da destruição total das formas não especificamente capitalistas. Pelo contrário, a articulação do moderno com o atrasado persiste na dinâmica da reprodução no capitalismo monopolista na agricultura brasileira.

É evidente que esta dinâmica de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro não é necessariamente, como já foi afirmado, um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento exclusivo do trabalhador; o é também como um processo de subordinação do pequeno produtor ao capital.

O fato de o próprio pequeno produtor realizar parte do trabalho direto, não o desqualifica como capitalista, pois é por essa forma singular que o pequeno capital controla o processo de trabalho. Na ausência de outras e mais avançadas possibilidades, o pequeno capital fiscaliza o processo de trabalho, convertendo seu proprietário a executor de trabalho direto.

2. O CARÁTER DA PEQUENA PRODUÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Considerando a existência dessas relações não-assalariadas, não especificamente capitalistas, atrasadas, seja lá como se chamam, colocamo-nos na situação de, superficialmente, sem nenhuma intenção de alongar e revisar o assunto por completo, aprofundarmos o debate no propósito de investigar a peculiaridade da pequena produção, pois, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro assume uma especificidade, qual

seja, a permanência e reprodução histórica da pequena produção, com base no trabalho familiar.

Isto só vem comprovar que a pequena produção agrícola, tocada exclusivamente, ou em maior parte, por mão-de-obra familiar, não desaparece com o desenvolvimento capitalista. (LACERDA, 1985:149).

Mas afinal, o que vamos aqui discutir? Afinal o que é uma Pequena Produção Agrícola? De que pequena produção estamos falando? Vamos examinar a especificidade do modo de produção camponês de tipo chianoviana? A economia ou agricultura de subsistência? A empresa familiar marginalizada? Ou a produção familiar tecnificada?

Isto é só para termos uma idéia da complexidade que é o debate a respeito da pequena produção, isto porque

Se trata de uma categoria social muito heterogênea, diferenciada por fatores como forma de acesso à terra, tipo de cultura, nível de tecnologia, nível e tipo de integração com o mercado, localização, etc., (MARTINE,1990:20)

Não pretendemos, neste ensaio, tecer comentários a respeito da formação histórica da pequena produção nas várias regiões do país, mas apenas constatar que, a partir de inúmeras experiências, este segmento constitui facetas múltiplas e caracterizações distintas em todo o país.

Em inúmeros casos esta heterogeneidade é caracterizada através das formas pelas quais se dão os mecanismos de subordinação, que, de certa formam condicionam especificidades desta pequena produção, como também impõe um ritmo próprio de acumulação de riqueza em que o capital se serve da reprodução atualizada deste segmento.

Assim, o eixo da dominação do capital sobre o trabalho autônomo no campo reside nas formas de apropriação do excedente, proveniente da dependência, pelas quais o capital (agrário, industrial, comercial, financeiro) se apropria da mais-valia produzida pelos pequenos produtores.

As várias formas de pequena produção existentes na agricultura nordestina, e conseqüentemente as relações de trabalho e formas de apropriação do excedente que lhes são correspondentes, são manifestações dos distintos graus de subordinação da agricultura ao capital. (CARNEIRO,1978:52).

Refutamos, portanto, a análise da pequena produção como sendo uma categoria homogênea. No mesmo sentido, é impossível concebê-la a partir da teoria da produção camponesa ou de um modo de produção (especificamente) camponês, cujas unidades básicas - unidade familiar de produção e consumo - revestem-se de leis próprias de funcionamento em que pese sua subordinação ao modo capitalista de produção, concepção esta que faz apologia à especificidade camponesa.

Contudo é neste arcabouço da subordinação que está intrínseca a diferenciação da pequena produção e, por não dizer, as várias formas de subordinação do trabalho ao capital.

Neste sentido SORJ(1980:16) salienta que, quanto à pequena produção tradicional, o capital mercantil exerce uma forte influência quanto ao processo de apropriação do sobre-trabalho gerado pela mesma. E acrescenta,

Nas condições da pequena produção tradicional, o capital mercantil é o centro do processo de apropriação do sobre-trabalho

e de dinamização da produção de excedentes. A ação do capital mercantil integra a pequena produção dentro do circuito comercial sem chegar a transformar as condições de produção desta. Pelo contrário, sua efetividade é produto do atraso dessa produção, atraso que é reproduzido pela apropriação de excedentes que inibe as possibilidades de uma reprodução ampliada.

É claro ser possível uma distinção conceitual entre essas diferentes formas, mas isto se condiciona a que busquemos a raiz da diferenciação fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultural que caracteriza cada uma delas, como também nos mecanismos mediante os quais se dão a transferência do sobre-trabalho no âmbito destas unidades produtivas.

Essas diferenças se referem aos níveis de capitalização, e se vinculam a diferenças de quantidades de produtos que são colocadas no mercado, níveis de tecnificação(uso de máquinas, técnicas e insumos modernos), níveis de consumo e acesso a bens (industrializados) que não são produzidos internamente, etc.

A partir da constatação de que, no campo brasileiro, a pequena produção adquiriu contornos diferenciados, é que neste trabalho trataremos prioritariamente de uma fração desta categoria, qual seja, aqueles que possuem meios de produção modernos(produtores tecnificados), os colonos da irrigação. Por serem tecnificados não implica dizer que, necessariamente, explorem uma unidade nitidamente capitalizada, porém teriam diferença nítidas em relação àqueles que trabalham em regime de subsistência. Este novo ator denominamos de pequeno produtor modernizado.

Assim sendo, nossa categoria de pequeno produtor se aproxima daquela figura que GRAZIANO DA SILVA(1982) denominou de "Novo Camponês", qual seja um pequeno produtor modernizado, sempre subordinado ao capital e que quanto à sobrevivência desses

pequenos produtores não significa

Absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um novo camponês, que nada mais é do que um trabalhador para o capital. (GRAZIANO DA SILVA,1982:131).

Quanto aos mecanismos de intermediação e suas relações com os mercados de insumos e de produtos o autor acima citado afirma

Que a produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita.(1982:130)

E para concluir acrescenta

O importante é perceber que o campesinato que nos estamos referindo não é absolutamente independente ou desconectado do circuito global do capital. Ele se apresenta extremamente atrelado a esse circuito, sob formas variadas.

Uma idéia básica a respeito deste pequeno produtor modernizado foi desenvolvido por LÊNIN(1981:94-5) quando de sua análise a respeito da modernização do camponês médio. Para o mesmo

Por camponeses médios no sentido econômico, devem ser

entendidos os pequenos agricultores que possuem, quer a título de propriedade quer como arrendamento, pequenas parcelas de terras de tal modo que, em primeiro lugar, proporcionem sob o capitalismo, em regra geral, não só o rendimento necessário para sustentar pobremente sua família e sua exploração agrícola, mas também a possibilidade de obter certos excedentes que pode, pelo menos nos melhores anos, converter-se em capital; e que, em segundo lugar, permitam recorrer em muitos casos (por exemplo, em uma de cada duas ou três explorações agrícolas), ao emprego de mão-de-obra assalariada. Um exemplo concreto do campesinato médio em um país capitalista é oferecido na Alemanha, segundo o censo de 1907, pelo grupo de explorações de 5 a 10 ha., um terço dos quais empregam operários assalariados.

O Objetivo desta unidade produtiva seria, portanto, satisfazer o consumo, atual e futuro da família, como também possibilitar um certo acréscimo de capital que significasse acumulação e, por que não dizer, a sua reprodução social.

O colono da irrigação é a categoria que se engendra na figura deste novo camponês, ou seja, aquele pequeno produtor que cultiva uma gleba de terra, com a utilização predominante de mão-de-obra familiar, pagando salários apenas esporadicamente, em períodos de maior acúmulo de serviço e com níveis relativos de tecnificação e produtividade e que destina sua produção tanto ao autoconsumo como ao mercado, de tal forma que seja possível a sua reprodução. E mais, o uso de insumos de origem industrial não é incompatível com este tipo de unidade de produção. Neste caso o tamanho da unidade produtiva não é a questão mais relevante.

A viabilidade econômica de unidades de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à dimensão. (VEIGA,1991:187)

Dentro desse quadro, observado no parágrafo anterior, não estamos sugerindo o necessário aburguesamento dessa camada de produtores, que os transformaria em empresários agrícolas (e, portanto, as suas unidades em empresas capitalistas). Porém, reconhecemos que estes produtores estão incluídos numa sociedade global, de caráter capitalista, que lhes impõe condicionantes.

Temos, assim, que este produtor está integrado no mercado de produtos, sejam estes insumos, meios de produção, produtos agropecuários ou bens de consumo. Mas essa articulação é assimétrica. Esse é um dos mecanismos pelos quais os pequenos produtores encontram-se subordinados ao circuito global do capital.

O objetivo deste trabalho é a pequena produção irrigada, produção esta inserida no movimento geral de acumulação e reprodução do capitalismo no campo brasileiro, particularmente a partir do desenvolvimento de políticas específicas para o setor que impulsionaram a reorganização do processo produtivo agrícola no país. Em termos de situação concreta, os colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros identificam muito bem esta situação.

Neste sentido, acreditamos que a melhor caracterização deve ser feita a partir de um conjunto de caracteres selecionados de acordo com as especificidades de cada análise, tomando em conta a disponibilidade de informação. A conceituação, no presente trabalho, será feita privilegiando os objetivos explicativos no mesmo, que entendemos ser os aspectos mais fundamentais de análise.

No caso brasileiro, e mais especificamente no Nordeste do país, apesar de os pequenos produtores serem responsáveis por participação expressiva na ocupação da mão de obra, na oferta de produtos primários e, por via de consequência, na renda do setor primário, eles vivem numa situação de extrema dificuldade sócio-econômica em decorrência da forma subordinada como se inserem no processo produtivo.

Para um melhor esclarecimento, basta somente verificarmos, a partir do depoimento abaixo, a grande dificuldade por que passa a categoria de pequenos produtores, e as diferentes formas quanto às suas relações de submissão ao capital.

Grande parte dos produtores não consegue manter-se e é obrigado a abandonar a atividade agrícola. A expropriação e o êxodo rural decorrente realizam a proletarização da força de trabalho do camponês, que é assim diretamente submetido ao capital. Outros, diante da impossibilidade de manter seu nível de subsistência são levados a completar sua remuneração com atividade fora da unidade de produção familiar, como assalariados na agricultura ou na indústria. Finalmente, uma terceira forma se manifesta através da articulação da produção camponesa com a demanda de matéria-prima pelas indústrias e firmas comerciais, expressa nos contratos de produção ou, como também são chamados, nos mecanismos de integração vertical. (WANDERLEY, 1977: 06)

Nestes termos, a análise da pequena produção constitui-se numa dicotomia singular, qual seja, no movimento positivo-negativo (princípio da contradição entre a sua funcionalidade e seus desequilíbrios), que expressa, como assinalamos anteriormente, assimilidades do processo de desenvolvimento capitalista no país.

3. AS FUNÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO

Independente de quais sejam os sistemas socio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações em que a família participa da produção. É forçoso admitir,

entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns outros, a exploração familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo o desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.

Vejamos por exemplo, que

A sociedade americana parece considerar a agricultura familiar como uma espécie de garantia de muitos de seus importantes valores e aspirações. É difícil encontrar na legislação agrícola algum diploma que não contenha enfática declaração de princípio favorável à promoção, desenvolvimento e manutenção dessa forma de produção. E, de fato, ela teve uma grande importância na modernização do Agro Americano. (VEIGA, 1991: 111)

A verdade é que, quando se analisa o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas durante os últimos duzentos anos, a forma de produção agrícola predominante foi a agricultura familiar.

Durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 30 ao início da década de 70) foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado primeiro mundo inclusive no berço do belo LIGHT-FARMING. (VEIGA, 1991:188)

Esta discussão, não muito consensual, sobre a funcionalidade e importância da pequena produção para o desenvolvimento sócio-econômico de um país, tem atravessado anos de debates, entre os diversos estudiosos do assunto. Evidentemente tal polêmica

encontramos ainda hoje, seja no debate acadêmico, seja na esfera da elaboração de políticas públicas específicas para o setor agrícola e, em particular, para a categoria de pequenos produtores rurais.

De maneira muito significativa, podemos encontrar as bases teóricas do paradigma científico da funcionalidade da pequena produção nos trabalhos de autores como S. AMIM que, em *A questão agrária e o capitalismo* (1977:35), aponta para as funções da sociedade dita tradicional.³

Talvez esta seja uma das questões mais polêmicas a respeito da pequena produção. Outras teses, vistas sobre o ângulo dos diversos paradigmas, como o trabalho de KAUTSKY (a idéia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar), de LÊNIN (associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado), de ENGELS e PLEKANOV (a inexorável ruína da pequena produção),⁴ têm encontrado pouco respaldo entre muitos estudiosos do assunto, e mais, não é confirmada pelo que observamos nos países avançados.

Contrariamente do que imaginavam os grandes economistas do século XIX, o desenvolvimento capitalista acabou fortalecendo, no século XX, a forma familiar de produção na agricultura, ao invés de exterminá-la. Talvez esta tendência deixe de ser dominante no século XXI, mas ainda é cedo para prever quais serão os impactos reais da chamada biorevolução na estrutura sócio-econômico da agricultura. (VEIGA, 1991:189)

É dentro deste contexto que tomamos a pequena produção. Não estamos

³ São principalmente as seguintes: 1) fornecer mão-de-obra barata à indústria mineira e plantações; 2) fornecer, acessoriamente, produtos agrícolas baratos, permitindo a redução do valor da força de trabalho nos setores francamente capitalistas; 3) realçar o valor real do consumo "de lixo" das camadas privilegiadas (burguesia compradora e burocrática, etc.), especialmente fornecendo-lhes serviço a baixo preço (domésticos, etc.).

⁴ Para uma melhor compreensão destas questões, ver coletânea Organizada por Graziano da Silva e Verena Stolcke (1981).

centralmente preocupados com a discussão teórico-histórica a respeito do possível desaparecimento(e persistência) da pequena produção, nem tampouco enfrentar o debate dicotômico quanto ao sucesso econômico pequena/grande propriedade(Embora lancemos mão de alguns destes elementos no decorrer da análise).

Em torno da idéia da funcionalidade da pequena produção, formou-se, nos últimos anos, uma das mais importantes e férteis discussões da ciência social brasileira: Explicar a persistência da agricultura familiar e seu papel no desenvolvimento econômico. Esta foi, sem dúvida, uma preocupação de muitos especialistas de, praticamente, todas as correntes de pensamento.

Para incentivar o debate, escreveu ABRAMOVAY (1992:222),

A agricultura tem um papel decisivo no processo de rebaixamento permanente do custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda, na qual se beneficiam não só os setores que lidam diretamente com os produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicada diretamente à alimentação.

Neste sentido, antes de fazerem, do produto agrícola base imediata da acumulação capitalista e extração da mais-valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar-se crescentemente a bens não alimentares e, sobretudo, os duráveis.

Existe uma singularidade paradoxal no setor agropecuário que torna a empresa familiar mais adequada ao desenvolvimento capitalista. Muitos intelectuais, principalmente economistas e sociólogos, consideram absolutamente equivocada o que chamam de Tese da

funcionalidade da pequena produção.

Mesmo assim haveremos de compreender que

Com toda a modernização que conheceu a agricultura americana e com todas as pressões financeiras contrárias as pequenas fazendas, a idéia de predominância das grandes empresas agrícolas capitalistas continua um mito. (VEIGA, 1990:152)

Adicionando, MARTINE(1990:19) considera que

Quanto ao pressuposto de que existe uma tendência inexorável no sentido do desaparecimento 'da pequena produção', como corolário do avanço do capitalismo integrado e das grandes escalas de produção, trata-se de uma falácia - seja no que diz respeito a economia em geral, ou no que se refere à agricultura em particular.

E finaliza, acrescentando que

Na realidade, este tipo de atividade, fortemente apoiado no estabelecimento familiar ou domiciliar, não somente continuou existindo nos países subdesenvolvidos, como está em franco processo de crescimento nas economias centrais.

Raciocinando da mesma forma e traçando a configuração do porquê da persistência do campesinato na sociedade capitalista, WANDERLEY admite que tal categoria, ao contrário do que se imagina, não tem se constituído num entrave ao desenvolvimento capitalista, e sim deve ser vista como funcional a esse desenvolvimento.

Esta permanência do campesinato se explica na medida em que não só a economia camponesa não constitui um obstáculo à dominação do capital, mas sobretudo, na medida em que ela foi e continua ainda, em circunstâncias históricas bem definidas, a melhor forma de organizar a produção agrícola num sentido favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que ela é necessária, enquanto este não tem condições de resolver certos problemas colocados pela produção agrícola. (WANDERLEY, 1977:04).

Pórtanto são várias as funções da pequena produção agrícola, até hoje colocadas pelos teóricos, como por exemplo, o fornecimento contínuo de mão-de-obra barata tanto ao capital urbano como rural. Contudo, a mais apontada, o indicador mais importante desta funcionalidade, se refere ao fornecimento de produtos agrícolas e matérias primas a preços relativos mais baixos aos setores mais dinâmicos da economia, permitindo, assim, a redução do valor da força de trabalho em outros setores da economia.

Um caso exemplar foi o da industrialização brasileira que implicou, desde o seu início, em que a agricultura participasse e assumisse o papel não só de continuar garantindo as necessidades do país, via exportação de produtos primários, mas também de fornecedora de mão-de-obra, de matérias primas e alimentos a preços relativos mais baixos aos setores mais dinâmicos da economia (alimentos às camadas de menores rendas, favorecendo assim rebaixamento dos salários).

Contudo, haveremos de admitir que no campo brasileiro, a realidade das unidades familiares é muito mais complexa do que imaginamos, inclusive se considerarmos a sua própria heterogeneidade.

Analisando os resultados de estudos comparativos acerca da agricultura

familiar, WANDERLEY(1995:37), considera que

A importância e o significado da agricultura familiar depende, antes de mais nada, da associação de sua presença na sociedade com valores considerados socialmente positivos: tradição, desenvolvimento, eficiência econômica, proteção da natureza, são possíveis caracteres que, atribuídos a certos grupos de agricultores, lhes conferem legitimidade social. A sociedade reconhece a contribuição econômica, social, política, ou cultural de seus agricultores e os apoia nas transformações que lhes são impostas pelo desenvolvimento.

Dentro desta lógica, inúmeras iniciativas propositadas vêm se tentando construir, a nível de Brasil, no sentido de desenvolver o meio rural, baseado no fortalecimento da pequena produção (agricultura familiar). Segundo o Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, resultado de um convênio de cooperação técnica entre a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o potencial da agricultura familiar no país é inquestionável e define a opção pela produção agrícola familiar como linha de estratégia do desenvolvimento rural. E, acrescenta:

Para que alcance um desenvolvimento sustentável, é muito provável que a sociedade brasileira venha a optar pelo fortalecimento e expansão de sua agricultura familiar. Foi o que aconteceu em todos os países de sucesso, nos quais a imensa prosperidade na produção de alimentos e fibras deve-se à maior flexibilidade da empresa agrícola de caráter familiar.

No mesmo documento o apontamento pela opção da agricultura familiar se baseia em suas vantagens em termos de flexibilização estrutural, pois a produção familiar

tornou-se um elo fundamental da modernização de certas cadeias agro-industriais, devido exatamente a essa flexibilização, tanto no que diz respeito ao processo produtivo, como às fontes de renda. Mesmo porque, considerando ser a policultura associada à pecuária a vocação natural da pequena propriedade, ela pode se adaptar, em alguns casos, a verdadeiros extremos, como certos tipos de monocultura.

Tais estabelecimentos, segundo o documento, pode tanto chegar a depender inteiramente de rendas externas, quanto recuar ao completo auto-abastecimento. Valendo lembrar que, dependendo das condições macroeconômicas, certas involuções relativas na direção da autarcia podem ser opções não somente realistas, mas muito eficazes.

Porém, por razões estruturais, um grande número de estabelecimentos agrícolas não conseguem assegurar a seu núcleo familiar renda e condições de vida adequadas. Procurando analisar as causas desta situação, o Relatório afirma que,

Por falta de capacidade de autofinanciamento, pela exiguidade e fraqueza de suas terras, pela falta de capacitação de seus recursos humanos, ou por ser vítima do forte viés urbano das políticas públicas, uma importante fatia da agricultura familiar tende à degradação, seja pela migração para as cidades, seja por meio da pulverização minifundiária que gera estabelecimentos da terceira categoria. (UTF/BRA/036, 1995:05).

A partir de inúmeros estudos de casos⁵, os quais indicam as formas diversas que assume a pequena produção, constataram-se as contradições desta categoria quanto à integração dos trabalhadores e suas famílias, integração nos processos econômicos geradores de renda, integração na vida social e política da sua comunidade, cidade e país, integração na

⁵ Trabalhos como os de: Tavares dos Santos (1978), Wanderley (1979), Abramovay (1992), Garcia Jr.(1989), Veiga (1991), entre outros.

cultura e na cidadania plena.

Para MALAGODI(1992:74), esta situação de desequilíbrios e problemas de vastos setores da agricultura brasileira é resultado da forma de integração e subordinação destes segmentos ao capital. Assim sendo, admite o autor que

As condições de atraso e insuficiência econômica de vastos segmentos do capitalismo não são o produto natural de condições ecológicas, raciais ou culturais, mas resultam de um condicionamento social e econômico, a que estão submetidos os camponeses no capitalismo, condicionando que somente poderá ser superado com a superação do próprio modo de produção capitalista.

4. A SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AO CAPITAL

Dentro do contexto de análise da pequena produção, é imprescindível não fazermos referências ao relacionamento destas unidades produtivas com as diferentes modalidades do capital, considerando esta relação como indicador maior para medirmos o grau de interferência do capital no processo de apropriação do sobre-trabalho gerado no interior destas unidades produtivas.

No intuito de caracterizar as formas que assume a pequena produção no país, GRAZIANO DA SILVA(1981:129), agrupa-as a partir da análise da subordinação, definindo-as em dois 'principais' tipos: a) formas subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário, e b) formas subordinadas às agroindústrias e as "cooperativas capitalistas".

Esses mecanismos de subordinação são operados de várias maneiras, mas o seu

componente principal é inerente à articulação pequena produção/sistema capitalista.

GRAZIANO DA SILVA nos diz que:

A produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita.

Esta articulação assume a forma de intercâmbio de bens e serviços entre estes setores, intercâmbio que se caracteriza por ser assimétrico e levar a transferência de excedentes do setor produtivo agrícola para o resto da economia.

Para GRAZIANO DA SILVA, isso seria possível mediante os vínculos intensos existentes entre a pequena produção e o mercado. Assim sendo,

É justamente nessa vinculação crescente ao mercado e à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobre-trabalho desses camponeses.(1981:127).

A fim de delimitar e fundamentar sua análise a respeito da subordinação do trabalho camponês ao capital, GRAZIANO DA SILVA lança mão do conceito de subsunção direta do trabalho ao capital, a partir da constituição do pensamento marxista.

A relação de hegemonia e subordinação ocupa no processo de produção o lugar da antiga autonomia (que existia na subordinação indireta do trabalho ao capital), como por exemplo, entre todos os camponeses independentes, agricultores que apenas tinham de pagar uma renda em espécie seja ao Estado, seja ao proprietário fundiário, e no caso da indústria subsidiária-doméstica-rural ou no do artesanato independente. Registra-se

aqui (na subordinação direta), pois, a perda da autonomia anterior no próprio processo de produção; a relação de hegemonia é ela mesma resultado da implantação do modo capitalista de produção. (MARX, In GRAZIANO DA SILVA, 1981:135).

O ponto central é que os pequenos produtores estão articulados às diversas categorias de capitais, constituindo, pois, as formas que conhece o capital para assegurar sua dominação, ou seja, para explorar a força de trabalho e assegurar a sua reprodução.

Tal inserção implica na articulação de forma subordinada com o capital fundiário, com o capital financeiro, com o capital comercial e com o mercado de trabalho.

Assim sendo, em todas as situações que serão descritas, o pequeno proprietário aparece, na estrutura da produção, participando de uma série de relações, entre as quais: proprietário (chefe) do seu próprio estabelecimento; parceiro, na parcela que recebe da grande propriedade; trabalhador assalariado (permanente ou temporário), sob o regime de sujeição ou não.

Os pequenos produtores se articulam com o capital fundiário, quando estabelecem relações de parceria e arrendamento com os grandes e médios proprietários, obrigando-se a pagar-lhes uma parte do que produzem, a título de renda da terra e obrigando-se ainda, em alguns casos, a vender-lhes por preços inferiores ao do mercado a parte do seu produto a ser comercializada.

A articulação com o capital financeiro se dá de forma mais intensa, através da utilização do crédito de fontes não institucionais - comerciantes, intermediários ou proprietários de terra - dos quais obtêm financiamentos com o compromisso de os saldarem com produtos. Com isto, não só pagam, mas também obtêm preços geralmente inferiores aos que conseguiriam, se não tivessem contraídos tais dívidas.

Quando examinamos a articulação com o capital comercial, constatamos que, ao venderem parte do que produzem e ao adquirirem o que necessitam para a sua manutenção, os pequenos produtores não têm poder de barganha, levando sempre desvantagens, quer nos preços que recebem pelos seus produtos, ou nos preços que pagam pelo que adquirem.

Os resultados desta articulação com o capital comercial se consubstanciam no processo de extorsão a que são submetidos estes pequenos produtores, pois

Os vínculos que estabelece ao nível da estrutura da comercialização (venda da produção na folha, venda de parte de sua produção alimentar que será posteriormente adquirida no mercado a preços mais elevados, relação entre os preços dos produtos e dos insumos, etc.) constituem os mecanismos que constroem o pequeno produtor ao se desfazer de parte considerável do resultado de seu trabalho, que será incorporado ao processo global de acumulação do capital. (WANDERLEY, 1977:14)

O Pequeno produtor também se articula com o mercado de trabalho como ofertante de mão de obra; muitas vezes, por imposição de contratos realizados com os grandes proprietários de terra, ou pela própria necessidade de complementar a renda e assegurar a sobrevivência da família. Esta articulação é profundamente desvantajosa para o pequeno produtor, que se vê obrigado a aceitar imposições em termos de preço e condições de trabalho.

Quanto à necessidade desta integração e sua relação com o caráter de autoconsumo desta categoria, WANDERLEY (1977:05) assinala que

O camponês é forçado a se integrar no mercado: mercado de trabalho, de terras, de produtos e de insumos. É importante observar que esta integração não significa de nenhuma maneira a negação do caráter de subsistência da economia camponesa. Este se define, não pela maior ou menor parcela da produção que é auto consumida, mas pela natureza mesma da produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da família camponesa. Autoconsumo não é, pois, a mesma coisa que subsistência e se esta passa a ser garantida pela expansão do excedente que é comercializada, é porque esta foi a forma encontrada pelo capital para incorporar o sobre-trabalho do camponês ao processo global de acumulação.

Analisando a relação articulação / extração de renda, MALAGODI, por exemplo, faz um comentário a partir da constatação de que:

Um tipo de apropriação indireta (de excedente, de sobre-trabalho) ocorre na agricultura integrada, quando a montante da produção camponesa, o crédito estiver acoplado à aquisição de insumos ou os preços dos insumos agrícolas forem fixados pelos fornecedores; ou a jusante, a entrega dos produtos da produção camponesa, destinados ao processamento industrial, etc., implicar em preços relativamente mais baixos. Em ambos os casos, comprando mais caro ou vendendo relativamente mais barato, o produtor camponês necessitará trabalhar mais, terá que realizar um sobre-trabalho (um trabalho excedente)⁶ que se transformará, primeiro, em um sobreproduto, depois em um sobrevalor ou mais-valia), para

⁶ Para o autor trabalho excedente vem ser o trabalho realizado na produção de bens que são apropriados pela classe que controla o acesso aos meios de produção, e que são empregados no consumo desta classe na acumulação.

compensar as perdas na compra de insumos mais caros ou na venda dos produtos mais baratos. (MALAGODI,1993:38-9).

A partir da análise, da subordinação do trabalho ao capital, devemos, pois entretanto, questionar: Como se dá esta subordinação? Quais os mecanismos de extração do sobre-trabalho? Quais os fundamentos desta relação de dominação - submissão?

MALAGODI, ao abordar tais questões, vai buscar em MARX (capítulo inédito) e nas leis de funcionamento do modo de produção capitalista a resposta para tais inquietações, isso a partir da categoria de **subordinação indireta do trabalho ao capital.** ⁷

Portanto,

Neste caso, as formas concretas de subordinação indireta e de exploração do trabalho pela via do uso das 'mediações' da grande propriedade agrária ou dos segmentos específicos do capital, os conflitos e contradições existentes tem que ser estudados a partir das formas concretas que esta subordinação indireta cria para seu próprio funcionamento e viabilidade: os bolsões onde predomina a exploração de moradores, parceiros e diversas modalidades de rendeiros pela grande propriedade rural; as regiões onde camponeses de diversas categorias são subordinados aos interesses de parcelas do capital comercial, do capital agro-industrial e do capital financeiro. (MALAGODI, 1993:383-4)

Estas formas de subordinação desses pequenos produtores e, portanto, as articulações dos mesmos com as relações de produção e dominação capitalista se processam

através da mediação, não só da grande propriedade, como também das diversas esferas do capital. No caso específico do capital comercial (que, segundo MALAGODI atua de fato como uma mediação econômica), este desempenha um papel primordial na apropriação do excedente agrícola que, em outras circunstâncias, a saber, na **subordinação direta**, se faria pelo assalariamento da força-de-trabalho.

A fim de clarificar acerca do que sejam estas tais mediações, MALAGODI admite o seguinte sentido para as mesmas:

Mediações que aparecem na comercialização dos produtos da unidade camponesa, do fornecimento dos insumos para a produção, do financiamento do processo produtivo, na organização política, sindical, etc.. Tais mediações estão presentes, nas situações onde predomina a produção camponesa de um modo constante, ainda que bastante diferenciado de um caso para outro. (MALAGODI, 1993:385).

De modo geral, é bastante penosa a situação vivida por boa parte dos pequenos agricultores, pois, em muitos casos, os mesmos são praticamente obrigados a entregarem sua produção antecipadamente em troca de bens de consumos que não produzem. Além disso, os pequenos produtores têm dificuldades de acesso a informações indispensáveis e não dispõem de assistência técnica a adequada às suas necessidades. O conhecimento dos canais de comercialização restringe-se, muitas vezes, ao mercado local - o dono do armazém, o atravessador ou outros agentes comerciais locais. Boa parcela destes produtores não usa crédito bancário, considerando, por sua vez, que as políticas agrícolas são cada vez mais seletivas e restritivas.

Apesar desse conjunto de problemas, a pequena produção tem conseguido se

⁷ Sobre Subordinação Indireta do Trabalho ao Capital o autor recomenda ver Silva (1975)

afirmar, enquanto categoria heterogênea, contribuindo, de forma significativa, para com o conjunto do setor agropecuário.

SEGUNDO CAPÍTULO

PERÍMETRO IRRIGADO NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA : REGIÃO NORDESTE, ESTADO E POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO

1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A Política Econômica implementada pelo Estado Brasileiro, após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir de 1964, direcionou o desenvolvimento da agricultura para um vigoroso processo de modernização, que alterou substancialmente a organização social no meio rural e o perfil dos produtos cultivados.

A modernização da agricultura brasileira foi articulada como política de governo nos meados da década de sessenta, a partir da decisão tomada pelo Regime Militar de que a ampliação da oferta de alimentos se daria não pela Reforma Agrária, mas sim pelo desenvolvimento intensivo da agricultura. A idéia colocada era a de que a sustentação da industrialização brasileira só seria possível, na medida em que fossem satisfeitas duas condições principais: 1) **Transferência de parte da população rural para as cidades, de modo a constituírem força de trabalho a baixo custo para as indústrias;** e 2) **Produção de alimentos em quantidade elevada e a preços baixos, de modo a constituírem a manutenção de uma população predominantemente urbana.**

Na medida em que, naquele momento, o país se abria ao capital internacional, isto só seria feito via industrialização do campo, uma vez que era necessária a abertura do mercado também para a indústria de insumos e equipamentos agrícolas.

Ao longo dessas décadas, as políticas governamentais priorizaram um modelo de produção agrícola cujo objetivo era o de:

Financiar o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), prover matérias primas para a indústria nacional e alimentar a crescente população do país. (GRAZIANO DA SILVA, 1987:12)

O modelo agrícola ensaiado no país, em consonância como modelo de desenvolvimento capitalista aqui predominante, provocou nos últimos decênios, mudanças significativas tanto na distribuição populacional como no direcionamento da produção agrícola.

A partir dos anos 50, intensificaram-se os movimentos migratórios campo-cidade. Em 1950, cerca de 70% da população brasileira vivia no meio rural; Cinco décadas depois, este percentual caiu para menos de 20%. O saldo desta transformação é que a agricultura brasileira dos anos 90 é uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada.

Há historicamente, um processo de desarticulação do Complexo Rural e de constituição dos CAIs, em que a agricultura perde sua regulação geral que era dada pela dinâmica mercado externo - mercado interno. Isso impõe uma participação cada vez maior do Estado no sentido de formular políticas para cada um dos complexos agro-industriais como duplo objetivo de restabelecer uma regulação geral e como árbitro das contradições que se internalizam nos CAIs, como por exemplo, a fixação dos preços e margens de lucro dos produtos intermediários, a fiscalização da competição oligopólica, etc.. (KAGEYAMA et al., 1990:101).

A magnitude do processo migratório fez com que surgissem, nas periferias das grandes cidades, enormes reservas de mão-de-obra desqualificada e subempregada, contribuindo para o agravamento dos problemas sociais e o crescimento dos bolsões de pobreza e miséria.

Esta foi, na realidade, a opção do desenvolvimento da agricultura no Brasil, pela estratégia da “Modernização Conservadora”⁸. Modernização no sentido de que a agricultura passa a ser orientada pelos princípios da “Revolução Verde”⁹, com a utilização massiva dos insumos modernos (adubos, agrotóxicos, máquinas e equipamentos).

O modelo tecnológico brasileiro que acompanhou a modernização da agricultura não reflete o vasto acervo de conhecimento agrônômico nem a diversidade dos recursos tecnológicos dela derivados. Este modelo reflete antes os interesses financeiros dos setores agro-industriais, produtores de insumos e equipamentos agrícolas, fortemente dominados pelo capital internacional e com sólidas ramificações internas.

Segundo SORJ(1980:32),

O novo Complexo Agro-industrial assumirá as mesmas características que outros ramos de produção industrial no Brasil, alto grau de concentração, concorrência oligopólica, controle monopólico estrangeiro e nacional (muitas vezes associados em joint venture); com a diferença de ser um setor onde a empresa estatal geralmente não ocupa lugar importante.

⁸ Tal modernização é reconhecida como conservadora (conservou a concentração da posse e propriedade da terra), desigual - excludente (porque atingiu de forma diferenciada as diversas regiões do país e exclui os pequenos produtores agrícolas) e dependente do Estado (porque foi financiada através de créditos e subsídios estatais).

⁹ A introdução, em grande escala, de cultivares modernos de alta reprodutividade, a partir dos anos cinquenta, foi denominada de “Revolução Verde”. Hoje está em andamento uma nova revolução, mais importante. Trata-se da “Revolução Genética”. A biotecnologia e a engenharia genética tem provocado mudanças significativas em virtualmente todos os cultivos.

Neste modelo, os parâmetros de avaliação do desempenho do setor agrícola resumiam-se na produtividade das explorações e no volume físico e financeiro das exportações.

Não era relevado o impacto deste modelo agrícola e tecnológico na estrutura sócio-econômica e fundiária, na criação de empregos e na distribuição da renda gerada no setor, no atendimento da demanda interna de alimentos, na eficiência energética da agricultura e sua dependência externa, nem mesmo na viabilidade da agroquímica nos ecossistemas tropicais e subtropicais.

A origem externa da modernização, o caráter e o sentido da intervenção estatal imprimiram os traços mais marcantes desse processo: A rapidez e a intensidade com que ocorreu, os efeitos que produziu nas relações de trabalho, na exacerbação da concentração fundiária e na desigualdade do seu desenvolvimento. (AGUIAR, 1986:116)

Assim sendo, a agricultura atravessou um período de profundas transformações. KAGEYAMA (1990:113) assinala que três movimentos importantes apareceram no meio rural brasileiro neste período, quais sejam: a modernização da agricultura, a industrialização da agricultura e a formação dos complexos agro-industriais (CAIs). Para a autora, estes três conceitos muitas vezes são usados como sinônimos, mas na verdade não o são. Por “**modernização**” entende-se o processo de mudança na base técnica com a introdução de novas variedades, técnicas de produção e o uso dos insumos modernos. “**A industrialização da agricultura**” seria o processo de integração da agricultura ao ritmo da indústria, expandindo-se enquanto ramo industrial.

MULLER (1982:48), ao se referir aos **Complexos Agro-industriais - CAIS**, os

denomina como sendo:

O conjunto de processos técnicos-econômicos, socio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes.

A verdade é que, no campo brasileiro, a modernização da base técnica não se fez acompanhar de uma modernização das relações de produção. Ao contrário tal processo resultou num projeto autoritário de transformação do agro que visou fortalecer a propriedade latifundiária, na formação de trabalhadores volantes, na viabilização da indústria de insumos mecânicos e químicos e no aprofundamento do êxodo rural.

2. ESTADO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Antes de chegarmos ao Nordeste e aos dias de hoje, é importante desenharmos o cenário nacional das políticas do Estado para o setor agrícola nas últimas décadas, tornando possível uma avaliação do contexto em que são definidas e implementadas as políticas públicas no Brasil.

Da década de 1930 até a década de 1980, a economia brasileira conheceu um conjunto de ciclos onde a tonalidade expansiva foi predominante, com altas taxas de crescimento econômico. A manutenção dessas elevadas taxas foi responsável pela brutal transformação que sofreu a economia e a sociedade brasileira. São modificações impressionantes não apenas pela sua extensão, pela sua amplitude, mas pela sua velocidade

Durante todo esse período, o Estado foi o principal agente do desenvolvimento econômico, garantindo seu financiamento e montando a estrutura produtiva e institucional

necessária. As formas de intervenção estatal variaram, no decorrer deste período, mas seja no início, na modernização, ou na crise do padrão de desenvolvimento, o Estado esteve sempre voltado a assegurar a acumulação privada de capital.

Nos anos posteriores à guerra, o Estado entrou diretamente na esfera da produção e montou a infra-estrutura necessária à expansão industrial, através das estatais. Além disso, passou a participar dos investimentos e patrocinou a vinda das empresas transnacionais para o país.

Na etapa militar, o Estado passou a intermediar recursos externos e aprofundou sua participação na infra-estrutura. Neste período, o estado (militar) promoveu um conjunto de mudanças na economia (reforma fiscal, financeira, etc.,) que assegurou, via repressão política, condições para a imposição de uma política de arrocho salarial brutal, que veio a ser um dos pilares da elevação da taxa de lucro que viabilizou o chamado “milagre brasileiro”.

As excepcionais taxas de crescimento desfrutadas pelo governo autoritário, entre 1967 e 1974, induziram seus dirigentes e sua tecnocracia à formulação do projeto Brasil - Potência, imaginando converter a economia brasileira numa das maiores potências econômicas mundiais. (CANO,1993:19)

Durante estes anos de crescimento da economia, aconteceram profundas alterações estruturais na sociedade. No tocante à participação dos três setores da economia no montante da renda produzida, observar-se-á que a indústria apresenta significativo aumento proporcional, secundado pelo setor de serviços, enquanto a agricultura diminui sua participação relativa na renda global. A indústria adquire e consolida uma posição hegemônica, passando a agricultura a uma posição subordinada.

Referindo-se às políticas estatais para o período e sua articulação com o

exterior, CANO (1993:19) mostra que

O Estado, fortemente estruturante, impôs as políticas econômicas necessárias ao avanço da industrialização e da modernização conservadora do Agro, ainda ampliando, consideravelmente, nosso volume de comércio exterior, aproveitando-se do substancial aumento que ocorria no período no comércio internacional.

Quanto às políticas para o setor agropecuário a partir dos anos sessenta, o Estado passa a intervir de forma direta e efetiva sobre o setor. A nível das ações do Estado, é imprescindível descrever que mais do que intervir decisivamente sobre “como produzir”, equação aparentemente resolvida durante o primeiro período da modernização da agricultura, o Estado passou efetivamente a manipular os instrumentos de política agrícola, visando a indicar “o que” e “quanto produzir”.

Neste sentido, a fim de consolidar esse modelo, foram estabelecidas as bases de sustentação da modernização do setor agrícola, através da nova orientação dos instrumentos oficiais para o ensino agrônômico, a extensão rural, a pesquisa agropecuária e o fomento ao uso dos insumos modernos e da mecanização automotiva; ao mesmo tempo, os instrumentos de política econômica, industrial e agrícola foram dirigidas para a consolidação do segmento industrial e agro-industrial.

No período, instalou-se no país um complexo industrial químico-mecânico produtor de tratores e equipamentos, adubos e agrotóxicos, cujos investimentos foram em larga escala originados da poupança interna; e a garantia de colocação desta produção no mercado foi viabilizada por uma política de crédito rural com fins subsidiados.

Embora a ação do Estado tenha envolvido várias instituições públicas e privadas, órgãos de financiamento e de pesquisa ligados

à agricultura, programas especiais de desenvolvimento regional e de âmbito nacional, planos ligados a produtos agrícolas particulares e a questão de ordem social, esta ação unificava-se, senão em seus objetivos explícitos, pelo menos em relação ao conteúdo e meios, uma vez que passava sempre pela modernização da agricultura e pela integração da agricultura à dinâmica da expansão capitalista, o que equivale à integração agricultura-indústria. (KAGEYAMA et al., 1990: 48)

Esta política agrícola estaria condicionada pela política agrária oficial do regime, cujo objetivo principal era a integração da agricultura à indústria, pólo hegemônico do modelo de desenvolvimento econômico do país, via transformação do agricultor tradicional em empresário rural. A agricultura empresarial, altamente demandatória de máquinas e insumos industriais, serviria como instrumento à capitalização do setor industrial.

Do ponto de vista das políticas públicas apoiadas pelo governo, no sentido de propiciar a modernização conservadora da agricultura brasileira, tendo o **Pacote Tecnológico**¹⁰ como vetor desta modernização, AGUIAR (1986:17), a esse respeito analisa que:

O sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária é o responsável pela geração (ou adaptação) do pacote tecnológico, a Assistência Técnica pela sua difusão junto aos produtores; o Crédito rural pelo seu financiamento.

Neste sentido, as políticas agrícolas de crédito subsidiado, desenvolvidas no Brasil, nesta época, tiveram efeitos decisivos no amadurecimento das forças produtivas capitalistas na agricultura, principalmente naqueles estabelecimentos mais

agigantados, produtores de exportáveis, e localizados na regiões sul e sudeste do país.

As características do crédito rural subsidiado atenderam às necessidades dos formuladores da política de modernização da agricultura brasileira, já que os grandes produtores agrícolas, aqueles que são mais facilmente atingidos pelo programa de crédito rural, (...) . O tipo de tecnologia disponível direcionou o processo de modernização para os produtos exportáveis, como soja, café, açúcar, e trigo (este produto de importação do Brasil). Estes dois fatores direcionaram o processo de modernização para a região Centro-Sul do Brasil. (SANTOS, 1988:402)

Tais políticas, apesar de desempenhar papel fundamental na transformação das condições técnicas de produção, por propiciar a elevação da produção e da produtividade, na verdade têm refletido predominantemente os interesses dos setores dominantes agrários, os proprietários latifundiários e os conglomerados agro-industriais.

Além dos grandes proprietários fundiários, os grandes beneficiários dessa política agrícola, via crédito subsidiado e, conseqüentemente, da modernização da agricultura, foram os setores industriais localizados a montante e a jusante da atividade agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 1987:46)

Portanto, no âmbito das atividades do Estado em prol da modernização agrícola, as mesmas se alargaram com a própria expansão do Complexo Agro-industrial. Isso se deu através do apoio frente à aceleração desta modernização e a criação de condições de infra-estruturas necessárias à expansão do conjunto do setor, que suficientemente podemos

¹⁰ Para Aguiar o pacote tecnológico consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa.

ver assumidas por capitais agrícolas individuais.

Esse conjunto de atividades, orienta-se de forma geral para a modernização da produção agrícola, favorecendo claramente determinados tipos de produtos e produtores, em função da correlação de forças na sociedade e da estrutura de acumulação industrial que orientou a própria expansão agrícola.

Este tipo de intervenção reguladora constituiu, ao lado das políticas de financiamento, um dos eixos que viabilizaram a consolidação do moderno parque industrial de processamento de produtos agropecuários. Com maior ou menor intensidade e/ou frequência, encontra-se esta presença do Estado em vários segmentos que na década de 70 passaram pelo processo de modernização, concentração e centralização. (KAGEYAMA et al. , 1990:71)

Sem dúvida a característica central desse auxílio multifacetado do Estado tem sido sua distribuição desigual por setores, culturas, regiões, grupos sociais e, sobretudo, grupos econômicos, onde este auxílio atingiu apenas um pequeno número de produtores.

O aspecto talvez mais importante do debate público sobre a política agrícola, nos últimos anos, fora a denúncia de seu caráter autoritário e elitista, antidemocrático, enfim, que contou com altos índices de concentração fundiária e êxodo rural em massa.

3. AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E O NORDESTE

O Nordeste sempre foi visto pelas autoridades governamentais como uma região problema. Sempre esteve na ordem do dia das políticas dos diversos governos. Não é por pouco que, nos últimos anos, inúmeras iniciativas e programas regionais específicos

foram direcionados à região como forma de reverter as desigualdades regionais e prover o seu desenvolvimento.

Mesmo porque o Nordeste brasileiro é uma região que, do ponto vista espacial, é muito complexa. Vejamos a caracterização oferecida por CARVALHO (1988), quanto à dimensão territorial e geográfica da região nordestina, qual seja;

O Nordeste brasileiro, seja qual for a amplitude do seu território, em suas várias delimitações (geográfica, cultural, histórica, política, administrativa, social, econômica, ou psicossocial) corresponde ao espaço mais antigo do país, em termos de ocupação demográfica e econômica, disso resultando uma identidade objetiva, geográfica e cultural, diferenciada de outros espaços posteriormente ocupados, (...). Essa identidade se consubstancia ainda, através de um longo processo, em um pensamento regionalizado - forma de pensar as suas dimensões, limitações e relações - se não o mais arraigado, no entanto, remanescente com bastante vigor no arcabouço mental brasileiro. (CARVALHO, 1988:9)

É neste contexto de uma região complexa e heterogênea, em suas diversas dimensões, que o Estado tem procurado intervir de várias formas, na tentativa de torná-la menos vulnerável às " condições climáticas adversas " (deficiência, irregularidade e má distribuição das chuvas).

Já se passaram muitos anos, desde o surgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, a partir da criação pelo Governo Federal do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) - estudo este chefiado por Celso Furtado.

Segundo relato do documento síntese

As causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina - a escassez relativa de terras aráveis, a inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do hiterland semi-árido - vieram adicionar-se outras do tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio. (GTDN, 1985:10)

As soluções propostas, a partir do plano de ação estabelecido no documento, não podiam ser isoladas. Era preciso um plano integrado e abrangente, capaz de mudar os rumos dos acontecimentos. Era preciso, segundo os planejadores, favorecer a economia da região, aumentar sua resistência contra os setores naturais adversos e estimular as atividades produtivas.

Era por intermédio desses programas, concebidos com objetivos, de, por um lado, ampliar a oferta de terras e de melhorar o uso da água e do solo, e, por outro, de organizar a economia do Semi-árido, entendida nesse sentido no que dissesse respeito mais à agricultura de sequeiro do que à irrigada, que a SUDENE esperava poder enfrentar o problema da seca. (CARVALHO, 1988:331)

Neste sentido, traçaram-se os planos: reformular a agricultura e expandir as fronteiras agrícolas no Nordeste para atingir os excedentes populacionais; industrializar e explorar racionalmente os recursos naturais da região; enfim, reduzir os desníveis regionais e melhorar a qualidade de vida do povo nordestino.

Concretamente, esperava-se que a partir da criação da SUDENE acontecesse, via programas especiais, um movimento expansionista de áreas irrigadas, pois o traço

marcante desse período se constituía essencialmente em tornar a irrigação muito mais do que um simples mecanismo de combate às secas.

O Estado, através de suas agências especializadas na área agrícola e regional, por diversas ocasiões, lançaram programas, projetos e planos com o objetivo de promover a agricultura nordestina e, por que não dizer, desenvolver a região problema.

De lá para cá, já foram abundantes os incentivos fiscais e financeiros, já foram tantos os Programas Regionais Especiais (Polonordeste, Projeto Sertanejo, Projeto Nordeste, Projeto São Vicente, PAPP, etc.), todos eles com o objetivo de melhorar as condições de vida do pequeno produtor, propiciar acesso à posse - e ao domínio efetivo da terra aos pequenos arrendatários, parceiros, posseiros e demais agricultores sem terra, facilitando à população rural a utilização dos recursos hídricos e serviços de apoio.

Dentre todos estes programas há um detalhe em comum, qual seja o de ajudar permanentemente o pequeno produtor em sua convivência com a problemática da seca e, entre suas maiores prioridades, está a solução dos problemas fundiários da região. Assim sendo todas as ações iam no sentido do enfrentamento às secas, como assinala o documento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), "Ação frente à Seca" (1984:17),

O Nordeste brasileiro sempre foi objeto de preocupação do Governo Federal, tanto pela expressividade territorial e populacional, como, principalmente, pelos sérios problemas econômicos e sociais que a irregularidade climática acarreta às populações aqui residentes.

A irrigação pública estava dentre estes programas regionais especiais que objetivava facilitar o acesso dos pequenos produtores à terra, criando empregos estáveis e bem remunerados no campo.

Assim sendo, de acordo com o objetivo destes programas, a estratégia governamental seria de ataque sistemático e direto ao problema das secas, via política de irrigação, redistribuindo terra, garantindo a produção agrícola o ano todo, criando emprego e fixando as populações rurais, elevando-lhes a renda e reduzindo os índices de migração campo-cidade.

Sem dúvida, as políticas de apoio ao desenvolvimento nordestino, consubstanciadas nos diversos programas, planos e projetos criados nos últimos decênios, se inserem num contexto mais amplo do desenvolvimento capitalista monopolista do Brasil.

Assim, afirma BURSZTYN (1994:130),

As políticas que visam beneficiar os minifúndios viabilizam a sobrevivência dos latifúndios; o aumento da produção para o mercado não pode prescindir da produção para autoconsumo; a modernização promovida pelo Estado serve para preservar a estrutura tradicional.

Assim, tais políticas têm sido tradicionalmente destinadas a manter os mecanismos necessários à sobrevivência da grande propriedade e dos grupos econômicos regionais. O poder destas elites assenta-se tanto no conhecimento técnico-científico, quanto no saber necessário ao acesso às estruturas político - administrativas de âmbito regional e nacional.

O papel desempenhado pelo Estado no Nordeste a partir dos seus diversos mecanismos de execução, foi decisivo no quadro de manutenção da estrutura fundiária, marginalizando os pequenos produtores da dinâmica produtiva, além de acelerar o processo de expropriação que já vinha em curso.

Sobre os resultados das políticas desenvolvimentistas para o Nordeste

patrocinadas pelos diferentes governos, podemos concluir que,

O Estado, através dos seus incentivos pessoais e programas de diversas naturezas, estimula o atual processo de concentração da renda e posse da terra e a ampliação da participação do setor agrícola como área de aplicação indireta do capitalismo comercial, industrial e financeiro, o qual utiliza a pequena produção agrícola. (CHALOULT, 1984:65)

4. A POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE

A partir da criação da SUDENE, com a proposta de tornar a região mais resistente à seca, a irrigação passou a ser considerada como uma política mais efetiva de desenvolvimento regional.

Tomando a idéia que a irrigação seria fundamental para o desenvolvimento no Nordeste, o Governo Federal, por intermédio de instituições como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (**CODEVASF**), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (**DNOCS**), BNB, entre outros, vai desenvolver esforços no que diz respeito a estudos e investimentos em obras de captação, armazenamento e distribuição de águas.

A intervenção destes organismos nas atividades agrícolas parte do princípio de que é impossível pensar em desenvolvimento de semi-árido, em particular, e do Nordeste, como um todo, se o esforço não for embasado no desenvolvimento rural. No caso do semi-árido, é inegável que uma atenção particular teria de ser dada à utilização criteriosa dos recursos hídricos, pois a água nesta região é o elemento crítico, necessitando direcionar as ações no sentido de desenvolver a região através de um programa acelerado de irrigação.

É muito comum, em se tratando da região nordestina, conciliar política de irrigação com política de combate à seca, mesmo porque a história da irrigação no Nordeste é tão antiga quanto os programas estatais de combate aos efeitos das estiagens prolongadas.

Para os organismos de desenvolvimento regional, a irrigação seria uma técnica capaz de viabilizar uma agricultura diversificada e de alta produtividade, preconiza o desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva a qual traz em seu bojo o uso correto dos insumos e a otimização dos recursos hídricos e, quanto ao nordeste brasileiro, seria a forma mais eficaz de superar a vulnerabilidade desta região.

A irrigação se constituiria, porém, num endosso que contribuiria para evitar o êxodo rural, fixar o homem no campo, modernizar a agricultura nordestina, além, evidentemente, de aumentar a oferta de emprego, pois as áreas irrigadas ofereceriam trabalho o ano inteiro e não dispensariam trabalho em períodos de estiagem, reduzindo assim, os conflitos gerados pela falta de emprego no sertão nordestino.

Objetivando melhor esclarecer o papel da irrigação na geração de emprego, CARVALHO (1988:31-2) esclarece que:

Em lugar de se conseguir apenas uma colheita por ano, correspondente ao período das chuvas, para uma determinada lavoura, podem ser obtidas, com o emprego das irrigação, duas ou mais safras, dependendo do ciclo vegetativo da espécie cultivada e de certas exigências agro-climáticas (temperatura, luminosidade, umidade, etc., variáveis durante um ano e de uma zona ecológica para outra). É por isso que a agricultura irrigada contribui mais para o aumento do emprego, no campo e nas cidades que vivem em função do que neste sentido se produz. O aumento do emprego que a irrigação viabiliza corresponde, por um lado, às exigências de força de trabalho para a colheita, especialmente em relação às

culturas que ainda não podem ser colhidas mecanicamente. Por outro, dito incremento deriva-se das exigências dos processos de produção agro-industrial e de comercialização, embalagem e classificação de produtos, que se desenvolvem em estreita articulação com o processo de produção agrícola.

Os efeitos da irrigação sobre a geração de empregos é, de certa forma, um assunto extremamente polêmico. A partir dos fundamentos apresentados por CARVALHO admite-se que esta tecnologia é propulsora e geradora de emprego; porém na visão de outro especialista no assunto, no caso MARCEL BURSZTYN, a agricultura explorada nos perímetros irrigados do DONCS demanda menos força de trabalho do que aquela existente na mesma área, antes de sua implantação, ou seja:

De uma maneira geral, um “perímetro” emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes de sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que as terras irrigáveis situadas a jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos escolhidos por um projeto não são, em geral, oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS(...). (BURSZTYN, 1984:85)

Durante a década de setenta o que anteriormente foi planejado, no plano da política de irrigação, apresentara resultados pouco satisfatórios. O que veria a explicar tal descompasso seria, segundo alguns técnicos, a escassez de recursos e a desarticulação entre as linhas de ação da SUDENE e os demais órgãos de desenvolvimento regional.

Em se tratando de diferenciação gerencial entre a irrigação desenvolvida e controlada pelo DNOCS e CODEVASF, BURSZTYN (1984:80) adverte:

A irrigação passa, então, a ser o eixo central de uma política que visa, por um lado, a criação de projetos de assentamentos e de

produção agrícola de tamanho familiar (sob responsabilidade do DNOCS) e, por outro, a exploração do Vale do São Francisco, onde a tendência é a instalação de grandes empresas, sob a coordenação da CODEVASF. No primeiro caso, a função do Estado é a de transformar as unidades familiares camponesas em produtores familiares.

Seriam estes produtores familiares, na visão de BURSZTYN, os colonos existentes nos perímetros irrigados, o caso mais interessante a ser investigado no sentido de ser um tipo de política desenvolvimentista que contradiz o papel histórico do Estado na região: o de manter as estruturas existentes.

Durante a década de setenta e até a metade dos anos oitenta aconteceram movimentos no sentido de acelerar as políticas de irrigação no Nordeste. Mais uma vez presenciou-se incompatibilidade frente aos objetivos destas iniciativas. Neste período, em adição ao que foi efetivamente realizado, pouco se avaliou em termos dos resultados obtidos. Porém, com todos os problemas, a irrigação continuou prosseguindo sua rota em vista ao desenvolvimento do setor agrícola da região.

Em janeiro de 1986, o governo criou o Programa de Irrigação do Nordeste - **PROINE**. Dentre os objetivos imediatos do PROINE estava o de aumentar a produção e a produtividade do setor agrícola, especialmente os alimentos básicos. Até 1990, a meta seria irrigar um milhão de hectares de terras no Nordeste.

Dentre os vários objetivos do PROINE, destacamos os seguintes:

.Reduzir os riscos climáticos impostos pelas Secas ao desenvolvimento da agricultura regional, especialmente ,em suas áreas semi-áridas;

.Promover a organização dos produtores, visando a sua

participação no direcionamento das atividades rurais e no acesso ao crédito e aos canais de comercialização.

Assinalamos que o PROINE é apenas um dentre os inúmeros projetos que reconheciam a necessidade de investimentos em irrigação na região Nordeste, em função dos resultados satisfatórios que os mesmos apresentariam, transformando evidentemente o fantasma das secas em pesadelo do passado.

Evidente que estes programas fundamentava-se em ações voltadas à inovação tecnológica no campo da agricultura irrigada, no crédito rural para financiamento, na instalação de infra-estrutura coletiva e suporte técnico, entre outras iniciativas de caráter complementar.

O que se esperava, entretanto, é que estas iniciativas (criação de projetos de irrigação), ou seja, obras de natureza definitiva, oferecessem infra-estrutura permanente de combate às secas, ao contrário das obras realizadas no passado, sempre em regime de emergência, que não atacavam, de frente os reais problemas nordestinos.

Dentro deste contexto, o de considerar que as políticas de irrigação estão contidas num objetivo mais amplo, ou seja, considerando que as mesmas estão inseridas na estratégia de modernização agricultura via utilização de insumos e equipamentos modernos, QUEIROZ (1993:26) afirma que:

É a fase da modernização conservadora, na qual a intervenção do Estado no Nordeste se efetivou, diretamente, para incentivar e orientar a aceleração de formas capitalistas de produção do setor agrícola. Dentre elas, a irrigação como ferramenta de modernização, passou a ser considerada como uma das

prioridades.

A concepção que orientava a execução destas políticas de irrigação para o agro nordestino, em especial a ação do PROINE, teria em vista contribuir expansivamente para garantir a integração, sem dependência da economia nordestina, com as demais economias regionais. Um dos elementos básicos dessa concepção consistia em colocar a agricultura do Nordeste em novo patamar tecnológico, ampliando sua articulação com o mercado e as atividades urbano-industriais.

Neste sentido, a concepção que orienta a execução do PROINE tem, portanto, em vista contribuir expressivamente para garantir a integração, sem dependência, da economia nordestina com as demais economias regionais, em particular, com o Centro-Sul. Um dos elementos centrais de tal estratégia estava a de tornar a agricultura do Nordeste competitiva, mediante o aumento da produtividade que a irrigação ensejava e o melhor aproveitamento das vantagens comparativas da região, em matéria de clima (especialmente as condições de temperaturas, umidade e luminosidade).

Contudo, haveremos de admitir que, por trás desta concepção de desencadear uma política agressiva de irrigação, estava a possibilidade contemplar os objetivos traçados (modernizar o Semi-árido) com políticas mais gerais, por exemplo, viabilizar a modernização conservadora do agro brasileiro.

Assim, explicando esse consórcio, GRAZIANO DA SILVA (1989: 128) chama a atenção para o fato de que **“ a irrigação não é apenas uma forma de viabilizar uma agricultura moderna no Semi-árido nordestino. Ela tem sido, também, uma forma específica de viabilizar a modernização conservadora da região, seguindo os mesmos passos que transformaram a base técnica da produção agropecuária brasileira nos anos 60 e 70 “.**

Dentre todas estas iniciativas encontra-se a concretude da viabilidade da agricultura irrigada como uma forma de efetivamente transformar a sociedade nordestina, caracterizando-se a região como prioridade nacional, no quadro da política de desenvolvimento.

Porém, viabilizar o desenvolvimento da região a partir simplesmente da implementação de políticas de infra-estrutura hidráulica, modernizando as técnicas de produção, é muito pouco, considerando os problemas estruturais apresentados na área de abrangência destes projetos hídricos.

Nessas circunstâncias é preciso, segundo GRAZIANO DA SILVA, que se dê um cunho social à política de irrigação. Neste caso seria preciso ampliar o horizonte de intervenção do Estado, ampliando as demandas sociais das populações atingidas, a fim de que sejam viabilizadas políticas públicas de âmbito social.

5. PERÍMETROS IRRIGADOS : FORMAS DIFERENCIADAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O programa de irrigação do Semi Árido Nordestino, este dirigido particularmente pelo DNOCS, consistia na implantação de projetos de caráter público, com assentamento de colonos em lotes de produção agrícola familiar, denominados Perímetros Irrigados.

Neste caso, para o PROINE (1988:04), "um Perímetro Irrigado pode ser definido como uma organização social que tem como objetivo o uso adequado dos recursos de água e solo, pela comunidade de irrigantes. Entende como uso adequado, a distribuição oportuna e eqüitativa da água, em função das necessidades das culturas e da conservação do solo e dos demais recursos naturais".

Neste sentido, a execução dos projetos de irrigação, via Perímetros Irrigados, constituiria investimentos em obras de infra-estrutura de engenharia hidráulica, como também em desapropriação de terras, construção de habitações e de equipamentos comunitários, além do treinamento em técnicas agrícolas com as quais os agricultores não estão acostumados ainda.

Isto implicava em que, além de colocar à disposição dos agricultores lotes de terras com infra-estrutura de irrigação, o Estado (DNOCS, CODEVASF) teria de mobilizar recursos para oferecer-lhes os serviços de apoio que iriam viabilizar a sua atuação como produtores rurais integrados na economia do país.

A partir da constituição destes projetos, o Estado propiciaria aos agricultores oportunidades (através de insumos e equipamentos agrícolas, treinamento e orientação técnica, além de terras para os cultivos) de transformarem-se em pequenos produtores modernos, verdadeiros agentes da renovação no meio rural nordestino.

Os colonos da irrigação¹¹ teriam a incumbência de levar adiante estes Perímetros Irrigados, para tanto os mesmos receberiam insumos e equipamentos agrícolas, treinamento e orientação técnica, além de terras para o cultivo, transformando-se em verdadeiros agricultores modernos, expressando a renovação que se processava no meio rural nordestino. Ou seja, toda a infra-estrutura básica e social indispensável à eficiência dos projetos de irrigação (Perímetros Irrigados), como estradas, eletrificação, saneamento básico, habitação, educação, assistência técnica, crédito rural, etc.

Assim sendo, os Perímetros Irrigados são considerados pólos de desenvolvimento regional, onde os irrigantes são os elementos irradiadores deste desenvolvimento, na busca da superação dos entraves da região nordestina.

Levada a termos, a intervenção do Estado com a colonização em projetos públicos de irrigação deve criar novos produtores capitalizados na figura dos colonos. E contribuir, com isto, para a generalização das relações de assalariamento no meio rural. (ALMEIDA JR., 1986:02)

No entanto, não é possível pensar estes projetos de forma generalizada. Seria utopia pensar que, mediante as diversidades e especificidades de cada localidade, poder-se-ia obter sucesso em todos os projetos de irrigação.

No que se refere a tecnificação (utilização de máquinas, insumos e a qualidade da irrigação), existe um consenso por parte dos técnicos e irrigantes que estes elementos constituem fator importante para o desempenho de uma boa agricultura irrigada. Porém, ocorrem diferenciações quanto ao uso e aproveitamento destes recursos, diante os diferentes perímetros.

Assim, a introdução da irrigação em áreas do semi-árido nordestino, implicaria em transformações no interior do processo de produção, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista técnico. Caracterizando-se, assim, na introdução de práticas modernas, acarretando, pois, níveis elevadíssimos de produtividade.

Contudo, não basta só dispor destes recursos. Mais do que isto, é necessária uma permanente política de assistência técnica por parte dos órgãos governamentais. Aí reside um problema como o detectado nos Perímetros Irrigados Bebedouro e Nilo Coelho no Vale do São Francisco.

Além disso, se coloca a questão da assistência técnica que, com o surgimento da política de emancipação, começou a entrar em processo de desmantelamento, chegando ao ponto de, em 1989, encontrar-se numa situação de completa inexistência de assistência

técnica. No caso de Nilo Coelho, os técnicos que desempenhavam estas funções foram dispensados por falta de recursos para pagar seus salários. (VILELA, 1991:65)

Quanto ao financiamento e comercialização da produção verificam-se também formas diferenciadas da relação dos colonos com os agentes financiadores e os mercados.

É impossível discutir essa questão, se não a considerarmos dentro de uma análise mais profunda sobre as formas de sujeição e apropriação do sobre-trabalho num perímetro irrigado; e mais ainda, as especificidades das relações sociais existentes nestes perímetros. Por exemplo,

Na região de Sumé, encontramos de maneira fundamental a pequena produção familiar subordinada ao proprietário fundiário, como correspondente a uma região onde predomina a pecuária extensiva. Mas encontramos também no Perímetro Irrigado de Sumé um número pequeno de agricultores que participa do processo de organização da produção que rompe com essas características tradicionais. O sistema de produção e de trabalho é subordinado a uma indústria de processamento de alimentos. (LORZA, 1991:12)

Frisamos que outras formas e distintos graus de subordinação da agricultura ao capital persistem e renovam-se no meio rural nordestino e, por que não dizer, no âmbito dos perímetros irrigados. Diferentes formas de produção, diferentes formas de relações de trabalho, e, por conseguinte diferentes formas de apropriação do excedente que lhes são correspondentes, este é o quadro composto ao nível dos perímetros irrigados.

Tomemos, por exemplo, o caso do Perímetro Irrigado de Mandacaru, onde as relações de produção estabelecidas estão, ao que tudo indica, permitindo aos colonos a

acumulação do excedente.

Mandacaru passa a impressão de ser um bom exemplo de pequena propriedade eficaz. E de ser um núcleo de desenvolvimento agrícola com uma mentalidade diferente. Com isto, esta camada de agricultores sai da condição de explorada para a de exploradora. (ALMEIDA JR., 1986:120)

Por certo esta não é a situação generalizada dos perímetros irrigados do Nordeste. Muitos vivem em estado de completa dependência e subordinação. Vejamos a análise de LORZA sobre a realidade existente em um projetos de irrigação, caso este que não deve ser generalizado para todos os projetos, após uma pesquisa realizada no Perímetro Irrigado de Sumé - PB.

Esse processo de subordinação a partir da imposição do preço do produto, do planejamento da produção, da dependência de insumos, da água do perímetro, do trator, do crédito, é um processo contraditório com a própria lógica camponesa. Estas determinações mercantis mudam a especificidade do trabalho agrícola destas unidades familiares aí presentes. Podemos também afirmar que é um processo inevitável para os agricultores participantes do perímetro. (LORZA, 1991:80)

Um outro aspecto no qual se constituem análises diferenciadas quanto aos diversos perímetros é quanto ao grau de representatividade (Associação e/ou Cooperativa de irrigantes) existentes nestes projetos e o papel destas no setor organizativo, gerencial, produtivo e comercial destas unidades produtivas.

Em função da constituição jurídica de cada uma destas entidades, do seu poder de mobilização, da sua capacidade de articulação, poder-se-ia determinar o grau de intervenção destas entidades para com os seus associados, como também a integração das

mesmas com o restante da sociedade

A partir do quadro traçado acima, podemos perceber a complexidade que é a realidade da agricultura irrigada no Nordeste brasileiro. Porém,

Apesar das dificuldades a vencer, a irrigação pode desempenhar um importante papel no Nordeste, viabilizando a abertura das terras do semi-árido ao processo de desenvolvimento. A agricultura conduzida em regime de irrigação tem a capacidade de poder vencer as limitações climáticas, permitindo a expansão da agro-industrial que viabiliza a comercialização de produções em larga escala. (CARVALHO, 1997:221)

Embora existam estilos diferenciados quanto ao comportamento destes Perímetros, é importante salientar que as condições de produção e reprodução desta diferenciação ocorre para que o processo de acumulação de capital continue a se verificar, ao mesmo tempo em que se assegure uma reprodução dos diferentes grupos sociais existentes em sua volta.

Para AUED (1980), “os perímetros Irrigados representam a intenção estatal de produzir transformações no setor agrícola , que amenizassem conflitos sociais e fizessem reverter o quadro de crise do setor urbano fabril. Desse modo, os Perímetros são encarados como novos mecanismos de acumulação capitalista, afinados com a agricultura moderna, e que permitem ao capital seguir sua trajetória”.

Assim sendo, esta é a orientação para os Perímetros Irrigados, qual seja, servirem de local de valorização econômica das atividades agrícolas da região, conferindo ao trabalhador rural possibilidades de integração aos mercados existentes e ascensão social.

TERCEIRO CAPÍTULO

PAU DOS FERROS : A REGIÃO E O PERÍMETRO IRRIGADO

1. O MUNICÍPIO E REGIÃO : ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PERÍMETRO

O município de Pau dos Ferros situa-se no extremo sudoeste do estado do Rio Grande do Norte, a 420 km da Capital - Natal, em plena Zona Semi-Árida, no Sertão nordestino, na região denominada de Polígono das Secas. Essa região apresenta graves problemas estruturais, tanto do ponto de vista edafo-climático quanto do ponto de vista sócio-econômico. Com uma altitude de 193 metros, Pau dos Ferros apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 6° 06' 41" de Latitude S e 38° 12' 33" de Latitude W.

Do ponto de vista da localização espacial, Pau dos Ferros localiza-se na Zona Homogênea do Alto Apodi. Esta compreende o extremo sudoeste do RN, encontrando-se, esta região, delimitada pelas fronteiras dos Estados do Ceará e Paraíba, englobando 33 municípios, e agrupando uma superfície de 5.363 Km² e uma população de 216.801 habitantes (o que corresponde respectivamente a 10,09% da superfície e 8,98% da população do Estado)¹², apresentando uma densidade demográfica de 40,42 hab./Km². Esta zona é formada pela subzona de Pau dos Ferros com 19 municípios e a subzona das serras

¹² Em uma superfície de aproximadamente 53.000 Km² vivem, no Estado do Rio Grande do Norte, 2.634.000 habitantes

úmidas com 14 municípios.¹³

Em relação ao município de Pau dos Ferros este apresenta uma área (extensão territorial) de 277,9 Km², com uma população situada em torno de 22.000 habitantes, apresentando, assim, uma densidade demográfica em torno de 79 habitantes por Km², número este bem acima da média da região.

Destes 22.000 habitantes, aproximadamente 85% são residentes na zona urbana do município, sendo os 15% restantes residentes na zona rural, apresentando, então, uma característica estritamente urbana, sem desconsiderar, portanto, a relativa importância desempenhada pelo setor agropecuário no contexto sócio-econômico do município e da região.

Nesta região as chuvas são raras com precipitação pluviométrica baixa, variando de 400 a 600 mm anuais e distribuição irregular em 4 a 6 meses, propiciando a ocorrência de estiagens (pluviosidade insuficiente) de 6 a 8 meses. O clima é quente e seco, com temperaturas médias anuais de 28 a 35 c. Os solos são pobres, de origem cristalina, rasos e pedregosos, com relevo grave a ondulado e baixa capacidade de armazenamento d'água.

A vegetação predominante no município caracteriza-se por apresentar formações do tipo caatinga xerófila, relativamente densa, do tipo arbustiva e arbórea de pequeno porte, e escassa forrageira nativa.

A estrutura fundiária de toda a região é marcada por pequenas propriedades, sendo relativamente inexpressiva a existência de latifúndios. Estes minifúndios são constituídos por pequenos proprietários, arrendatários, moradores, parceiros e ocupantes

¹³ No estado do Rio Grande do Norte são 166 municípios distribuídos em oito zonas homogêneas com características básicas semelhantes, quer na sua constituição quer na sua dinâmica).

baseados no trabalho familiar, voltados basicamente para a sua reprodução; sem desconsiderar, no entanto, a existência de trabalho assalariado.

Nas Estatísticas Cadastrais (1990) o INCRA registra para o município de Pau dos Ferros a participação de 72,82% dos imóveis como minifúndios, ocupando uma área total de 35,66 % do município, existindo ainda empresas rurais em números correspondentes a 12,62 % do total de imóveis rurais, ocupando uma área de 28 % da superfície total. 14,24 % dos imóveis são considerados latifúndio por exploração, estes correspondendo exatamente a 36,10 % da área total do município. Não existe, no município, nenhum latifúndio por dimensão.

A partir dos dados da tabela abaixo constatamos que do ponto de vista da divisão dos estabelecimentos, segundo os grupos de área (ha.), há uma predominância dos estabelecimentos de menos de 10 hectares e dos de 10 a menos de 100, totalizando no conjunto 92 % das propriedades. Não foi possível, ainda, mensurar quanto representam estes estabelecimentos em termos de área.

Tabela 1. Pau dos Ferros/RN - Estabelecimentos segundo os grupos de área (ha.)

GRUPOS DE ÁREA(HÁ)	ESTABELECIMENTOS	%
Menos de 10	224	49,7
10 a Menos de 100	191	42,3
100 a Menos de 200	17	3,8
200 a Menos de 500	12	2,7
500 a Menos de 2000	03	0,7
2000 a Mais	-	-
Sem Declaração	04	0,8
total	451	100

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil, 1997 - IBGE

Contudo o índice de GINI de distribuição fundiária (indicador de concentração de terra) em Pau dos Ferros, para o ano de 1985, situava-se em 0,515 (caracterizando de forte a muito forte o índice de concentração fundiária do município).

Quanto às formas de posse / condição do produtor, a grande maioria (62,3 %) dos agricultores são proprietários, trabalhando em 62,3% da área total explorada. A parceria ocorre em 11,5% da área explorada. O arrendamento é praticamente inexistente, encontrando-se em apenas 2,9 % da área total explorada. Encontramos ainda ocupantes em 15,2% da área total explorada.

Tabela 2 - Pau dos Ferros/RN - Condição do Produtor

Condição	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Proprietário	281	62,3	11.595	70,0
Arrendatário	07	1,6	486	3,0
Parceiro	88	19,5	1.906	11,6
Ocupante	75	16,6	2.571	15,4
Total	451	100,0	16.557	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil, 1997 - IBGE

Com relação à utilização das terras, as mesmas apresentam a seguinte composição, do ponto de vista da produção agrícola / vegetal : 13% da área explorada no município é destinada à lavoura, incluindo culturas permanentes, temporárias e hortigranjeiros. Porém é impressionante a quantidade de área cuja exploração destina-se às pastagens (37%) e matas e florestas (32,5%), observando-se, assim, a possibilidade do avanço de outras culturas, que não sejam essencialmente os produtos básicos. Em 14,5 % das terras, apresentam-se ainda lavouras em descanso e produtivas não utilizadas.

Tabela 3 - Pau dos Ferros/RN - Utilização das Terras

Área Total (há)	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA (HÁ)							
	Lavouras Permanentes e Temporárias		Pastagens Naturais e Artificiais		Matas Naturais e Plantadas		Lavouras em Descanso e Produtivas não Utilizadas	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
16.557	2.141	12,2	6.070	37,0	5.381	32,5	2.413	14,5

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil, 1997 - IBGE

Em se tratando do pessoal ocupado no meio rural do município, o quadro encontrado é de um total de 1.666 pessoas com ocupação nas atividades agrícolas, representando isto 50% da população rural do município.

Tabela 4 - Pau dos Ferros/RN - Pessoal Ocupado no campo

TOTAL	PESSOAL OCUPADO			
	TOTAL DE HOMENS	HOMENS MENORES DE 14 ANOS	TOTAL DE MULHERES	MULHERES MENORES DE 14 ANOS
1.668	1.065	183	603	133

FONTE: Censo Agropecuário - Brasil, 1997 - IBGE

O desenvolvimento do povoamento do município de Pau dos Ferros se constituiu historicamente, e está fortemente ligado a uma colonização, cuja atividade principal se pautava nas atividades agro-pastoris, com predominância para a criação de gado e da cultura algodoeira.

Do ponto de vista agropecuário, o sistema de produção ainda predominante repousa sobre a criação de gado, tanto para o corte como para a produção leiteira; esta última em virtude principalmente do programa de distribuição de leite do governo do estado¹⁴, combinada com a agricultura predominante de subsistência. A cultura comercial do algodão que chegou a se constituir no passado como impulsionadora econômica da região se encontra há bastante tempo em nitida decadência.

Assim sendo, com a crise da cultura algodoeira, a região e o município foram afetados diretamente pelo fato de ser a cotonicultura a sua principal atividade econômica.

¹⁴ Segundo estimativas do governo do estado, após a implementação deste programa, o rebanho bovino do estado teve um acréscimo de 60 % .

Em um longo período da história da economia do Nordeste, e em particular do município de Pau dos Ferros, o algodão foi a tábua de salvação dos integrantes de uma sociedade agrária que tinha na propriedade rural o seu intercâmbio comercial de sobrevivência. (BARRETO, 1987:55)

Do ponto de vista econômico, a região sentiu bastante a crise da cultura algodoeira, considerando ser o município o centro irradiador e intermediário do comércio deste produto, tendo existido, inclusive, inúmeras usinas de beneficiamento do caroço do algodão. O resultado é que hoje não se localiza mais nenhuma destas empresas.

O comércio algodoeiro foi a base fundamental da economia agro-industrial do município durante muito tempo. Porém com o impacto das secas, com os estragos causados pelas pragas e principalmente com a crise e indefinição mercadológica no Brasil e no mundo provocada pela utilização da fibra sintética, debilitaram a economia municipal no que se refere à produção algodoeira. (PAIVA, 1993:48)

Na produção agrícola são cultivados os produtos básicos de alimentação, limitando-se às roças de feijão, arroz e milho, com predominância da mão-de-obra familiar ocupadas nestes estabelecimentos. Pelo lado das atividades não-agrícolas, esta mão-de-obra ocupa-se no processamento de produtos primários, como por exemplo o leite que é aproveitado na fabricação de queijo e da manteiga, a fabricação do doce caseiro, etc. Pode-se também constatar a existência de uma quantidade de mão-de-obra disponível para atividades tipo olaria e carvoaria.

A partir da tabela 5, constatamos que, do ponto de vista agrícola, os produtos

feijão, milho e arroz ocupam, respectivamente, as maiores áreas colhidas (em hectares), sendo, portanto, os produtos de importância agrícola mais significativos.

Tabela 5 - Pau dos Ferros/RN - Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas

PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (HÁ)	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)
CULTURAS PERMANENTES		
Algodão Arbóreo	08	01
Banana	16	13
Castanha de Caju	47	24
Côco da baía (1.000 frutos)	06	24
Manga	01	32
CULTURAS TEMPORÁRIAS		
Algodão Herbáceo	90	145
Arroz	190	171
Batata Doce	05	27
Cana-de-Açúcar	33	990
Feijão	690	378
Fumo	20	09
Milho	510	408
Sorgo Granífero	02	02

FONTE: Anuário Estatístico - Rio Grande do Norte, 1995 - IDEC

Tais atividades(de produção e beneficiamento) têm como destino tanto o autoconsumo(o consumo familiar) como o mercado; este se constituindo em um mercado de troca ainda bastante insipiente, considerando as diversas categorias de intermediações existentes na região. Os produtores agrícolas da região sempre estiveram inseridos numa economia fundamentalmente mercantil, sendo que boa parte do que é vendido assume o caráter de complementação do sustento familiar (é comercializado visando a aquisição de outros bens).

Para tanto, um local privilegiado para o desenvolvimento desta atividade comercial é a feira livre de Pau dos Ferros. Frequentemente realizada aos sábados, esta feira sempre produziu uma forte demanda por produtos agropecuários, constituindo-se, pois, em

espaço adequado para a comercialização de boa parte da produção agrícola da região, valendo considerar, contudo, que não necessariamente tudo o que é comercializado aqui seja proveniente do mercado interno (da região).

Podemos sintetizar a realidade agropecuária do município, a partir de uma análise da estrutura fundiária cuja característica principal é a predominância de minifúndios. De modo geral, podemos denominar esta atividade de agropecuária tradicional, pelo fato de tipicamente ser constituída pela alta participação do fator trabalho na combinação dos fatores no processo produtivo. Usa pouco capital e terra. O trabalho utilizado é predominantemente familiar, a propriedade é pequena e se dedica à produção lavoureira tradicional (milho, feijão, mandioca), à pecuária e à produção leiteira. O destino da produção é principalmente o autoconsumo e o abastecimento do mercado interno.

Quando analisado do ponto de vista mais geral da economia Norte-riograndense, Pau dos Ferros, em virtude de sua participação e importância econômica, se constitui em um município pólo deste Estado, em um centro comercial regional, uma vez que sobre o mesmo se abriga uma população flutuante de aproximadamente 80.000 habitantes, dado as suas potencialidades econômicas, considerando que, em sua sede urbana, concentra-se uma quantidade significativa de órgãos oficiais, agências bancárias, universidade, pequenas indústrias, com grande disponibilidades de serviços públicos e comerciais.

Neste sentido, o desenvolvimento da cidade e seu ritmo de expansão não se encontra na área rural e sim devido as possibilidades de prestação de serviços (financeira e burocrática) e comércio que são oferecidos pelo município, enquanto pólo irradiador de benefícios à comunidade local e regional. Neste sentido, podemos admitir que a economia do município está essencialmente fundamentada nos serviços ofertados pelo Estado e, mais ainda, das transferências de rendas públicas.

A partir da crise do sistema algodão/pecuária tem início um processo de afastamento dos famosos “coronéis” (elites agrárias) da direção do aparato público municipal, o que não quer dizer que tenham perdido o poder político. Os proprietários rurais, ocupando agora posição de aparente subordinação, continuam, porém, exercendo influência nas decisões do executivo.¹⁵

Comportando-se como cidade pólo, Pau dos Ferros se constitui como um centro de atração preferencial de uma população migratória, constituindo-se, assim, como destino assegurado de migrantes, seja da zona rural ou de municípios vizinhos, em virtude, principalmente, das condições econômicas desvantajosas desta população migratória, tais como a ausência de estímulos específicos para agricultura, na estrita oferta de crédito agrícola e na deficiente rede de comercialização da pequena e média produção. Este quadro dramático é acentuado pela esperança que existe, junto a esses migrantes, de encontrar em um município próspero como Pau dos Ferros melhores condições de vida, através da sua ocupação nos setores secundário e terciário.

Com a decadência do setor agrícola e pastoril, aumentou a urbanização em Pau dos Ferros. Porém o desenvolvimento econômico do município foi incapaz de absorver esta população no setor formal de trabalho, devido ao incipiente processo de industrialização. Portanto, grande parte da população teve que buscar sua sobrevivência em atividades improvisadas tidas como atividades do mercado informal. (MORAIS, 1986:42)

Como não conseguem sobreviver em seus antigos espaços, os jovens, principalmente, abandonam seus lares, deixam a família, a terra e vêm “tentar ganhar a vida”

¹⁵ Para se ter uma idéia do desprezo para com a zona rural, após a posse do novo prefeito, em 01.01.97, o município encontra-se sem secretário de agricultura.

numa cidade como Pau dos Ferros. Aqui chegando, assustados e apreensivos, ficam à procura de emprego, prá lá e prá cá, numa peregrinação sem fim. Uns conseguem arranjar trabalho. Outros passam a viver da informalidade e muitos viram pedintes, sem emprego, sem terra e sem teto.

Concomitante a esse quadro, constatamos que a nível de oferta dos serviços públicos em Pau dos Ferros ocorre uma verdadeira deterioração de sua qualidade, desqualificando-o enquanto prestação assistencial às camadas sociais mais desfavorecidas.

Em pesquisa recentemente realizado¹⁶ constatou-se que 48,76% das pessoas inseridas no mercado informal de trabalho no município de Pau dos Ferros são migrantes de cidades circunvizinhas a Pau dos Ferros e até de outros estados, enquanto 51,24% são naturais do município.

O desenvolvimento do mercado informal proporcionou um fluxo migratório surpreendente, pois a migração urbana (representada por pessoas vindas de cidades circunvizinhas) é maior que a rural; e ambas têm como principal motivo o trabalho. (MORAIS, 1996:42)

O fato é que, por se tratar de um fato recente, este fluxo migratório tem acarretado preocupação para os setores prestadores de serviços públicos, pelo fato de que junto com os migrantes vem também o acréscimo significativo de favelas ao redor do município, constituindo-se os mesmos numa massa enorme de despossuídos sem acesso a direitos básicos como alimentação, saúde, educação, moradia e saneamento, sem dignidade e sem cidadania.

¹⁶ Levantamento sócio-econômico de Pau dos Ferros/RN - Diocese/Sebrae/URRN

O aumento populacional da cidade impôs um processo de urbanização desequilibrado e sem prévio planejamento. O crescimento de Pau dos Ferros deve-se ao próprio crescimento demográfico e ao movimento migratório tanto do campo como das cidades vizinhas. (PAIVA, 1994:49)

Conforme o mapa da fome do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros encontra-se entre os municípios cujo índice de indigência situa-se em 46%, classificando-se como grau muito alto de indigência, o que significa que o município apresenta uma população indigente de 8.900 pessoas.

2. O PERÍMETRO IRRIGADO

2.1. - BREVE HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

O DNOCS, através do planejamento, implantação e operação de Projetos de Irrigação, tem, a partir da década de 70, acumulado experiência no âmbito do desenvolvimento do setor agropecuário nordestino com o assentamento de irrigantes, nos perímetros irrigados, em lotes individuais variando de 4 a 6 ha, caracterizando uma exploração à base de unidades agrícolas familiares.

Neste sentido, com o advento destas ações de ordem públicas de fomento à agricultura irrigada, dentro do contexto das políticas de desenvolvimento regional, inseridas nos planos nacionais de mesmo cunho, foi idealizado, planejado e implementado o Perímetro em foco sob a égide de instituições oficiais.

A propósito de possibilitar a valorização econômica do trabalhador agrícola da região nordestina e, em especial, do norte-rio-grandense, o DNOCS proporcionou estudos no

sentido de conferir prioridade ao produtor agrícola do município de Pau dos Ferros, visando para tanto assegurar às comunidades produtivas contempladas ascensão social, integrando-as a uma economia de mercado do setor agrícola, através da agricultura irrigada, combinada a ações integradas nas propriedades rurais, tendo como base o desenvolvimento de recursos hídricos.

Porém, na metade da década de 70 deu-se início a estudos de natureza técnica, econômica e social, como também de sua viabilidade, visando à implantação do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, tendo como objetivo a execução de um programa de assentamento de pequenos irrigantes (ou colonos) em lotes de produção agrícola familiar, nesta localidade, no intuito de desenvolver atividades agrícolas ou mistas, em lotes previamente definidos, principalmente em termos de área, sob gerenciamento de técnicos vinculados ao órgão executor do projeto, qual seja o DNOCS.

Conforme documentos oficiais da Associação dos Colonos de Pau dos Ferros (ACOPAF), o Perímetro Irrigado ali implantado tinha a finalidade, entre outras,

De ser um pólo de irradiação do processo tecnológico e social para toda região onde está implantado, no sentido de que, a partir de sua operacionalização, os irrigantes aprendem a conviver com um regime de comercialização cooperativista, abandonam modos antiquados de convivência com os donos das terras, adquirem conhecimentos tecnológicos capazes de alterar relações seculares de produção, ou seja, do ponto de vista social, este perímetro irrigado tem oferecido como resultado a promoção social do homem do campo, transformando-os em pequenos empresários.

Para tanto foram desenvolvidas empreitadas no sentido de definição da escolha

do local no qual seriam assentados os colonos,¹⁷ sendo preciso desapropriar terras de particulares no intuito de obter a sua posse jurídica.

Antes da fixação do Perímetro, a área caracterizava-se por ser tradicional e acanhada. Esta representava um grande tabuleiro, despovoado, quando muito produzia uma agricultura de subsistência, agricultura de sequeiro, com nenhum intercâmbio comercial com as áreas circunvizinhas

Quanto ao processo de desapropriação da área do projeto, esta correspondia a pouco mais de quatro imóveis rurais, possivelmente antigos latifúndios, tendo o pagamento desta área ajustado de comum acordo entre as partes interessadas.

Não ocorreu, na época, nenhuma resistência por parte dos proprietários destas terras, quanto à desapropriação da área, mesmo porque estes receberam um bom preço (indenização) por terras que eram consideradas muito ruins para a prática agrícola.

O Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros só foi entrar em operação no início dos anos 80. Em princípio o projeto tinha como fundamento abranger uma área desapropriada equivalente a 1.600 ha. com o propósito de abrigar e assentar inicialmente 44 famílias, com a finalidade de desenvolver atividades agrícolas, sejam elas irrigadas e/ ou sequeira. Nestas circunstâncias, de acordo com o seu tamanho e número de colonos assentados, poderíamos considerá-lo como um Perímetro de porte pequeno.

Neste sentido foram realizadas obras, inicialmente, dentro das unidades agrícolas (lotes), referentes à infra-estrutura e preparo do solo, como também fora destas, principalmente obras de suporte básico e complementar para as atividades agropecuárias, tomando o projeto apto a entrar em operação.

Foram investidos recursos na aquisição de máquinas e equipamentos, a fim de

¹⁷ Para muitos a escolha do local para a instalação do projeto foi inadequado para tal empreendimento, devido a sua localidade e da natureza e propriedade dos seus solos.

garantir a operacionalização produtiva do projeto e assegurar a capitalização dos primeiros colonos.

Paralelamente às execuções das obras de infra-estrutura, iniciou-se o cadastramento dos agricultores que pretendiam participar do projeto. Os cadastrados passaram por uma seleção, feita pelo DNOCS, que resultou em 44 selecionados e habilitados, segundo o órgão, para tornarem-se irrigantes.

Quando da aprovação do colono no processo seletivo, este submete a assinatura de um contrato de aceitação, pelo qual o mesmo fica totalmente subordinado às normas e orientações estabelecidas pelo DNOCS, no que diz respeito ao plano de exploração agrícola e pecuária;¹⁸ assim como as práticas de irrigação, utilização de crédito oficial e comercialização do produto.¹⁹

A partir deste instante são executados os trabalhos relativos à produção agrícola a cargo dos colonos, porém formulado e controlado pelo DNOCS, reservando-se a este órgão também a responsabilidade pela conservação e manutenção do sistema de irrigação, bem como a operação e administração dos equipamentos e instalação, ou seja, a operacionalização e administração direta da estrutura hidráulica.

Instalados a partir de 1981, a trajetória desses colonos compõe um panorama complexo, no qual entram dificuldades econômicas, sociais e produtivo-organizacionais. Sobre isto nós falaremos daqui a pouco.

¹⁸ O plano de exploração é um termo técnico empregado por especialista do assunto sendo o mesmo o instrumento ao qual o colono se submete e onde está definido o que deve ser produzido, como será produzido, quando será produzido e quanto será produzido, destacando-se a técnica a ser utilizada e o destino da produção.

¹⁹ Todas estas normas compõem os termos do contrato experimental firmado entre o colono-irrigante e o DNOCS.

2.2. - DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA DO PERÍMETRO

O Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros localiza-se no vale do Rio Apodi, a uma distância de 8 Km a leste da sede do município e 428 Km da capital do Estado, Natal, apresentando tabuleiros recobertos parcialmente de aluviões relativamente conglomerático, pelo menos em sua base, mas os vales do Rio Apodi e de seus principais afluentes são poucos encaixados.

A área apresenta um clima semi-árido quente, caracterizado pela diferença negativa entre precipitação e evaporação, verão seco e inverno chuvoso com temperatura no mês mais frio, superior a 18°, sendo a média anual de 27°; a média anual de precipitação é de 700 mm; e os principais tipos de solos lá encontrados são podzólicos vermelhos amarelos, brunos não cálcios, aluviais entróficos e litólicos entróficos.

O sistema de irrigação inicialmente explorado era por superfície (gravidade), alcançando uma área explorada de 280 ha., sendo o suprimento hídrico do projeto a ser assegurado pelo açude público de Pau dos Ferros, construído em 1967 pelo DNOCS, com capacidade armazenadora de 55 milhões de metros cúbicos de água, alimentado pelo Rio Apodi-Mossoró.

Interessante faz-se reconhecermos que diferentemente de muitos projetos públicos de irrigação em que se constituía o reservatório hídrico justamente e imediatamente para atender as definições do projeto, o que se nota em relação ao Perímetro de Pau dos Ferros é a existência de um certo distanciamento entre a construção do reservatório e a execução da obra física do projeto, mesmo porque a finalidade para que foi construído o açude não foi para provimento hídrico de projeto de irrigação e sim para abastecimento d'água da população do município.

Do ponto de vista da estrutura física-estrutural, no sentido de alimentar o sistema do projeto, a água é bombeada diretamente do açude, por intermédio de uma adutora de 6 Km de extensão, para um reservatório de compensação de 26.000 m³ que alimenta, inicialmente, os canais principais e secundários do sistema por gravidade e, em seguida, o de aspersão, a partir de uma outra estação de bombeamento, com água captada do canal principal.

Essa estrutura física-estrutural de captação de água corresponde à captação em si, recalque, condução e distribuição, de forma a atender a todos os lotes beneficiados.

Nos primeiros anos de desenvolvimento do projeto, a relação entre demanda e oferta de água era suficiente para atender a todos os beneficiários, fossem eles colonos ou moradores do município, sem comprometer, no entanto, os recursos hídricos da barragem.

Posteriormente, por volta do final de 1987, o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, celebrou um convênio com o DNOCS, cujo objetivo permitia que o DNOCS cedesse ao Governo do Estado uma área de 300 hectares de novas terras, dentro do perímetro, cuja finalidade seria a incorporação de 300 famílias que seriam beneficiadas com lotes dominados pelo método de irrigação por aspersão. Nesta nova etapa foi desenvolvida uma nova modalidade de irrigação, qual seja, a irrigação por aspersão, agora sob a orientação e responsabilidade do Governo do Estado, que direcionou a seleção e o assentamento²⁰, nesta nova área, de mais 31 colonos.

Curiosamente tivemos sob o mesmo teto duas gestões à frente deste Perímetro Irrigado: Governo Federal (DNOCS) e Governo Estadual (Secretaria de Agricultura), algo inédito em se tratando da política de irrigação do Nordeste, no que diz respeito às iniciativas por parte do Estado de desenvolver a política de irrigação, sendo esta uma peculiaridade

²⁰ Neste nova área foram assentados 31 colonos que corresponde a antigos "agregados" dos primeiros colonos da área de gravidade.

estritamente localizada a nível do projeto em análise.

SOUZA (1993) analisando os conflitos administrativos dos projetos públicos de irrigação no estado do Rio Grande do Norte salienta que

No caso de Pau dos Ferros, a COHIDRO (Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria da Agricultura) não possui condições para administrar , por si só, a área sob a sua responsabilidade , pois seu trabalho encontra-se, originalmente, atrelado à administração do DNOCS, a quem compete gerenciar a fonte hídrica do projeto e uma outra área de assentamento. (SOUZA:1993, 221).

Segundo relato de alguns colonos, imediatamente após a introdução desta nova área e da admissão dos recentes colonos, o Governo do Estado proporcionou incentivos que veio a melhorar a produtividade das culturas e dos rebanhos lá existentes. Porém, por volta de 1992, quando toda a estrutura do projeto (área do Estado) passou para a responsabilidade direta do DNOCS e todo o projeto em execução subordinou-se às diretrizes do convênio de emancipação do Perímetro as dificuldades começaram a aparecer.

Visto isso (o processo emancipatório), nos trouxe grandes dificuldades no setor de abastecimento de água para irrigação pelas altas tarifas de energia elétrica, baixo teor de fertilidade do solo, reduzindo assim o alto grau de produtividade apresentado anteriormente. (COLONO)

Sobre os condicionantes favoráveis e desfavoráveis do processo de emancipação agora em andamento no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, discutiremos melhor no último capítulo deste trabalho.

Uma terceira área, que corresponde à última etapa do projeto, de 450 ha. localizada no município de São Francisco do Oeste, ainda se encontra em fase de estudo para a sua implantação, mesmo porque existem pendências indenizatórias junto aos proprietários destas terras que não aceitam os valores estabelecidos pelo DNOCS como forma de indenização. Para alguns técnicos esta seria a melhor área do projeto, isto do ponto de vista agrônômico para o assentamento de famílias e desenvolvimento das atividades agrícolas.

Hoje o Perímetro constitui uma área irrigada implantada útil de 587 ha., sendo que desta somente 380 está em efetiva operação. A área de sequeiro total corresponde a 700 ha., sendo ocupadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias somente 452 ha., apresentando ainda o Perímetro uma área morta e com infra-estrutura de aproximadamente 900 ha.. Em síntese o projeto contempla atualmente 75 colonos, sendo que “ 31 trabalham em lotes de aspersão e 44 em lotes por gravidade”. O tamanho médio dos lotes é de aproximadamente 16 hectares, bem acima daquela média prevista originalmente para os projetos públicos de irrigação..

Atua diretamente na área do projeto uma comunidade de aproximadamente 140 famílias, com uma população estimada em 800 pessoas; destas, muitas são agregados e parentes de colonos, que os auxiliam nas tarefas agropecuárias junto aos lotes da família.

A grovila para residência dos e seus familiares, construída dentro da área do projeto, é composta de 76 casas, 01 grupo escolar, 01 posto de saúde, 01 centro comunitário onde também funciona uma creche, uma igreja construída em mutirão pelos colonos, 01 armazém para guarda de insumos, 01 armazém para guarda de produtos agrícolas, 01 armazém para guarda de máquinas e equipamentos agrícolas, uma oficina e o prédio da Associação onde funcionam correios, posto telefônico, assistência técnica e social.

As casas dos colonos são construídas de alvenaria, com piso de cimento, parede rebocada, com instalações elétricas e sanitárias, muitas apresentando utensílios

variados e modernos, como antena parabólica, etc.

2.3. - DESCRIÇÃO GERAL DO COLONO IRRIGANTE - ESTRUTURA FAMILIAR E RELAÇÕES DE TRABALHO

A pesquisa revelou que, dos colonos residentes hoje, no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, uma boa parte (25 %) são originários do município de Pau dos Ferros, a grande maioria (70 %) de municípios do mesmo Estado, e (5 %) de outro estado (PB). Assim sendo, 95 % dos colonos são norte-rio-grandenses. Ganha peso nestes dados, o percentual de colonos provenientes de municípios próximos ao perímetro, como Martins e Marcelino Vieira, neste caso, alguns destes eram habitantes, parceiros e/ou moradores, da região onde hoje está instalado o Perímetro.

TABELA 6 - Local de Origem dos Colonos

MUNICÍPIOS E ESTADO	COLONOS	
	Quantidade	%
Pau dos Ferros (RN)	05	25
Marcelino Vieira	05	25
Martins (RN)	04	20
Alexandria (RN)	02	10
São Miguel (RN)	01	05
São Francisco do Oeste (RN)	01	05
Antônio Martins (RN)	01	05
Brejo do Santo (PB)	01	05
TOTAL	20	100

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

Todos eles antes de se tomarem colonos já exerciam funções agrícolas, sendo estas em situações diversas, seja como parceiro, rendeiro, arrendatário, possessor, agregado da família, caracterizando, assim, que todos já detinham uma certa vivência e experiência na agricultura. Isso revela que estas famílias assentadas não detinham a posse da terra

anteriormente.

Tabela 7 - Condição do colono antes de se tornar irrigante

CONDIÇÃO DO COLONO	COLONOS	
	Quantidade	%
Proprietário	04	20
Arrendatário	01	05
Parceiro	04	20
Morador	11	55
TOTAL	20	100

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

Ainda como dados importantes, constatamos que dos colonos originalmente instalados nos lotes, quando da implantação do Perímetro, apenas 33 % ainda residem no local, revelando, pois, que 2/3 dos colonos assentados, na sua origem, já os abandonaram, desistindo da condição de colono/irrigante.

Tabela 8 - Ano de Ingresso dos Colonos 81/97

CLASSES	COLONOS	
	Quantidade	%
1981 - 1985	09	45
1986 - 1989	05	25
1990 - 1993	05	25
1994 - 1997	01	05
TOTAL	20	100

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

Um dado extremamente relevante detectado na pesquisa foi quanto a forma de aquisição dos lotes pelos colonos. A maioria dos colonos (11%) está ocupando lotes pela segunda vez, adquiriram-nos do primeiro proprietário; 35 % dos colonos ainda são originários da seleção inicial, seja da primeira ou segunda etapa; porém, um número correspondente a 10 % dos lotes já estão no seu terceiro proprietário.

Tabela 9 - Forma de Aquisição do Lote

FORMA DE AQUISIÇÃO	COLONOS	
	Quantidade	%
Selecionado - 1ª Etapa	05	25
Selecionado - 2ª Etapa	02	10
Comprou do 1º Proprietário	11	55
Comprou do 2º Proprietário	02	10
TOTAL	20	100

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

Os colonos possuem idade média de 52 anos. No que se refere ao número de membros por família, a média é de 5,5 membros por colono. Por se tratar de famílias numericamente grandes, a maioria dos filhos tem buscado ocupação fora do Perímetro, isto sem levar em consideração outras causas, para estas desvinculações, que mais adiante serão melhor analisadas. Quanto ao nível de escolaridade dos colonos, a mesma é muito baixa: constatamos que somente 39% sabiam ler e escrever e 55% sabiam apenas assinar o nome .

Tabela 10 - Idade dos Colonos

IDADE DOS COLONOS	COLONOS	
	Quantidade	%
20 - 30	01	05
31 - 40	03	15
41 - 50	05	25
51 - 60	07	35
61 - 70	04	20
TOTAL	20	100

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

Como já frisamos, anteriormente, é o pequeno produtor que caracteriza o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. Aquele produtor que trabalha uma pequena faixa de terra, cuja produção tem como finalidade tanto o mercado quanto a subsistência do grupo

doméstico, constituída esta predominantemente pela mão-de-obra familiar, que inclui filhos, netos, genros, noras.

Os colonos moradores estão organizados estruturalmente a nível da produção, a partir do trabalho familiar, tendo uma dinâmica de funcionamento individualizada em lotes de terras, destinados à produção agrícola, seja irrigada ou sequeiro.

É a família que faz o trabalho e garante a produção no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. Em todos os lotes, evidentemente aqueles que estão em funcionamento, é o colono e seus parentes que organizam e direcionam a produção.

A família assume, pois, um papel central no processo produtivo, e é em torno dela que a produção se alinha. A nível da unidade produtiva destaca-se a importância do chefe da mesma como um líder, como organizador da produção, enfim, como o centro de tomada de decisão. Sem dúvida, uma gestão centralizada na figura do pai.

Evidentemente, o trabalho familiar figura como predominante, porém outras situações podem ser encontradas, principalmente o assalariamento temporário, transfigurado no ordenado (pagamento por dia de trabalho), na empreitada (o trabalhador assume um compromisso de executar determinado serviço por um preço anteriormente combinado com o colono, baseado em x dias de serviço) e na meação (o produto é dividido entre o colono proprietário do lote e o trabalhador que explora a terra). Tais situações, evidentemente, ocorrem nos momentos de maior demanda.

Essa situação de assalariamento temporário é insignificante, ocorrendo esporadicamente em situações específicas, como na colheita da cultura do feijão, pelo fato de necessitar de um grande número de pessoas para tal atividade.

Discutindo a relação existente entre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, no caso o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros e a presença de relações não tipicamente capitalistas, notadamente o trabalho familiar, LIMA (1997:35), curiosamente,

esclarece:

Consolida-se assim uma situação onde ocorreu uma penetração do capitalismo na agricultura da região, com a intervenção do estado e a criação de um perímetro irrigado, onde a composição orgânica do capital se apresenta superior à média local, com a incorporação de tecnologias modernas, mais especificamente uma agricultura irrigada, mas que tal modernização da agricultura não foi capaz de transformar completamente as relações de produção, com a manutenção do trabalho familiar utilizado de forma ampla e predominante; contudo, o trabalho assalariado não está ausente, apresentando-se, porém, apenas de forma localizada em algumas atividades agrícolas, no caso na colheita do feijão.

Cabe destacar que está havendo, por parte do Perímetro Irrigado, liberação de mão-de-obra para outros lugares, principalmente dos filhos dos colonos. Evidentemente, a explicação para tal fato encontra-se na não absorção desta mão-de-obra nos lotes agrícolas, pelo fato da ausência de produção e fechamento de alguns.

Uma curiosidade existente no Perímetro Irrigado é o fato de que os colonos que estão com seus lotes desativados, os proprietários de lotes da segunda etapa do projeto (irrigação por aspersão), vendem sua força-de-trabalho aos colonos cujos lotes ainda estão produzindo, assalariando-se em caráter temporário, como forma de garantir a reprodução da unidade familiar.

Assim sendo, ocorre no Perímetro Irrigado um processo de apropriação interna de sobre-trabalho, de um colono sobre o outro, pois, devido a ameaça de exclusão, alguns colonos lançam mão de mecanismos tais como o assalariamento temporário, os quais garantem diretamente o consumo familiar e a reprodução do grupo doméstico.

Dos moradores do Perímetro Irrigado, inúmeras são as famílias, aproximadamente 40 %, cujas rendas são obtidas fora das atividades agropecuárias, como

aposentadoria rural, aluguel de carro e de moto (frete), trabalhador da construção civil, diaristas da Prefeitura local, etc.

Segundo LIMA (1997:29), a renda média mensal das famílias assentadas no Perímetro é de R\$ 118,00 e a renda per capita de R\$ 22,56. O mesmo detectou que 60 % das famílias moradoras do Perímetro não possui outra atividade econômica além da agricultura, sendo que todas elas têm como principal fonte de renda as atividades agrícolas. Dos produtores que possuem outras fontes de renda, 40 % dos mesmos é composta por beneficiários de INSS - como aposentado rurais - e os demais não possuem emprego regular e registro em carteira.

Nesta mesma pesquisa, o autor acima referido constatou que 90 % dos colonos são proprietários dos lotes nos quais desenvolve sua atividade agrícola e os outros 10 % trabalham em lotes de terceiros. Tal situação implica na existência de relações de parceria, ou de outro tipo de contrato, no interior do Perímetro Irrigado.

QUARTO CAPÍTULO

TRAJETÓRIA E ESTRUTURA PRODUTIVA NO PERÍMETRO IRRIGADO

Todo sistema tem um modo de organização (estrutura) e um modo de funcionamento (relações). Assim sendo, para uma melhor compreensão da trajetória do Perímetro, em termos da sua organização e do seu funcionamento, ela foi dividida em duas etapas, quais sejam, uma que compreende o período inicial de sua implantação até o início dos anos noventa e, uma outra, do início dos anos noventa aos dias atuais. Esta divisória teve como referência o fato de entendermos que foi a partir daí que o projeto efetivamente entrou em um processo de transformação.

Para termos uma idéia, o ano de 1992 significou o período no qual foi assinado o convênio que entre si celebraram o Departamento Nacional de Obras contra as Secas e a Associação dos Colonos de Pau dos Ferros, visando transferir a esta a administração do projeto Pau dos Ferros.

Um acontecimento determinante marcou o ano de 1993 para os colonos. Neste ano foi firmado um contrato de financiamento entre os colonos e o BNB que, através de um empréstimo solicitado pelos colonos, concedeu crédito para custeio e investimento. É importante frisar este acontecimento pelo fato deste empréstimo não ter sido até agora pago pelos tomadores deste financiamento, mesmo tendo o período de carência já se esgotado em

1996/7, apresentando todos inadimplência junto aos órgãos oficiais de crédito.

Antes de detalharmos toda a trajetória produtiva estabelecida no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, durante estes anos de existência, é preciso assinalar que tais pormenores implicam em não levarmos em consideração a difícil fase vivenciada, atualmente, pelos colonos, pelo fato de que tais informações foram inferidas após a nossa pesquisa de campo. Exclusivamente trataremos sobre esse assunto nas considerações finais.

Ademais, como forma de melhor situar a questão, frisamos que todos os lotes, pertencentes à segunda etapa do projeto (área de aspersão), estão, no momento, desativados.

1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NO PERÍODO 1980/1990 - UM INSIPIENTE PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO / UM MODELO DE GESTÃO AUTORITÁRIO E PATERNALISTA

Vamos aqui descrever de forma abreviada o processo produtivo que se desenvolvia no Perímetro Irrigado, no período que consideramos apresentar resultados relativamente satisfatórios, ou melhor, um razoável processo de capitalização.

Em todas as suas etapas de desenvolvimento, o Perímetro pautou-se em apresentar uma diversificação na sua produção, exibindo sempre o predomínio de uma cultura comercial em consonância com outras culturas que, do ponto de vista mercadológico, não demonstravam nenhuma representatividade.

Essa produção, a nível do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, constituiu-se, sempre, em pequena escala, destacando-se como principais, respectivamente, em ordem de importância, o cultivo do feijão, algodão, milho e arroz; estes referentes a produção agrícola, e a bovinocultura de leite, como produção pecuária predominante. A produção comercial do feijão constituiu-se, no caso do perímetro em análise, na atividade produtiva dominante.

Nesta área, durante um bom tempo, os colonos produziram, comercialmente, sem retorno satisfatório, banana, tomate, gergelim e fumo, este último em parceria (contrato) com a empresa fumageira Souza Cruz, através de sua Unidade de Produção Integrada (UPI), localizada na cidade de Patos, no Estado da Paraíba.

Merece destaque aqui o experimento desenvolvido por boa parte dos colonos junto às culturas da banana e do fumo. Do ponto de vista da reordenação da estrutura produtiva, estas culturas representariam uma possibilidade de acumulação e da capitalização do processo produtivo. Porém, representaram, sim, um verdadeiro fracasso produtivo e comercial.

Quanto à banana esta experiência não produziu o efeito esperado, devido, principalmente, às dificuldades de colocação do produto no mercado regional, ocasionando, assim, a sua erradicação do perímetro, no início dos anos noventa. A trajetória da cultura do tomate não foi muito diferente.

No que se refere ao fumo, os colonos iniciaram, através de um contrato com a Souza Cruz, uma experiência no sentido de viabilizar sua produção no Perímetro Irrigado. Porém, tal empreitada não foi muito adiante. Diversos fatores contribuíram para a inviabilidade desta cultura; dentre estes, alguns técnicos destacaram o desconhecimento técnico da cultura, a péssima qualidade da mão-de-obra existente na área, os altos custos da produção, entre outros.

Tal integração implicava na subordinação destes colonos às diretrizes da empresa agroindustrial. Os contratos de produção-comercialização representavam, na época, um dos mecanismos desta integração. Este contrato estipulava, antes da colheita, o preço a ser pago pela mercadoria. Neste caso o produtor perdia por completo o controle do processo produtivo.

Neste caso, além de depender dos adiantamentos fornecidos pela empresa, os colonos tinham muitas vezes de acatar instruções quanto à preparação da terra e à utilização de fertilizantes e inseticidas.

Estes dois exemplos vêm demonstrar o escasso desenvolvimento cooperativista e/ou associativista de comercialização no âmbito do Perímetro Irrigado, onde o processo de produção é dominado por intermediários que, em períodos de abundância de oferta, podem controlar os preços a seu favor. Tal escassez revela a reduzida participação dos colonos em processos coletivos de decisão.

O desenvolvimento das atividades agrícolas no Perímetro tem sido ao longo dos anos, especialmente a partir de 1985, altamente prejudicado pelo irregular funcionamento da estação central de bombeamento. A incerteza da disponibilidade de água tem não só limitado a quantidade de hectares cultivados, como também a introdução de culturas alternativas de maior rentabilidade.

A cultura que ao longo dos anos predomina é a do feijão, em razão dos riscos serem menores, em face de não exigir elevados custos para sua implantação e, também, por se tratar de um produto que tem mercado garantido, mesmo não alcançando preço satisfatório.

Através da tabela 11 é possível identificar as principais culturas exploradas pelos colonos, no período entre 1986/1989. Deduzimos, a partir da mesma, que, a exceção da cultura do feijão, todas as culturas tem apresentado, no último período, uma tendência ao estacionamento ou ao declínio.

Tabela 11. Perímetro Irrigado - Evolução de Áreas Cultivadas e Produtividade

1986/1989

Culturas	Áreas Cultivada - ha				Produtividade - Kg/há			
	86	87	88	89	86	87	88	89
Feijão	206	260	87	104	812	833	1.053	1.072
Algodão	10	02	109	59	---	1.700	1.532	1.783
Arroz	10	38	52	29	3.660	3.700	3.710	4.750
Fumo	08	10	13	07	825	748	720	751
Milho	---	13	06	---	---	1.980	2.016	---
Banana	44	16	03	03	27.551	28.797	26.834	29.427
Capim	10	10	10	10	80.500	85.000	78.300	82.500
TOTAL	288	349	280	212				

FONTE: Diagnóstico sucinto do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros

Neste período, a produção leiteira atendia exclusivamente ao consumo imediato da população doméstica, não apresentando, pois, nenhum excedente que viesse a ser comercializado e que viabilizasse uma renda extra, devido, principalmente à baixa produção desenvolvida pelos animais.

Do ponto de vista econômico, a opção pela pecuária deriva-se fundamentalmente dos seus baixos custos de manutenção e, evidentemente, da falta de outra alternativa econômica mais rentável a nível do pequeno lote administrado pelo colono.

Os colonos apresentavam um índice de autoconsumo relativamente pequeno, o que indica que os mesmos tinham na comercialização do produto final (agrícola ou pecuária) a sua principal fonte de reprodução, obtendo com isso uma renda razoavelmente satisfatória, configurando indicadores de reprodução da unidade produtiva.

O DNOCS era o órgão responsável pela elaboração, neste período, do plano de exploração, ou melhor, do planejamento agrícola a ser desenvolvido no âmbito do Perímetro em questão, ficando sob responsabilidade do colono a sua execução e aplicação, vigiados e

assessorados pelos técnicos do órgão dirigente.

Os recursos financeiros de que os colonos necessitavam para operar sua atividade agrícola eram obtidos junto a bancos, a partir de análise dos planos agrícolas anuais, através e com garantia do DNOCS e/ou Associação dos Colonos. A Associação desempenhava a tarefa também de abastecer os colonos, quando necessário, com sementes selecionadas, máquinas e equipamentos agrícolas.

No decorrer deste período a assistência técnica junto aos lotes agrícolas e aos colonos, respectivamente, era prestada por equipes do DNOCS, e compreendia uma rígida orientação agrônômica, restando aos colonos a obrigatoriedade de seguir à risca as diretrizes propostas.

A comercialização da produção era intermediada e supervisionada pelo DNOCS. Este órgão tinha a responsabilidade de procurar mercado para escoar a produção, ajustar preços e receber os recursos provenientes da venda das mercadorias. Os colonos que fugissem a esta regra sofriam determinadas sanções disciplinares.

Somente no final de cada período agrícola, após deduzidas todas as despesas com a produção e subtraídos todos os repasses feitos para os colonos, além dos custos das mercadorias adquiridas pelos irrigantes, o DNOCS fazia a distribuição proporcional, junto aos colonos, dos rendimentos obtidos com a venda da produção.

Neste caso, existia uma completa subordinação dos colonos às diretrizes estabelecidas pelo DNOCS, seja quanto à aplicabilidade do plano de exploração, seja quanto ao destino da produção, concretizando, assim, uma relação de inteira dependência financeira.

Não é por acaso que AUED (1980: 103) denomina os colonos da irrigação devido a esta subordinação, por lei, às diretrizes do DNOCS, de **“Empregados disfarçados de proprietários”**.

Esta tutela por parte do DNOCS não se restringia somente aos colonos, mas também junto à Associação dos mesmos. Neste período, a ACOPAF funcionava mais como um setor do DNOCS, obedecendo a normas e regulamentos emanados da direção do órgão.

Nesta época, a produtividade das culturas alcançada no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros era semelhante à média nacional. Ela revelou-se, no período considerado, de estável a crescente e, também, satisfatória, o que traduz que a tecnologia que estava sendo empregada tornava-se até certo ponto aceitável.

Nesta primeira etapa, até o final dos 80, segundo alguns colonos, o Perímetro funcionava normalmente, porém, a partir daí, aconteceram situações indesejáveis que vieram a prejudicar a sua operacionalização, pois **“Mediante problemas enfrentados pelo sistema do projeto por bombeamento, tivemos grandes transtornos pelas danificações e depreciação, além de todos períodos da cultura”**. (COLONO)

Concluimos, pois, que, neste período experimental, vamos assim chamar, os colonos, ou alguns colonos, conseguiram, temporariamente, alcançar taxas relativamente boas de produtividade, não sofrendo, assim, problemas de realização das mercadorias.

2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NO PERÍODO PÓS-1990 - UM PROCESSO DE AVILTAMENTO / UM MODELO DE GESTÃO INEFICIENTE E CLIENTELISTA

A nível do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, a quase totalidade dos colonos encontram-se com os seus lotes desativados. Os que ainda mantêm uma determinada produção, esta constitui-se em pequena escala, produzindo prioritariamente, feijão e criando

o gado leiteiro.

Do ponto de vista eminentemente comercial, o feijão desponta como o principal produto explorado. Porém, outras culturas, em menor grau, também são comercializadas, como é o caso do algodão, milho e o leite. Merece destaque, neste segundo lote de importância, a produção leiteira do Perímetro.

O rebanho bovino alcança hoje na localidade uma totalidade de aproximadamente 800 cabeças, e a produção leiteira é de aproximadamente 900 litros de leite por dia. A produtividade leiteira pode ser considerada bastante baixa - em média 2 litros por vaca/dia, tendo em vista o baixo padrão tecnológico adotado, a degradação das pastagens e o baixo padrão genético do rebanho. O método de criação usado pelos produtores é o de criação semi-extensiva, ou seja, solto no pasto, no caso específico, no lote. Por ser o lote bastante pequeno, evidentemente, a vacaria terá que ter seus limites em termos de quantidade.

A produção de leite do Perímetro Irrigado atende ao consumo imediato das famílias dos colonos, e o restante destina-se, em boa parte, a uma usina de pasteurização localizada no município de Pau dos Ferros, a qual o beneficia e vende ao Governo do Estado, para distribuir junto às populações carentes, garantindo um mercado seguro para este produto. Há também, alguns colonos que comercializam o leite mediante a figura do atravessador que diariamente se desloca ao perímetro, adquire o produto e o repassa aos consumidores finais em Pau dos Ferros; sem levar em consideração que uma ínfima parte desta produção também é aproveitada na fabricação de queijo caseiro, creme, manteiga.

A bovinocultura foi introduzida no Perímetro Irrigado em 1993, quando os colonos obtiveram um financiamento, via FNE - BNB, com o propósito de adquirir animais, máquinas e implementos agrícolas, no intuito de investir na melhoria e modernização de seus lotes. Sobre este financiamento teceremos comentários mais adiante.

Do ponto de vista econômico, a opção pela pequena pecuária deriva-se fundamentalmente dos seus baixos custos de manutenção e, evidentemente, da falta de outra alternativa econômica mais rentável a nível do pequeno lote administrado pelo colono.

Financeiramente, os colonos consideram os preços pagos, seja pela usina, seja pelos intermediários, insuficientes para remunerar até mesmo os custos operacionais da produção.

Como outras fontes de renda, os colonos vendem, em pequena escala, ovos e galinhas, além de algumas famílias desenvolverem a exploração comercial de suínos e caprinos.

Para os colonos, a incrementação da cultura do feijão (Principal fonte de renda dos colonos), quando é possível a sua produção, e a produção leiteira asseguram a subsistência e reprodução da família, porém não o suficiente para desenvolver um processo acumulativo. Gera apenas uma renda que o reproduz enquanto pequeno produto agrícola, tornando-se, neste caso, uma alternativa produtiva viável.

Todos os demais produtos básicos, incluindo aí o milho, arroz, batata, entre outros, são destinados diretamente ao consumo familiar, considerando também que uma parte das culturas são destinadas à alimentação dos animais (principalmente, milho e sorgo).

Apesar da intensificação da produção comercial do feijão, os colonos continuam a produzir significativamente. devido a sua diversidade, os produtos básicos à reprodução e autoconsumo da unidade doméstica.

Tabela 12. Perímetro Irrigado - Área Colhida (ha) e Produção Física (Kg) dos principais produtos agrícolas cultivados no último período agrícola.

Principais Produtos	Área Colhida (ha)	Produção Física (Kg)
Feijão	130	130.000
Algodão	40	60.000
Milho	50	60.000
Arroz	45	122.500

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997.

Estes dados correspondem ao último período agrícola, aí reunida a produção obtida através da irrigação (no caso dos lotes que estão em funcionamento), como também a produção proveniente da estação chuvosa (inverno), ocorrido no mesmo período.

O rendimento monetário que eles obtêm com a venda da mercadoria feijão é sempre complementada com a venda do leite.

Admitimos, pois, que estes colonos têm sua produção mais orientada para a satisfação das necessidades do grupo familiar, contribuindo, assim, para a sua manutenção e / ou reprodução de sua forma de organização produtiva, do que para a comercialização mercantil, mesmo porque a produção constituída no Perímetro Irrigado, grande parte serve ao autoconsumo, e uma outra parte é vendida, cujo produto da venda serve para compra dos bens indispensáveis à satisfação das necessidades essenciais dos colonos e de sua família (a reprodução da força de trabalho).

Reconhecemos, assim, que uma pequena minoria de colonos, ainda consegue auferir algum dinheiro, com a venda de seus produtos, cujos recursos servem para reprodução dos seus meios de produção. Com a produção desenvolvida pelos mesmos não é

possível, pois, realizar um excedente que seja o suficiente para uma mínima capitalização que seja reinvestido no processo produtivo, muito menos suportar o ônus do sistema financeiro, do pagamento da energia elétrica, das tarifas de água, etc.

Neste caso, admitimos que a exploração agrícola no Perímetro Irrigado, e sua comercialização, assume o caráter de complementação do sustento familiar (é comercializado visando a aquisição de bens e outros alimentos), não apresentando, assim, uma visão mais diretamente relacionada ao lucro, à maximização da venda, mas sim a objetivos semelhantes àqueles das pequenas unidades produtivas (particularmente aquelas de caráter de subsistência), onde a parcela da produção que é colocada no mercado teria o caráter de complementação e não de lucro.

Convém salientar, entretanto, que neste período praticamente não houve assistência técnica aos colonos, impossibilitando-os de se apropriarem de novas tecnologias, desprovendo-os de qualquer orientação quanto ao sistema produtivo. Isso se justifica devido ao afastamento do DNOCS da gestão do Perímetro, como também pelo fato da Associação não dispor de recursos suficientes para arcar com tal realização.

Semelhante situação pode ser creditada aos mecanismos de comercialização, inexistindo qualquer programação quanto a viabilizar um retorno satisfatório dos produtos colocados no mercado. Só no próximo capítulo discutiremos melhor os mecanismos pelos quais são apropriados os excedentes produzidos neste perímetro.

Em relação ao fator crédito, sem dúvida, com exceção dos recursos do FNE que muitos creditam a sua liberação mais a questões de ordem política de que a sua viabilidade técnica e econômica, houve uma retração em sua liberação.

Todos estes detalhes foram suficientes para que aparecessem inúmeros problemas que hoje são enfrentados pelos colonos, nesta fase de transição dos anos oitenta para os anos noventa.

Perguntados acerca da situação atual do perímetro, os colonos responderam que:

. Era ruim, porque não há produção, falta verba para pagar água e o bombeamento está parado. (COLONO)

.Agora aqui falta tudo, sementes, adubos, assistência, a produção é baixa, além de energia cara. (COLONO)

Todos os problemas apresentados levaram os colonos a um processo de transformação, que os desfigurou enquanto uma categoria de produtores tecnificados e modernizados. Surge, então, uma tendência ao empobrecimento destes trabalhadores, que a seguir tentaremos caracterizar.

3. OS COLONOS EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE : UMA CATEGORIA DETERIORADA

Pelo levantamento realizado, constatamos que a trajetória apresentada pelos colonos do Perímetro Irrigado vai no sentido de um processo incipiente de capitalização para uma economia de subsistência.

Percebemos, pois, uma clara e contínua tendência de desintegração da pequena produção modernizada, entendida esta desintegração nos termos da sua transformação e superação. Os colonos, hoje, não apresentam uma fonte de capitalização segura que venha a garantir uma reprodução satisfatória de sua unidade de produção. Isto devido a baixa produção e produtividade (quando existem), descapitalização, falta de assistência técnica, endividamento, oferta insuficiente de água, fechamento de lotes, expulsão de trabalhadores, etc.

Neste caso, caracterizamos este colono como um produtor de subsistência, pouco ou nada capitalizado, que utiliza fundamentalmente a mão-de-obra familiar, pouca produção (em termos relativos e absolutos), apresentando esta um destino que tem como função a auto-reprodução do grupo familiar, isto é, o consumo e manutenção do grupo doméstico.

O sentido da identificação desta caracterização destes colonos se vincula diretamente ao caráter comparativo que estes assumiram no passado, pensado enquanto produtores modernos e incipientemente capitalizados.

Todavia, a análise destas modificações e transformações por que têm passado os colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros deve se situar tanto nos termos da ação do Estado, instituição que os efetivaram enquanto tentativa de construção de uma categoria modernizada, como também da própria lógica do movimento e reprodução do capital e suas diferentes frações, as quais atuam diretamente e de forma concreta nesta localidade e, mais ainda, a nível da própria unidade produtiva e da organização interna destes produtores.

Entender esta desintegração significa entender um pouco melhor tanto a especificidade e constituição da pequena agricultura irrigada, via mecanismos e incentivos governamentais, quanto a operacionalização do seu funcionamento, bem como as contradições e os limites decorrentes deste movimento mais amplo de tentativa de construção da pequena produção irrigada.

Não visualizamos nenhuma tendência de incremento destes produtores ao mercado, incremento este que representasse um aumento da produção destinado ao mercado, à introdução de outras culturas mais dinâmicas, até mesmo o aumento dos bens alimentares básicos. Percebemos, sim, que, por parte dos colonos, a inclinação é a busca desesperada por trabalho assalariado visando ao aumento da renda destinada ao complemento da subsistência da unidade familiar, quando não migram para outras cidades e regiões à

procura de sobrevivência.

É por demais impressionante comprovarmos que, no caso estudado, a modernização tecnológica não foi capaz de fazer destes colonos, mesmo possuindo terras e tecnologia, produtores competitivos e eficientes, que viesse gerar um nível de sustento adequado. E mais, estamos diante de um quadro onde o incremento de técnicas modernas não difundiu em larga escala as relações mercantis.

Não devemos, pois, aplicar esse caso (Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros) à tese, segunda a qual a pequena produção é mais acessível às transformações tecnológicas na agricultura, por apresentar vantagens em termos de flexibilização, especialização, desburocratização e custos reais de mão-de-obra, neste caso específico, não pôde ser comprovada. Apostamos que as razões para tal encontra-se na particularidade do caso estudado por nós, porque consideramos valiosa e sustentada empiricamente, a partir de outros estudos de casos, a concepção teórica da tese.

Convém notar que não é o fato destes colonos disporem de um excedente que permite aos mesmos desencadearem um processo acumulativo. É, sim, a capacidade deles ampliarem este excedente, a partir de sua aplicação no processo de produção, o que permite desenvolver tal processo. Porém, dada a não magnitude deste excedente, as modificações no processo de produção estariam evidentemente condicionadas à capacidade de obtenção de créditos por parte destes colonos, capacidade esta impossível, entre outras razões, pela inadimplência apresentada pelos mesmos junto aos órgãos concessionários de créditos, principalmente às agências financeiras oficiais.

Em outros termos, fica extremamente reduzida a capacidade de geração de excedentes endógenos à unidade produtiva, como também é reduzida a capacidade destes colonos de disporem de capital-dinheiro fornecido por outros agentes, dificultando, assim, as possibilidades de expansão econômica de seu lote. É do gerente da agência do BNB - Pau dos

Ferros a afirmação de que

A reorganização da produção e da sua capacidade produtiva, em termos de substituição dos produtos cultivados e do destino da produção, agregando tecnologia a produção e valor ao produto, esta parece ser a saída mais viável do ponto de vista econômico para a revitalização do Perímetro.

Para alguns técnicos e especialistas ouvidos, está mais do que claro que a estratégia adotada pelos colonos mostra-se inadequada e inoperante. É preciso, pois, segundo eles um reexame e reorientação dessa estratégia, no sentido de reverter o quadro de empobrecimento em que se encontra o Perímetro Irrigado.

Os colonos têm compromissos financeiros com o DNOCS, associação, banco, COSERN e ainda têm que sustentar as suas famílias. Por isso é preciso estabelecer prioridades; e, assim, primeiramente, compram comida e insumos para sustento da família e, se sobrar, o restante é gasto com o pagamento de alguma dessas contas.

Frisamos que muitas famílias hoje não dependem de nenhuma renda obtida pelo trabalho em seus lotes, e a obtêm através de outros serviços. No que se refere a situação que se encontra o Perímetro, presenciamos a seguinte declaração:

Aqui dentro você sabe o que existe muito é muita gente mastigando fome, véi, porque não tem o que comer, pois é, mastigando fome sim, e olhe que é um perímetro irrigado. Aqui tá derrubado demais e pra levantar isso só um milagre. (COLONO)

Salientamos, pois, que um pequeno número de colonos, insignificante mesmo, se capitaliza, de forma relativa e incipiente. Denominamos assim esta capitalização, pelo fato

de não ser demonstrado por parte dos colonos um comportamento francamente empresarial, não podendo, pois, os mesmos, serem definidos nestes termos. Ou seja, continuam, por exemplo, a utilizar mão-de-obra familiar intensamente (ao invés de trabalho assalariado), e a garantir sua subsistência através da produção, em seus lotes, dos bens básicos àquela (feijão, milho, arroz, batata, leite, etc.), ao invés de se especializarem na produção de um ou dois produtos, comercialmente mais vantajoso que o feijão e o leite, e adquirirem aqueles no mercado, através da renda gerada pela venda desses produtos comerciais

De fato, no momento em que a capacidade interna de acumulação destes colonos é quase nula, ao ponto de permitir apenas um processo de produção agrícola simples ou simplificado, aparece na coletividade agrícola um fenômeno geral de marginalização caracterizado por um conjunto de mecanismos de empobrecimento, cujas formas são heterogêneas, como a proletarização, semi-proletarização, crescimento do desemprego, subemprego, etc.

A seguir transcreveremos três opiniões acerca do que se pensa sobre o Perímetro Irrigado.

.É irrecuperável aquilo ali, existe lá um câncer horroroso, a doença é muito maior do que se imagina. A realidade hoje é uma favela precisando de socorro. (TÉCNICO)

. Aquilo é um aglomerado de pessoas que não sabem o que estão fazendo lá, pessoas que estão sobrevivendo por acaso, de rendas fora Perímetro, porque lá não produz nada. (DIRIGENTE SINDICAL)

. Aquilo se transformou numa grande favela distante do município, assim é que nós podemos chamar hoje o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. (TÉCNICO)

Quando estas características estão postas, como no caso em estudo,

consolidando um fenômeno de marginalização destes colonos, sem dúvida, estes encontrarão dificuldades para garantir a reprodução biológica, social e econômica de sua vida e de sua base produtiva, durante o ciclo repetitivo do processo de produção agrícola.

Escassez de tecnologia disponível para atender a todas as questões novas que surgem em termos de manejo do solo, do solo e da planta; uma brutal mudança na disponibilidade de crédito para viabilizar a produção; mudanças na política agrícola, penalizando ainda mais o setor; uma estrutura produtiva e comercial inoperante; uma emancipação a contragosto e extremamente imprudente; uma estrutura organizativa amadora e conflituosa; estes são os dilemas apresentados no perímetro irrigado de Pau dos Ferros. Tentaremos, a partir de agora, mostrar em detalhe tais implicações.

QUINTO CAPÍTULO

FATORES DETERMINANTES DA DESESTABILIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PERÍMETRO IRRIGADO DE PAU DOS FERROS

De conformidade com o que foi apresentado anteriormente, o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros vem atravessando um período extremamente crítico quanto a sua existência enquanto uma unidade tecnificada e modernizada, o que leva a conclusão que inúmeros elementos podem estar contribuindo para tal situação.

Melhor do que identificar esta tendência de declínio, torna-se oportuno e imprescindível detectar alguns pontos responsáveis por esta tendência, que não só comprometem a eficiência do funcionamento do perímetro como também promovem insatisfações que influenciam na decisão da permanência ou não de alguns irrigantes no projeto.

É evidente que existem, entre os fatores que abaixo serão apresentados, sintonia entre os mesmos, no sentido de compreendermos que há uma inter-correlação entre estes componentes que, de uma certa forma, contribuem para uma análise mais sistematizada da problemática estudada.

Estes fatores, responsáveis pela degradação dos colonos, podem ser agrupados e analisados segundo condicionante econômicos, técnicos e organizacionais, sem levar em consideração que é no âmbito das relações capitalistas de produção que se situa tal análise. Neste sentido, compreendemos a importância dos aspectos apresentados abaixo, porque os

mesmos conseguem apontar e justificar, em partes, esta trajetória dos irrigantes no sentido de sua superação.

Frisamos, contudo, que além dos problemas apresentados, que contribuíram durante anos para a instabilidade do sistema, outros existem de natureza mais diretamente relacionados com a própria dinâmica do desenvolvimentos das relações de produção capitalistas.

Queremos aqui deixar claro que a questão central que determina o comportamento da estrutura de classes no meio rural, como também da dinâmica da agricultura como um todo e, da pequena produção, principalmente, é o movimento geral de acumulação e reprodução capitalista. Creio que, quando de nossa análise, no primeiro capítulo, a cerca do movimento do capital no campo, foi possível estabelecer diretrizes a cerca da relação agricultura / capitalismo.

Assim como uma análise mais criteriosa do perímetro depende de uma articulação mais geral com a dinâmica do capital, também é imprescindível que não deixemos de recorrer a postulados conjunturais, como a da crise que atravessa a agricultura nestes anos de Plano Real.²¹

Entendemos a importância desta análise mais geral, do desenvolvimento das relações sociais de produção no campo, como também da crise da agricultura, porém, para nós, torna-se indispensável estabelecer uma análise mais específica e localizada para este caso, mais próxima da realidade existente no Perímetro Irrigada, como forma de alcançar nossos objetivos inicialmente traçados.

²¹ Estagnação da produção absoluta e queda na "per Capita" e, redução da área plantada/emprego; perdas na receita agrícola e deterioração nas relações de troca do Produto Agrícola. Estas são apenas duas das conseqüências da implementação da política econômica sobre os segmentos da agricultura brasileira que produzem para o abastecimento interno, em especial, sobre aqueles de base familiar.

1. ENDIVIDAMENTO E DESCAPITALIZAÇÃO

Produção e produtividade irrisória, baixa fertilidade natural dos solos, elevado custo da energia elétrica, nenhum capital para investimento, escassez de renda, esta é a realidade encontrada no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. Para muitos colonos esta decadência implicará, sem dúvida nenhuma, no possível abandono da sua condição de produtor rural.

Aqui, meu filho, o desânimo tomou conta de todos nós. Só está faltando o DNOCS fechar isto aqui. O que prende ainda nós aqui é porque aqui nós tem uma casa pra morar, com água e luz.
(COLONO)

Atualmente os colonos correspondem a meros produtores marginalizados, isto porque além de lhes faltar capital (materializado em máquinas, insumos, equipamentos), também lhes faltam recursos hídricos, o capital mais precioso, considerando as circunstâncias e capacidade de sua atividade produtiva.

A ausência de capital para investimento, o baixo rendimento monetário proveniente da venda da produção, o alto endividamento bancário, tudo isto vem demonstrar os limites da expansão capitalista capitaneados pelo Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros. Isto porque, mesmo considerando que as forças produtivas capitalistas (relações técnicas de produção) foram relativamente desenvolvidas nesta área, não foram suficientes para implementar uma reprodução ampliada destes colonos, fazendo com que a produção ficasse limitada às dimensões da mão-de-obra familiar e aos ditames do capital comercial que a controla diretamente.

Decorridos dezoito anos de sua implantação, estes colonos não conseguiram, durante este período, capitalizar-se e acumular capitais suficientes cuja magnitude fosse

bastante elevado, de modo a lhes proporcionar novos investimentos.

Não podemos enquadrar estes colonos na categoria de produtores capitalistas, mesmo considerando que o movimento que os determina seja o movimento do capital, pois os resultados de sua atividade econômica não lhes proporcionam lucro suficiente, ou lucro nenhum, que lhes permita repor seus meios de vida e de produção, e circunstancialmente, ampliá-los.

Um dos principais problemas enfrentados hoje pela comunidade irrigante é a escassez e o encarecimento da água, devido principalmente ao elevado custo da energia elétrica. Isto porque a quase totalidade dos colonos encontram-se em débitos com a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN). Os produtores têm procurado constantemente as autoridades para a solução do impasse. Muitas vezes recebem o perdão da empresa, mas pouco tempo depois voltam a se avolumar os débitos da energia. Problema este que se alastrou após a assinatura do convênio de emancipação. No que refere a isto, ouvimos o seguinte depoimento:

Este é o nosso principal problema, nós não tem condições de pagar a tarifa de energia que é muito oneroso pra nós, prejudicando a nossa produção. Não vem mais bombeamento da barragem, muito lotes estão parados. (COLONO)

Tornou-se tradição no Perimetro o fato de que quando a COSERN desligava a energia dos lotes, os colonos sempre procuravam um politico qualquer e falavam com o mesmo sobre o assunto, este encaminhava o pleito ao governador que autorizava a sua religação. Assim vinha funcionando paulatinamente. Resta saber agora, com a privatização da

COSERN,²² como eles vão resolver tal problema.

Isto vem demonstrar que a produção desenvolvida no âmbito do Perímetro e seus resultados não geram rendas suficientes sequer para financiar o pagamento da energia elétrica, componente técnico essencial para o abastecimento hídrico dos lotes, principalmente, da área de aspersão.

Em 1993, 65 colonos (87 % dos residentes no perímetro), de forma individual, obtiveram um empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, via recursos do FNE,²³ com o propósito de viabilizar recursos para investimentos fixos e semi-fixos das suas atividades agropecuárias. O prazo de financiamento foi de oito anos para os investimentos semi-fixos, com três anos de carência; e de doze anos com quatro de carência para os fixos. Os encargos financeiros do financiamento correspondem à Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) acrescida de 6% de juros ao ano, sendo que, por ocasião da liquidação do débito, o colono tem um rebate de até 40% dos encargos devidos.

O prazo de carência para ambas as formas de financiamento já se esgotou e a grande maioria dos adquirentes (em torno de 60 %) está inadimplente junto ao BNB, e por que não dizer ao sistema bancário como um todo.

Estamos tomando as medidas necessárias e cabíveis visando à cobrança legal dos recursos emprestados aos colonos. (Gerente da Agência do BNB - Pau dos Ferros)

²² A ex-estatal foi privatizada, em 12.12.97, em leilão na bolsa do Rio de Janeiro. O lance vencedor foi de R\$676,4 milhões, com ágio de 73,61 % sobre o preço mínimo.

²³ O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal (Art. 159, I, "C") regulamentado pela Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989. O FNE é administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que constitui-se como o gestor técnico/financeiro do fundo.

Os recursos²⁴ aplicados individualmente por cada colono, foram utilizados na aquisição de matrizes bovinas, implementos agrícolas, motores elétricos, etc. Muitos colonos, nesta oportunidade, aproveitaram dos recursos existentes e adquiriram motocicletas, antenas parabólicas, entre outros bens de consumo duráveis e modernos, o que dificilmente adquiririam com rendimentos advindos da produção agropecuária; desvirtuando, assim, os recursos da sua aplicabilidade econômica.

Para termos uma idéia do desmando que tomou conta do Perímetro, grande parte dos equipamentos e animais adquiridos com os recursos do financiamento já foram desfeitos através de venda pelos colonos, como forma de obter recursos para pagamento de dívidas ou mesmo para sobreviver. Vale salientar que estes bens foram colocados como garantias para o financiamento.

Vale salientar que os colonos não estão nem um pouco preocupados com essas dívidas, principalmente em relação a do BNB, pelo simples fato de que os mesmos admitem não possuir recursos para quitá-los e, dificilmente, os obterão num curto ou médio espaço de tempo.

Está mais do que lógico que, comparando o montante dos recursos que foram contraídos pelos colonos com a receita auferida pelas suas atividades agropecuárias, chegamos facilmente à conclusão de que, salvo exceções, será impossível aos colonos quitarem esses empréstimos. Serão eles eternamente devedores.

Para um experiente técnico, conhecedor da realidade, “o Perímetro Irrigado tem uma conta impagável, de energia e do FNE. Não acostumaram e nem educaram os colonos a pagar as suas contas”.

²⁴ O montante de recursos destinados a estes 65 colonos a valores da época correspondeu a R\$ 957.927,63 (novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).

Além destes débitos junto à Companhia Energética e ao Banco do Nordeste, muitos colonos encontram-se também com débito em relação ao DNOCS e à Associação dos Colonos. Estão em atraso com o DNOCS, quanto ao pagamento das tarifas de água K1 e K2²⁵. E, junto à Associação muitos não pagam há bastante tempo sua contribuição mensal, nem tampouco as horas de trabalho do trator, quando produzem, claro.

Acerca destas dívidas, com a COSERN e BNB, um dirigente sindical fez a seguinte consideração, quanto aos seus cálculos, “juntando tudo que estes colonos têm, lotes/implementos/equipamentos/casa/rebanho, tudo, tudo, não dá para quitar estas dívidas, porque o seu volume é muito grande”.

Neste sentido, a quase totalidade dos colonos hoje residentes no Perímetro Irrigado encontram-se com enormes dívidas contraídas junto ao sistema BNN/COSERN/DNOCS/ACOPAF, revelando, nestas circunstâncias, que a renda obtida pelos mesmos é insignificante.

Segundo os colonos, os custos financeiros com taxas de água e luz, empréstimos bancários, insumos e com a própria reprodução material, só tendem a se elevar, piorando paulatinamente a situação destes; chegando um colono a afirmar que o que lá se produz não dá pra pagar estas contas de jeito nenhum. Nós aqui estamos derrubados financeiramente, tá todo mundo sem nada, tudo desestruturou-se, só tem muita é despesa com água, energia, manutenção do reservatório, tratores.

²⁵ K1 - Tarifa de manutenção da infra-estrutura física do perímetro/
K2 - Tarifa para o pagamento da energia elétrica

2. UMA ESTRUTURA PRODUTIVA E COMERCIAL INOPERANTE: MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DO SOBRE-TRABALHO

Sem dúvida nenhuma, um dos motivos causadores dos baixos rendimentos obtidos pelos colonos com a sua produção, diz respeito aos mecanismos de comercialização, implicando estes num processo de transferência de excedentes do colono para o capital.

A forma singular de apropriação do sobre-trabalho do colono, no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, corresponde na sua submissão ao tripé capital mercantil-usurário-agroindustrial. É, neste caso, pelo mecanismo de subordinação, via estes capitais, que ocorre a transferência de renda desta pequena produção para outras esferas do capital.

A comercialização da produção, sem dúvida, se constitui num dos principais problemas do Perímetro, isto porque é por este intermédio que ocorre, como dito anteriormente, a retenção de boa parte de seus ganhos, principalmente considerando a presença do intermediário que, interpondo-se entre o colono e o consumidor final, se apropria de boa parte do excedente produzido.

Esta comercialização assume uma dupla feição: a presença do capital comercial (este assume o caráter predominante) e do capital industrial (incipiente), no primeiro caso estamos considerando a comercialização do feijão, no segundo, da produção leiteira.

Já tecemos comentários anteriormente sobre o envolvimento dos colonos com o capital financeiro, implicando na submissão dos mesmos aos ditames das instituições financeiras que extorquem uma parcela do excedente produzido pelos mesmos.

A comercialização do leite, como já frisamos anteriormente, ocorre duplamente : via a usina de pasteurização que posteriormente beneficia o produto, como também pela presença do atravessador que compra a produção e revende no comércio local.

Quanto à produção do feijão e sua comercialização há uma significativa participação do capital comercial que, a nível do Perímetro Irrigado em estudo, domina diretamente a sua produção, responsabilizando-se pelo seu escoamento. A presença de tal capital pode ser detectado e personificado na figura do intermediário / atravessador que adquire a produção diretamente no lote, muitas vezes compra a safra antecipadamente, na palha, como também, esporadicamente, fornece adiantamento financeiro aos colonos para início das plantações.

Sem dúvida uma das causas essenciais que implicaram neste tipo de submissão dos colonos aos atravessadores foi a ausência do DNOCS que anteriormente se responsabilizava pela comercialização da produção, conforme garante um colono, ao afirmar que

Com o afastamento do DNOCS e a falta de preparo da associação o atravessador é quem é o principal representante da comercialização. Agora é nós que trata diretamente com ele.

Porém, a forma predominante da comercialização do feijão é aquela na qual a safra é vendida logo após a colheita, quando o intermediário se desloca em seu veículo, normalmente um caminhão, até o perímetro e lá adquire a produção, pagando, nesta ocasião pela mercadoria recebida.

Esses intermediários, principalmente proprietários de caminhão-compradores, caso típico e característico do capital comercial constituem a forma predominante, mas também outros tipos de compradores com característica mercantil-usurário carregam para fora parte do excedente gerado nos lotes agrícolas.

Perguntados se a administração do perímetro (no caso, hoje, a Associação) tem conseguido orientar a comercialização da produção, os colonos, unanimemente, são taxativos em afirmar que “**não há orientação nenhuma por parte da associação, nós é que vendemos a produção, e o preço é o atravessador quem estabelece**”.

Para justificar a ausência de orientação, por parte da associação, no processo de comercialização da produção, o colono assim se expressa:

.Devido a emancipação o DNOCS se afastou daqui deixando a cargo da Associação estas atividades, mas a mesma não tem condições nenhuma de nos orientar. (COLONO)

.Falta organização de nossa parte, como também de uma cooperativa que buscasse uma melhor praça para os nosso produtos. (COLONO)

Para os colonos, torna-se mais vantajoso, este tipo de alinhamento com estes atravessadores, pelo fato principalmente de que os mesmos não precisam se deslocar da área do perímetro para vender a produção, pagando frete, entre outras despesas.

Neste caso, o que importa observarmos, é que o que permite ao colono tornar-se viável e realizar a sua auto-reprodução, ainda que sob uma forma subordinada, é o próprio processo de penetração da atividade agrícola mercantil, seja ela a cultura do feijão ou a produção leiteira.

Demonstramos, a partir dos dados da tabela abaixo, que o percentual de alto consumo da principal cultura produzida no Perímetro é bastante pequena; assim percebemos que 83 % da produção do feijão é comercializada. O altíssimo índice de autoconsumo da cultura do milho diz respeito ao seu aproveitamento para a alimentação do gado bovino.

Tabela 13. Perímetro Irrigado - Produtos Cultivados e Destino da Produção

Produto	Quantidade Consumida (%)	Quantidade Comercializada (%)
Feijão	17	83
Algodão	--	100
Milho	77	23
Arroz	100	--

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo realizada em 1997

É importante salientar que os dados acima dizem respeito àqueles colonos que estão com seus lotes ativados que, no caso, são pouquíssimos.

Apesar de subordinados ao capital, principalmente o comercial, estes colonos têm condicionamentos internos para sobreviver, pelo menos por enquanto, sejam quais forem as formas e as condições desta subordinação.

Tal situação se aproxima daquela traçada por GARCIA JR. (1975), cuja análise remete à "reprodução ameaçada" do grupo doméstico enquanto pequeno produtor independente.

Assim sendo, o colono irrigante torna-se viável como produtor simples de mercadorias, mesmo atravessando inúmeras dificuldades, na medida em que existe um mercado capaz de pagar pelo seu produto o necessário para atender às suas necessidades de auto-reprodução. A sua auto-reprodução se origina a partir do momento em que ele é instituído pela existência de um mercado - o mercado de leite e feijão.

Com certeza, à medida que tal mercado desaparecer, ou no caso e mudança de mercado, desaparecerá as condições de reprodução do colono. Porém, seja na fase de incipiente capitalização, ou na de depauperação, esta situação de subordinação do colono-irrigante, no caso da cultura do feijão, não se alterou.

Estes colonos estão inteiramente submetidos ao capital comercial (personificado na figura do intermediário). É este quem , muitas vezes, lhes financia a produção, monopolizando a compra do seu produto final.

Esse capital comercial tem origem urbana, sendo o seu principal representante um senhor conhecido como “Zé de Pedro”, este que controla, basicamente, a comercialização da produção. Sem dúvida, podemos considerá-lo o principal intermediário a atuar no Perímetro.

Estes mecanismos de apropriação e extração do sobre-trabalho dos colonos são possíveis, nos termos traçados aqui, pelo fato da não existência de colonos capitalizados, dificultando seu poder de barganha frente ao mercado. Esta relação estabelecida entre a pequena produção e o capital comercial já havia sido anteriormente definida como lesiva aos pequenos produtores, pelo fato de:

A sua atuação através do atravessador não permite que os estímulos de preços cheguem aos produtores diretos, apropriando-se do excedente na esfera da circulação, impedindo assim uma ‘capitalização da produção’. A impossibilidade de capitalização da pequena exploração, traz importantes conseqüências: de um lado implica no aumento da exploração dos pequenos produtores, e de outro numa restrição à ampliação do mercado interno. (CARNEIRO, 1978: 19)

Nestas circunstâncias , os colonos ficam à mercê das ações destes intermediários que procuram, ao máximo, rebaixar os preços das mercadorias, numa situação igual à realidade prevalecente em qualquer outra área do semi-árido nordestino.

Essa vinculação dos colonos ao processo de acumulação capitalista, via capital comercial, tem levado estes a um processo de caracterização diferente daquele anteriormente

traçado para o mesmo, transformando-o de produtor modernizado, capaz de se capitalizar e de se auto-reproduzir de forma ampliada, ou seja, um verdadeiro empresário rural, para um produtor de subsistência, subordinado e dependente do capital comercial.

Vai abaixo, então, toda uma teoria que tenta explicar o fato de que a promoção e a inversão de capitais na produção agropecuária tem limitado a presença do capital comercial, ou seja, quanto mais vigorosa a intensificação do capital na produção agrícola, mais débil será o desenvolvimento do capital comercial.

Essa presença intensiva do capital comercial no Perímetro Irrigado se deu, basicamente, a partir do deslocamento do DNOCS, e de sua intervenção mais generalizada à frente do mesmo, considerando que, na época, este órgão era o responsável direto pela comercialização da produção.

Portanto, contrariando as tendências dominantes, é o capital comercial quem determina, em última instância, a produção no Perímetro Irrigado, auferindo lucros exorbitantes e aumentando crescentemente a dependência dos colonos em relação as suas diretrizes.

A estratégia, pois, de produção e comercialização no Perímetro Irrigado repousa sobre uma estrutura desestimulante do ponto de vista de possibilidades de capitalização desta unidade produtiva: uma produção não competitiva, pouco dinâmica, de fraca inserção comercial e mediada por relações comerciais as mais atrasadas possíveis, estruturadas nos mecanismos antigos do capital comercial, responsável direto pela apropriação do sobre-trabalho dos colonos.

Para muitos, a estratégia de privilegiar a cultura de feijão é uma chamada ao suicídio econômico, pelo fato da pouca rentabilidade alcançada pelo mesmo, e mais apresentando o capital comercial como intermediário desta produção. Tal afirmativa encontra ressonância no depoimento de um técnico do DNOCS ao afirmar que

É preciso repensar a estratégia produtiva destes colonos, introduzindo culturas mais dinâmicas e rentáveis economicamente no Perímetro. É necessário que se produza um outro tipo de cultura que lhes proporcione uma fonte de capitalização segura.

Como explicar, então, a persistência destes colonos em produzir feijão, como cultura predominante a nível do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros? Como uma das causas encontra-se, segundo eles, a não existência de mercado seguro que garanta o destino de outros produtos.²⁶ Os depoimentos, abaixo, proporcionam uma rápida noção da situação produtiva e comercial no Perímetro Irrigado:

.Como produzir outro produto se não temos um mercado garantido para ele, quando encontramos, querem pagar um preço irrisório que não dá para cobrir os nossos custos de produção. Assim, nós temo que ficar satisfeito com o feijão. (COLONO).

.Produzir outras culturas não dá futuro; gasta-se muito dinheiro e mão-de-obra, e na hora da comercialização o preço não compensa, como foi o caso da banana e do fumo. (COLONO)

Devemos admitir que, a nível de sobrevivência, os colonos conseguem desenvolver diversas estratégias direta ou indiretamente, como forma de garantir o mínimo de reprodução da unidade familiar. Entre essas podemos citar a produção diversificada para compor a renda não monetária, servindo, assim, de complemento aos estreitos rendimentos da principal cultura, no caso o feijão, em certas conjunturas. Assim sendo, essa mesma produção pode, em determinados momentos, resultar na obtenção de recursos para a unidade produtiva, tão vitais como os recursos obtidos através da cultura principal.

²⁶ Diferente de outros perímetros, não há qualquer tipo de contrato estabelecido entre os colonos de Pau dos Ferros e uma agroindústria.

Quanto a sua estrutura produtiva curioso se nota que o mesmo, a despeito de outros Perímetros, tem como objetivo produzir alimentos para os centros consumidores regionais,²⁷ mesmo em pequenas quantidades, no caso do feijão, em detrimento de atender aos objetivos de uma agroindústria.

Deduzimos, a partir dessas constatações, que há indicações bastante nítidas de que essa incipiente e tradicional produção leiteira tende a se tornar uma estratégia produtiva dominante entre os colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros.²⁸

3. O PROCESSO EMANCIPATÓRIO E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS COLONOS

Em 1992 foi celebrado um convênio entre o DNOCS e a ACOPAF, estabelecendo este as bases de cooperação a ser desenvolvida, no sentido de propiciar a transferência administrativa-gerencial do Perímetro Irrigado. Ou seja, seria estabelecido um pacto de co-gestão entre o DNOCS e a ACOPAF, com vista a gerenciar conjuntamente o projeto para posterior entrega aos colonos (autogestão).

Para compreendermos melhor este processo emancipatório, é preciso que saibamos, pelo menos de forma superficial, como se dava a relação anterior, entre colono / DNOCS, como também de situarmos a problemática enfrentada hoje, pelo colonos, quanto à emancipação do projeto.

A relação estabelecida entre o DNOCS e os colonos não se resumia numa relação estritamente técnica, mas também assumia o caráter de relações de parentesco,

²⁷ O produção do perímetro irrigado atende aos mercados de Natal, Fortaleza, Mossoró, Caicó, Souza, além de Pau dos Ferros e região.

²⁸ Por estratégia produtiva dominante não estamos querendo dizer que seja esta uma forma de produção que lhes proporcione retorno econômico, que ofereça mais segurança financeira, que chegue a agregar valor ao lote. Não é nada disso, é uma estratégia dominante porque é a única possível dentro dos limites estabelecidos.

relações de compadrio, etc. Era o DNOCS que, muitas vezes, assumia o papel de primeiros socorros nas dificuldades enfrentadas pelos colonos e familiares. Era o DNOCS que, muitas vezes, fornecia ajuda (em doenças, na alimentação, em empréstimos, etc.), bem como créditos, adiantamentos, etc., o que reforça entre ambos a relação de técnica / amizade.

Só para termos uma idéia, nos primeiros anos de existência do projeto as feiras dos colonos (compra de mantimentos)eram coletivamente adquiridas pelo DNOCS que as distribuía às famílias residentes no Perímetro.

Para tanto, alguns termos resume esta relação, tais como paternalismo, clientelismo, assistencialismo, entre outros, isso dito pelos próprios técnicos do órgão, que assumem a responsabilidade por esses equívocos do passado.

Discutindo sobre esta forte relação existente entre o poder público e os colonos nos projetos de Irrigação, GRAZIANO DA SILVA (1989:114) chama a atenção para este tipo perigoso de convivência:

Nesse contexto, a prática paternalista tem por característica o tratamento individual dos irrigantes, do processo seletivo às formas de transferência do uso e propriedade dos lotes, passando pelo tipo de resolução dado aos problemas do cotidiano do Perímetro. O paternalismo, se por um lado propiciou o controle total dos órgãos públicos sobre a vida e a produção dos colonos, por outro também garantiu-lhes uma certa proteção contra os reveses do mercado, onde eles sempre conseguiam colocar sua produção.

A interferência e tutela do Estado via DNOCS, nesta área, foi a máxima possível. Existia uma cultura paternalista que diretamente influenciava na realidade e na vida do colono, seja como produtor rural, seja como cidadão.

Em função disso, este Perímetro Irrigado foi implantado e gerido sem nenhuma contribuição dos produtores irrigantes. Assim sendo, os colonos foram excluídos do processo administrativo da área, ficando reservada aos mesmos a obrigatoriedade no cumprimento dos seus deveres de irrigantes.

Talvez aí esteja o nó da questão. A adoção de tecnologia produtiva moderna não foi acompanhada de tecnologia gerencial também moderna, mas sim de um gerenciamento atrasado, autoritário e paternalista.

Solicitados, hoje, para fazerem uma avaliação da presença do DNOCS, no perímetro, na época anterior à emancipação, a quase totalidade dos colonos são unânimes em afirmar que sentem saudades daquela época. Neste caso, os colonos se posicionam afirmando que:

.No início foi muito bom porque era bem organizado e tinha técnicos disponíveis para acompanhamento da produção e da comercialização. (COLONO)

.Naquela época era muito bom porque tinha água em abundância e uma rotatividade de culturas. (COLONO)

. Era bom porque o DNOCS pagava a tarifa d'água, mantinha as máquinas em perfeitas condições de uso. (COLONO)

.Nós tinha Assistência técnica, o DNOCS distribuía sementes e adubos, tinha trator, era uma boa administração do DNOCS. (COLONO)

.Orientava a comunidade irrigante quanto a utilizar a irrigação e a busca do crédito. (COLONO)

Para proporcionar o funcionamento do sistema de produção, a nível do Perímetro Irrigado, o DNOCS dispunha de instrumentos e mecanismos os mais variados possíveis, seja do ponto de vista técnico (o quê, quando, quanto e como produzir), do ponto

de vista de determinação do preço e de mercado, acrescentando a isto toda uma diversidade de determinações de ordem disciplinar e comportamental.

Com todo o seu paternalismo, a gestão do DNOCS à frente do perímetro não chegou a receber a aprovação unânime.

.Aqui nós trabalhava como morador do governo (DNOCS), nós não tinha o direito nem de ir fazer a feira na rua. (COLONO)

.Antigamente nós não tinha direito a nada da produção, nós podia produzir mil caminhão de banana, mas o DNOCS não deixava nós comer nenhuma. (COLONO)

.Antes, quando o DNOCS mandava aqui, era proibido nós ficar conversando assim com o nós estamos agora, aqui era linha dura. (COLONO)

Assim o dirigismo estatal patrocinado pelo DNOCS tornava-se mais evidente na fixação de normas de gestão econômica e de adoção de novas técnicas, assim como na conduta disciplinar dos colonos.

Hoje, o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, encontra-se desprovido de apoio mais efetivo por parte do Estado; não o tipo de apoio de antigamente, paternalista e autoritário, mas, sim, como ressentido toda a categoria de produtores familiares, suporte este que os faça ressurgir das cinzas nas quais estão inseridos e que os recoloca no grupo de produtores modernos e capitalizados.

Quanto à Associação, o conjunto dos colonos pouco participa das suas atividades. A comunidade irrigante não tem o hábito de resolver seus problemas em grupo, somente uma parcela dos associados (a maioria da Diretoria da Associação) participa das discussões, predominando , nesta localidade, o espírito individualista. Há um desprezo total dos colonos para com a sua entidade de representação.

“ Eu tenho nojo de Associação, este negócio não resolve nada, fica só na promessa e pronto”. Assim pensa o colono em relação à Associação, ilustrando bem o pensamento quase hegemônico dos colonos.

Sobre o assunto, também se expressa um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pau dos Ferros : **Este perímetro só dará certo, quando as pessoas envolvidas no projeto reforçarem a sua organização interna e a sua mentalidade.** O próprio funcionamento da Associação é deficiente e amadora, não existindo um pensamento associativista, nem tampouco, cooperativista, mas sim uma idéia muito próxima daquele dito popular de que **“salve-se quem puder”.**

Os colonos não sabe o que é uma associação, aliás, ele não aceita que exista uma associação, quando se reúnem é a mesma coisa de se reunir num bar para tomar pinga, não tem noção do que ele faz, ninguém conhece o seu estatuto. (DIRIGENTE SINDICAL)

Segundo o que foi detectado pela nossa pesquisa, muitos são os colonos que contribuem financeiramente com a Associação e que participam de atividades promovidas pela mesma. Alguns admitem que não estão contribuindo com a mesma pelo fato de não se encontrarem, no momento, produzindo coisa nenhuma, devido as atividades no seu lote estarem paralisadas.

Em conversas informais com alguns colonos é possível presenciar colocações do tipo:

É pra gente pagar R\$ 5,00 pra Associação, de mensalidade, e só paga quem é besta, porque quem não paga tem o mesmo benefício de quem paga. Não pode ser assim meu amigo. Não há solução. (COLONO)

O que se percebe é que existe uma rivalidade entre grupos políticos no interior do perímetro, com acusações mútuas de um lado e do outro. Vejamos alguns exemplos para melhor compreendermos a situação lá existente, quando da avaliação que os colonos fazem quanto aos seus colegas:

.O que fechou isso aqui não foi o governo federal não, foi os próprios colonos, muitos não querem nada, são um monte de vagabundos, só uma minoria está disposta a levar isto aqui adiante. (COLONO)

.Aqui o cara tem o dinheiro para ir pra festa, pra vestir roupa boa, comprar moto, tem dinheiro pra tudo no mundo. Agora, dinheiro pra pagar energia, contribuição da Associação, hora de trator, ninguém tem, todo mundo reclama. (COLONO)

.Isso aqui só se aprumava se houvesse uma CPI para botar pra fora daqui quem não quer trabalhar. (COLONO)

.Na hora que o governo privatizar o perímetro aí você vai ver quem quer trabalhar e quem não quer.(COLONO)

Estas citações só vêm a confirmar a existência de uma desconfiança enorme dos colonos para com os colegas irrigantes, demonstrando, assim, a falta de união e espírito associativista entre eles.

Muitos colonos denunciaram o fato de dirigentes da Associação beneficiarem e privilegiarem alguns colonos que estão inadimplentes com a mesma, isto em detrimento daqueles que estão em dia, devido ao fato dos mesmos (membros da associação), representantes de grupos políticos, precisarem do voto destes colonos em disputas políticas-partidárias. Assim relatou um colono quanto a este assunto:

Se você estiver em dia com a associação e precisar do trator para

produzir o seu lote não tem direito, agora um devedor, um que não paga tem esse direito. Então tá errado assim, termina ninguém acreditando na associação.

Devemos fazer uma relação entre o que é hoje esta Associação e o período em que o DNOCS gerenciava o Perímetro, mesmo porque no início da sua existência toda a sua estrutura era determinada pelo DNOCS, até mesmo sua linha de ação e diretrizes de funcionamento. GRAZIANO DA SILVA (1989) já havia, em estudos anteriores, detectado o fato de que

Desse modo a presença ostensiva do Estado nos Perímetros inibiu não só a plena capacitação dos Irrigantes-colonos na gestão do seu lote, como a formação de entidades fortes e representativas que pudessem, de fato, romper os limites das soluções individuais dos problemas de cada um, a tratá-los coletivamente.

A desmobilização e a ausência efetiva de uma entidade de representatividade política caracteriza a forma de organização destes colonos. Mesmo porque como admite GRAZIANO DA SILVA(1989:115)

O paternalismo do poder público alcançou as próprias formas de organização dos irrigantes e resultou na artificialidade com que foram criadas e com que são mantidas essas entidades : associações ou cooperativas.

Durante o período no qual o DNOCS era o responsável direto pela administração do Perímetro, os colonos não passaram por um processo de amadurecimento e aprimoramento que fizessem com que os mesmos se preparassem para, no futuro, assumirem

os destinos desta localidade. Assim, é preciso, pois, resgatar a figura do pequeno produtor perseverante e persistente quanto a sua capacidade de reprodução. Para tanto, é preciso que

Para compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar no Brasil não basta, entretanto, desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos. Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende freqüentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares. (WANDERLEY:1995;40)

A partir desta colocação de WANDERLEY deve ser dada uma certa importância aos termos resistência e perseverança, quanto à aplicabilidade das mesmas ao conjunto dos colonos, considerando que muitos não se adaptaram às exigências de uma agricultura irrigada, apresentando muitas vezes negligência e má conservação dos equipamentos.

A experiência com o processo de emancipação é um verdadeiro malogro. Advertimos que esta primeira fase de emancipação, que os técnicos e colonos chamam de semi-emancipação ou fase de transição, nada mais seria do que uma fase de co-gestão, em que, através da assinatura de um convênio o DNOCS transferiria à associação dos colonos a administração, operação, manutenção e apoio à produção agrícola do projeto, bem como concederia, em uso, os bens inerentes à execução desses serviços atividades, com vista à emancipação do projeto.

Portanto, seria esta uma fase transitória e de preparação, onde os colonos assumiriam, através da associação, algumas responsabilidades e atribuições, com o propósito de, no futuro, arcar com a operacionalização e manutenção do projeto.

Interessante se faz percebermos que, para assumirem tais responsabilidades seria preciso que os colonos paulatinamente viessem exercitando a prática administrativa, incorporando, aos poucos, uma mentalidade de gerenciamento coletivo, fato que evidentemente não ocorreu.

Foi dentro dos pressupostos da Reforma Administrativa posta em prática pelo governo Fernando Collor e, por que não dizer, dos marcos de um modelo neoliberal, que foi pensado o processo emancipatório deste perímetro, modelo este predatório, de retirada por completo das ações desenvolvidas pelo Estado, sem contudo apresentar garantias para tal empreitada.

O processo emancipatório processou-se de forma brusca e radical, pegando os colonos de surpresa, representando muito mais uma transição para autogestão do que para co-gestão, mesmo porque muitas das atribuições que deveriam ser de responsabilidade do DNOCS não foram cumpridas, afastando-se o órgão do desempenho de suas funções.²⁹

Tal procedimento não é compatível com as diretrizes oficiais, pois, constatamos, através de documentos oficiais, preparados no âmbito do PROINE, que a emancipação ³⁰ “deve ser entendida como um processo particular na gestão dos perímetros, permitindo estimular o auto desenvolvimento dos irrigantes. A emancipação, portanto, não é um fato ‘repentino’ e isolado que possa mudar da noite para o dia a vida dos irrigantes e a gestão do perímetro”. Acrescenta, este documento, que

Esse processo deve ser adequadamente programado, acompanhado e assessorado, dentro de parâmetros que devem ser cuidadosamente estudados pelos órgãos envolvidos, com a participação dos agricultores, que são o objetivo dos projetos.

²⁹ Verifique, em anexo, cópia do convênio de emancipação, com as diversas cláusulas que estabeleceu as atribuições de responsabilidade do DNOCS e da ACOPAF.

Não parece terem sido estes os procedimentos adotados no Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, considerando a pressa com a qual se processou tal iniciativa, resultando em um ato cuja experiência foi altamente negativa para o conjunto do projeto. Neste caso, é quase unânime, hoje, a ojeriza dos colonos para com o DNOCS, considerando, principalmente, o não atendimento aos compromissos impostos através do convênio.

Lá não houve emancipação coisa nenhuma. Na prática o convênio não funcionou porque foi implementado de cima para baixo, sem ouvir as partes interessadas. Nós mesmos dissemos, na época, que os colonos não assinassem o documento porque depois iriam se arrepender, foi o que deu. (DIRIGENTE SINDICAL)

Perguntados acerca de como os mesmos viam a participação do DNOCS no processo de emancipação, muitos responderam da seguinte forma:

.Muito ruim, devido o abandono e a falta de acompanhamento técnico e manutenção da infra-estrutura, não preparou o pessoal para a gestão autônoma. (COLONO)

.Agora ficou muito ruim pois o DNOCS afastou-se e com ele as facilidades de acesso aos técnicos, crédito e as máquinas em boas condições de uso. (COLONO)

.Regular porque faltou compromisso do DNOCS com as metas a serem alcançadas com a reestruturação do perímetro. (COLONO)

É impressionante notar como mudou o pensamento dos colonos com relação ao DNOCS. Antes o consideravam eficiente e eficaz para com os seus compromissos, hoje o

³⁰ A emancipação como meta dos Perímetros Irrigados (1988).

órgão é submetido a todo tipo de avaliação negativa.

É consenso absoluto entre as partes envolvidas, DNOCS, colonos e Associação, que o processo emancipatório fracassou. Por parte dos colonos há um acordo comum entre eles de que a Associação não tem condições financeiras e humanas para administrar o perímetro. Em conversas, os colonos, ao serem perguntados se a Associação teria condições para assumir a administração do projeto, os mesmos responderam que

.A associação não tem condições de manter o projeto, devido não possuir recursos para isso. (COLONO)

.Não há condições de arcar com as despesas de manutenção do perímetro, a associação não tem condições de manter a infraestrutura, falta recursos humanos e financeiros. (COLONO)

Do lado do DNOCS a análise não é muito diferente, pois os técnicos do órgão admitem os erros cometidos, no decorrer deste processo emancipatório,

Nós chegamos a conclusão que a realidade do perímetro irrigado de Pau dos Ferros não se assemelhava com a dos demais perímetro espalhados pelo nordeste, assim sendo, para termos uma melhor compreensão de nossa realidade, propomos a reavaliação do convênio em vigor, com vista a elaborar um outro, mais condizente com a realidade do perímetro irrigado de Pau dos Ferros. (TÉCNICO DO DNOCS)

Sem dúvida, isto representou em uma reavaliação, por parte do DNOCS, do convênio inicial, pelo fato do primeiro não ter surtido os efeitos esperados, principalmente pelo não cumprimento dos contratos estabelecidos entre a Associação e o DNOCS.

4. QUESTÕES TÉCNICAS E AGRONÔMICAS: DIFICULDADES NO USO DO SOLO E DA ÁGUA

Sem dúvida nenhuma, não poderíamos deixar de apontar questões de ordem técnica e agronômica como geradoras de problemas que, de certa forma, interferem diretamente na estrutura produtiva do Perímetro Irrigado em estudo. Talvez não sejam fatores relevantes, contudo, auxiliam nas imperfeições do sistema produtivo da localidade.

A agricultura irrigada baseia-se em fatores como : água, solo e energia. Sem eles é impossível implantar e pôr em funcionamento de forma adequada um projeto de irrigação.

No caso pesquisado, trata-se de um sistema de irrigação cuja operação e manutenção é bastante trabalhosa e onerosa, causando, com freqüência, transtornos no seu funcionamento, tanto do ponto de vista técnico, como financeiro.

Como já frisamos anteriormente, o sistema de irrigação funcionou bem nos primeiros anos, após sua implantação. A partir daí, em função da falta de um acompanhamento e manutenção regular e adequada, o sistema de irrigação vem comprometendo, significativamente, o desempenho agrícola do perímetro.

Devido a inúmeras dificuldades apresentadas quanto à manutenção, conservação e operacionalização do sistema de irrigação, muitos colonos têm encontrado dificuldades em manter seus lotes em funcionamento.

Estas dificuldades dizem respeito mais especificamente à falta de manutenção criteriosa e constante da infra-estrutura de irrigação e drenagem do perímetro, que tem ocasionado freqüentes panes no sistema, especialmente na estação central, transmitindo aos irrigantes uma terrível incerteza da disponibilidade regular de água, conforme afirmação de um colono ao garantir que lá a água aqui é muito pouca, o que chega é dividida para mil e

uma coisa. O problema é que a água quase não chega no lote, porque além de ser pouca é dividida para todo mundo.

A falta de manutenção e conservação do sistema também tem provocado, em alguns trechos da tubulação, vazamentos significativos, causando perdas de cargas importantes, reduzindo a eficiência do sistema de bombeamento.

Existem um monte de arrombamentos no decorrer de todo o canal principal, fazendo, muitas vezes, com que a água não chegue no lote. Existe até um desvio por um proprietário, aqui vizinho, que abriu um buraco na tubulação e botou uma torneira que leva água pra sua fazenda. Pior é que o DNOCS nada faz para resolver esse problema. (COLONO)

Esta denúncia formulada por vários colonos diz respeito a um desvio de água feito por um proprietário de um empreendimento agrícola próximo ao perímetro, em que passa a adutora, que arrombou a tubulação e está levando água para sua propriedade.

Para um colono entrevistado, "há uma falha na tubulação que deveria ser concertada, porque está beneficiando terras particulares. Lá, o DNOCS já chegou a fechar este buraco, depois o homem abriu de novo".

Segundo os colonos, tal desvio propicia irrigação em uma área correspondente a doze lotes dos existentes no perímetro, pior do que o desvio é o fato de que este proprietário não paga as tarifas de consumo da água e da energia, quem as paga são exatamente os colonos.

Estes entraves têm comprometido diretamente a quantidade de água destinada à irrigação que, tornando-se insuficiente prejudica o desenvolvimento das lavouras cultivadas,

reduzindo a produção e a produtividade. A consequência última de todos estes entraves se reflete, assim, como os outros fatores, na redução da renda auferida pelo grupo de irrigante.

Como já assinalado anteriormente, para por em funcionamento este sistema é preciso desprender recursos para o pagamento da tarifa de energia elétrica. Assim sendo, estas tarifas implicam em custos elevados para a produção do perímetro, pois percebe-se que, a cálculos de hoje, um colono da primeira etapa (irrigação por gravidade) pagaria, mensalmente, em torno de R\$ 120, 00 para manter seu lote em funcionamento e os colonos da segunda etapa (irrigação por aspersão) aproximadamente R\$ 220,00, ou seja o dobro do primeiro caso; isso em virtude de, nesta situação, haver a necessidade de dois bombeamentos.

Devido ao encarecimento da energia, muitos colonos estão fechando seus lotes e usando a água do canal clandestinamente, através de um sifão que translada a água do canal para o lote.³¹

Até a viabilização do convênio de emancipação, a responsabilidade pelo custo da energia elétrica consumida pelos colonos, como também pela manutenção dos equipamentos utilizados no processo de captação, era do DNOCS.

Quanto à questão agronômica, constatamos uma certa exaustão do solo pela prática contínua, ao longo dos anos, do uso indiscriminado de agrotóxico, como também pelo seu alto potencial de salinidade. Além disso é possível encontrar enormes áreas do perímetro com problemas de salinização³², sem contar que ocorrem problemas também na rede de drenagem do Perímetro.

Todos os técnicos entrevistados foram unânimes em afirmar que o projeto foi instalado em local impróprio para atividade agrícola irrigada, uma vez que os solos

³¹ Através da Lei Nº 6.662/79 (Decreto 89.496/84) ocorreu o disciplinamento do uso da água e do solo para irrigação, a partir daí passou-se a cobrar tarifas reais sobre o uso da água, visando a amortizar os investimentos públicos nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum e despesas anuais de operação e manutenção destas obras e equipamentos, considerando a capacidade de pagamento da ceda projeto, particularmente em sua fase de maturação, bem como as características de produção.

apresentam textura superficial muito fina, ou seja, são rasos, são de baixa fertilidade natural, apresentando problemas sérios de drenagem, caracterizando-se, assim, pela baixa capacidade de retenção d'água.³³

No Perímetro devido ao solo ser bastante raso torna-se impossível praticar uma irrigação adequada, não suporta umidade, a área é muito encharcada. E, mais, por causa da baixa fertilidade do solo é impossível produzir de forma satisfatória, a não ser que se introduza toneladas de adubos na área. (AGRÔNOMO)

Uma outra questão consensual entre os técnicos que, em parte, contribui para a situação crítica do Perímetro Irrigado, é o fato de que os mesmos consideram alguns colonos desqualificados para a atividade irrigada. Segundo os técnicos, estes podem até ter aptidão agrícola, mas não têm as condições específicas para desenvolver e operar um sistema de irrigação, de manejar adequadamente a interação que deve existir entre o solo, a água e as plantas.

³² Por salinidade entendemos ser o processo de concentração de sais, normalmente o cloreto de sódio, na água.

³³ É a capacidade que um solo tem de reter água em seus poros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, admitimos, pois, que não foi o objetivo deste estudo a análise geral da agricultura irrigada, constituída esta a partir da implementação de Perímetros Irrigados, entendidos estes como prenúncio do desenvolvimento das forças produtivas no meio rural nordestina, a partir do aumento da composição orgânica do capital, mas sim avaliar um caso particular e localizado, e por isto o caso analisado não deve servir como uma amostra estatisticamente representativa da política de irrigação do Nordeste. Neste caso, as conclusões não são imediatamente generalizáveis. Entretanto, é possível cotejá-las com outros estudos já conhecidos e, sobretudo, incorporar os resultados aqui obtidos à dinâmica do debate que se efetua sobre a questão.

Tal estudo comprova que a política de modernização do meio rural nordestino, via implantação de perímetros públicos de irrigação, não tem sido um processo homogêneo do espaço econômico rural e tampouco do espectro social da agricultura nordestina. Pelo contrário, esta modernização está baseada em um desenvolvimento desigual que faz com que ocorra uma intensa diferenciação de situações.

Nesse caso, não podemos aplicar ao Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros a tese segundo a qual, quando um grupo de pequenos agricultores cria e reproduz em si condições que permitem absorver alguns mecanismos que estão sendo incentivados pelas políticas governamentais, então, nessas circunstâncias, este grupo de agricultores tenderá a responder aos incentivos de mercado, participando de forma mais intensa, e, conseqüentemente, obtendo benefícios governamentais voltados para o setor agrícola.

Enfatizam-se, porém, que estes pequenos produtores vão de encontro às políticas agrícolas da modernização.³⁴

Ao concluirmos, queremos, pois, identificar de forma clara este colono da irrigação, morador do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, qual seja, aquele produtor que, embora teoricamente seja tecnificado, que apresenta uma capacidade produtiva o suficiente para a reprodução da família, não permitiu, assim, uma acumulação de capital o suficiente para investir no processo produtivo e reproduzi-lo de forma ampliada. E mais, apresentam uma característica de transição de um produtor de incipiente capitalização para um produtor de subsistência, traduzido pela baixa produção e produtividade, ausência de qualquer renda monetária, pelo endividamento, num processo de descendência econômica e social.

A lógica de organização destes produtores caracteriza-se pela ausência de participação, indiferença, descaso, inibição para com os problemas enfrentados pela comunidade, não apresentando uma mentalidade satisfatória que os empurre na busca da superação dos seus problemas.

Estes são poucos ou nada integrados aos mercados, ficando bastante longe dos objetivos para eles inicialmente traçados, com níveis insignificantes de investimentos e capitalização.

Logo, o Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros encontra-se longe dos propósitos modernizantes da agricultura nordestina, representado em sua ineficácia; longe, portanto, de alcançar a meta original de transformar os colonos-irrigantes em pequenos empresários rurais.

Do ponto de vista das relações sociais de produção, o colono trabalha a terra basicamente com sua família, ajudado, eventualmente, por diaristas, sobretudo na colheita.

³⁴ Veja a esse respeito o excelente trabalho desenvolvido por PEIXOTO; CHALOUT; e FIGUEIREDO (1977).

As transformações ocorridas na localidade com a introdução da irrigação, e posteriormente, com as mudanças nas formas de produzir, de comercializar e de relações com agroindústrias e com os bancos não resultaram, entre os colonos, como se esperava, na generalização de uma pequena burguesia rural.

Neste sentido, o gerenciamento dos fatores produtivos, a busca de melhores canais de comercialização, a formação profissional e a disponibilidade de capitais serão fatores importantes na determinação do resultados econômico no final do sistema.

Procuramos configurar a situação de debilidade econômica dos colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, expressa em seu diminuto capital e em sua mais vulnerável inserção no mercado, onde o poder selvagem do capital comercial predomina. Mas sua fraqueza também é notável no caráter retardatário de sua produção, que ainda repousa sobre um processo produtivo que não tem dado resposta aos incentivos governamentais que para lá foram dirigidos.

Se, através desta pesquisa, foi possível identificar e caracterizar este produtor, não temos a pretensão de visualizar uma saída plausível para os mesmos. Esta é uma questão complicada. Contudo, podemos encontrar, no decorrer do trabalho, algumas sugestões apresentadas por técnicos e especialistas, quanto a tornar viável este projeto.

De fato, considerando todas as dificuldades apresentadas acima, sejam elas do ponto de vista de endividamento, produtivas, comerciais, organizacionais e operacionais do sistema, constatamos que a saída para o colono tem sido trabalhar uma agricultura de sequeiro, denominada área morta, cuja prática se realiza sem a utilização de insumos modernos e sem orientação técnica, sendo a subsistência do grupo doméstico o seu destino imediato

O retorno a uma agricultura tradicional e rotineira no interior do Perímetro significa, antes de tudo, a sujeição e atrelamento do colono a um sistema que tem provocado

a sua descapitalização, uma vez que não lhe oferece condições de obter rendas o suficiente para obter insumos modernos, não lhe proporciona condições de recuperação do sistema de irrigação

Não tenhamos dúvida, de que, caso persistam as atuais estruturas produtivas e o perfil do uso do solo e da água no Perímetro Irrigado, a grande tendência será a transformação desta unidade. Para quê, ainda não sabemos, porém é possível fazer projeções, não muito seguras, de possível “privatização”³⁵ do mesmo, após uma ampla recuperação de sua estrutura física.

É importante deixar claro que não pretendemos aqui fazer qualquer analogia quanto a este processo de assentamento, via Perímetros Irrigados, com os assentamentos de Reforma Agrária, porque sabemos perceber muito bem as suas diferenciações, principalmente quanto a sua concepção, público beneficiado, etc.

Contudo, haveremos de afirmar que esta realidade não se constitui numa instância impeditiva ao processo de luta pela Reforma Agrária, sabemos do que são capazes os seus opositores, quanto à tentativa de inviabilizar qualquer possibilidade de conquista da terra.

Não foi nosso objetivo, neste trabalho, desenvolver estudos que viessem identificar os impactos da implantação do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros sobre sua área de influência. Como um dos objetivos da política de irrigação é estender os benefícios da irrigação para fora dos perímetros irrigados há de se fazer uma indagação, “é possível espalhar os resultados do perímetro em questão para a sua área de abrangência” ? A resposta pode vir de imediato, mas que resultados !

³⁵ Para Graziano da Silva (1989), evidencia-se, assim, o sentido da política de emancipação do poder público que, através da delegação de atribuições, formal ou informalmente, trata como sinônimos “emancipação” e “privatização”.

Devido às precariedades encontradas hoje no Perímetro, é possível promover estudos no sentido de analisar as possíveis implicações da exaustão do Perímetro sobre a sua área de influência, ou seja, implicações quanto ao êxodo rural (destino dos colonos e de sua famílias), a estrutura fundiária, a repercussão desta crise sobre a comunidade.

ANEXOS

1. FICHA CADASTRAL DO PERÍMETRO IRRIGADO DE PAU DOS FERROS
2. PROPOSTA PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DA 3ª D.R.
3. CONVÊNIO DNOCS / ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS
4. DOCUMENTO / CORRESPONDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS AO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DA AMAZÔNIA LEGAL
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Diretoria de Irrigação

141

FICHA CADASTRAL DOS PERÍMETROS IRRIGADOS

NOME: PERÍMETRO IRRIGADO PAU DOS FERROS.

- 1º DISTRITO DE ENGENHARIA RURAL
- INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO: 1.973.
- INÍCIO DA OPERAÇÃO: 1.980.
- TÉRMINO DA IMPLANTAÇÃO: -

LOCALIZAÇÃO: PAU DOS FERROS - RN

- LATITUDE SUL: 00° 00'
- LONGITUDE OESTE: 00° 00'
- ALTITUDE: 000000 m
- BACIA HIDROGRÁFICA: RIO APODI
- VALE: RIO APODI
- DISTÂNCIA DA CAPITAL:
- COMPLEXO VIÁRIO:

CLIMA: TIPO Bsw`h, SEMI-ÁRIDO

- ESTAÇÃO CHUVOSA:
- PLUVIOMETRIA MÉDIA ANUAL (mm): 700.
- TEMPERATURA MÉDIA ANUAL (°C): 27.
- EVAPORAÇÃO: mm

- SOLOS:

- OCUPAÇÃO DE ÁREAS:

- SUPERFÍCIE DESAPROPRIADA (ha): 2.265,03.
- SUPERFÍCIE REGULARIZADA (ha): 2.165,08.
- SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL (ha): 657.
- ÁREA DE SEQUEIRO TOTAL (ha): 1.608.
- SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA BRUTA (ha): 707.
- SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA AGRÍCOLA ÚTIL (ha): 587.
- SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA AGRÍCOLA ÚTIL EM OPERAÇÃO (ha): 3
- SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA SEM OPERAR (ha): 207.
- SUPERFÍCIE IRRIGADA CENTRO TÉCNICO (ha): -
- SUPERFÍCIE DE SEQUEIRO EM OPERAÇÃO (ha): 450.
- SUPERFÍCIE COM BENFEITORIAS E LOTES HABITACIONAIS (ha): 6,08.
- NÚMERO DE LOTES IRRIGADOS IMPLANTADOS: 75.
- NÚMERO DE LOTES IMPLANTADOS OCUPADOS: 75.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DA AMAZÔNIA LEGAL
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Diretoria de Irrigação

142

FICHA CADASTRAL DOS PERÍMETROS IRRIGADOS

NOME: PERÍMETRO IRRIGADO PAU DOS FERROS.

- 1º DISTRITO DE ENGENHARIA RURAL
- INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO: 1.973.
- INÍCIO DA OPERAÇÃO: 1.980.
- TÉRMINO DA IMPLANTAÇÃO: -

LOCALIZAÇÃO: PAU DOS FERROS - RN

- LATITUDE SUL: 00° 00'
 - LONGITUDE OESTE: 00° 00'
 - ALTITUDE: 000000 m
 - BACIA HIDROGRÁFICA: RIO APODI
 - VALE: RIO APODI
 - DISTÂNCIA DA CAPITAL:
 - COMPLEXO VIÁRIO:
- CLIMA: TIPO Bsw`h, SEMI-ÁRIDO
- ESTAÇÃO CHUVOSA:
 - PLUVIOMETRIA MÉDIA ANUAL (mm) : 700.
 - TEMPERATURA MÉDIA ANUAL (°C) : 27.
 - EVAPORAÇÃO: mm
- SOLOS:
- OCUPAÇÃO DE ÁREAS:
- SUPERFÍCIE DESAPROPRIADA (ha) : 2.265,03.
 - SUPERFÍCIE REGULARIZADA (ha) : 2.165,08.
 - SUPERFÍCIE IRRIGÁVEL (ha) : 657.
 - ÁREA DE SEQUEIRO TOTAL (ha) : 1.608.
 - SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA BRUTA (ha) : 707.
 - SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA AGRÍCOLA ÚTIL (ha) : 587.
 - SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA AGRÍCOLA ÚTIL EM OPERAÇÃO (ha) : 3
 - SUPERFÍCIE IRRIGADA IMPLANTADA SEM OPERAR (ha) : 207.
 - SUPERFÍCIE IRRIGADA CENTRO TÉCNICO (ha) : -
 - SUPERFÍCIE DE SEQUEIRO EM OPERAÇÃO (ha) : 450.
 - SUPERFÍCIE COM BENFEITORIAS E LOTES HABITACIONAIS (ha) : 6,08.
 - NÚMERO DE LOTES IRRIGADOS IMPLANTADOS: 75.
 - NÚMERO DE LOTES IMPLANTADOS OCUPADOS: 75.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DA AMAZÔNIA LEGAL
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Diretoria de Irrigação

- NUMERO DE LOTES DESOCUPADOS:-

- INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO:
 - FONTE HÍDRICA: AÇUDE 25 DE MARÇO

- IRRIGAÇÃO:
 - SISTEMA DE IRRIGAÇÃO: ASPERSÃO E GRAVIDADE
 - CANAIS PRINCIPAIS (km) : 9,0
 - CANAIS SECUNDÁRIOS (km) : 5,7.
 - CANAIS OUTROS (km) : ADUTORA PRINCIPAL: 2,7.

- DRENAGEM:
 - DRENOS PRINCIPAIS (km) : 6,2.
 - DRENOS SECUNDÁRIOS (km) : 3,0.

- REDE VIÁRIA:
 - ESTRADAS PRINCIPAIS (km) : 8,6.
 - ESTRADAS SECUNDÁRIAS (km) : 12,5.

- DIQUE DE PROTEÇÃO (km) :

- ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO:
 - NÚMERO: 02
 - POTÊNCIA INSTALADA: 2.000 KVA.

- PRINCIPAIS CULTURAS:

- SETORES RESIDENCIAIS, DE APOIO E ADMINISTRATIVO:
 - CASAS DE TÉCNICOS
 - a) NÚMERO DE PRÉDIOS:-
 - b) ÁREA COBERTA (ESTIMADA MÉDIA) :-

 - CASAS DE FUNCIONÁRIOS
 - a) NÚMERO DE PRÉDIOS: 01
 - b) ÁREA COBERTA (ESTIMADA MÉDIA) : 155m².

 - CASAS DE COLONOS
 - a) NÚMERO DE PRÉDIOS: 76.
 - b) ÁREA COBERTA (ESTIMADA MÉDIA) : 44,6m².

- d) unificação da escritura das terras desapropriadas , desmembramento e registro dos lotes para devida transferência aos irrigantes;
- e) alocação de recursos necessários à efetivação das indenizações pendentes, inclusive despesas com cartório e atividades meios (diárias);
- f) conferência e apostilamento, quando necessário, dos contratos individuais de lotes;
- g) fornecimento à organização de irrigante de cópia da documentação referente à titulação.

III - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM E SUA MANUTENÇÃO.

3.1 - OBJETIVO:

Colocar e manter toda infra-estrutura de Irrigação de uso comum, em condições de uso e operacionalidade.

3.2 - ATIVIDADES:

1ª ETAPA - PLANEJAMENTO

- a) Levantamento "in loco" dos quantitativos dos serviços necessários para recuperação de cada perímetro;
- b) valorar aqueles quantitativos a fim de se obter o total de recursos necessários para a recuperação de cada perímetro;
- c) programar os serviços a serem executados a fim de se obter um cronograma de desembolso para a recuperação de cada perímetro;
- d) verificar os recursos disponíveis a fim de se estabelecer prioridades caso aqueles recursos sejam insuficientes;

PRONI - DNOCS

3ª D.R.

145

PROPOSTA PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE
PERÍMETROS DA 3ª D.R.

RECIFE, NOV./88

- c) analisar a possibilidade de se transferir parte dos recursos da recuperação para a organização de irrigantes gerir a sua aplicação.

2ª ETAPA - EXECUÇÃO

a) Trabalhos de recuperação gerenciados pelos irrigantes.

- . A Divisão de obras encaminhará à organização de irrigantes os levantamentos dos serviços apurados na 1ª etapa, para execução dos trabalhos sob orientação técnica e fiscalização do DNOCS.

b) Trabalhos de recuperação gerenciados pelo DNOCS

- . realização da licitação dos serviços a serem executados e adjudicação às firmas vencedoras;
- . execução dos trabalhos pela contratadas e acompanhadas pela fiscalização a ser designada por cada Diretoria Regional;
- . entrega das infra-estruturas de irrigação recuperadas para operação por parte da organização dos irrigantes.

I - CONFERÊNCIA E TRANSFERÊNCIA DOS BENS RELACIONADOS PELA ORGANIZAÇÃO DE IRRIGANTES NOS ANEXOS I e II ¹⁴⁷

1.1 - OBJETIVO:

transferir para Organização dos Irrigantes, dentro das normas vigentes no DNOCS, os bens patrimoniais constantes nos ANEXOS I e II do Contrato de Concessão de Uso.

1.2 - ATIVIDADES:

- a) deslocar pessoal do setor de Patrimônio da Diretoria Regional ao Perímetro Irrigado para proceder e/ou orientar a transferência dos bens constantes no Contrato de Concessão de Uso, identificando o estado de conservação dos mesmos;
- b) proceder eventuais baixas dos bens referidos, quando solicitado pela Concessionária.

II - REGULARIZAÇÃO DA TITULAÇÃO FUNDIÁRIA.

2.1 - OBJETIVO:

Regularizar os aspectos de posse da terra no Perímetro.

2.2 - ATIVIDADES:

- a) Preparação dos elementos técnicos (planta, memoriais descritivos, justificativa do Decreto) necessários à renovação dos Decretos Expropriatórios (3DR/E);
- b) atualização dos laudos de Avaliação pela Comissão de Avaliação;
- c) preparação pelo Setor Técnico das plantas e memoriais descritivos das áreas efetivamente pagas;

IV - OPERAÇÃO DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO.

4.1 - OBJETIVO:

implantar as atividades de administração e operação do sistema hidráulico, procurando otimizar o uso dos fatores do "projeto" e dos fatores de "produção".

4.2 - ATIVIDADES:

- a) organizar um regulamento que determine normas específicas para operação do Perímetro Irrigado;
- b) planejar a irrigação do Perímetro com conhecimento da quantidade de água disponível e do plano de cultivo;
- c) estabelecer os pontos de controle e de um eficiente sistema de medição de água;
- d) capacitar a equipe de operação e usuários, através de treinamentos em serviço;
- e) estabelecer uma sistemática de cobrança de tarifa d'água;
- f) implantar um sistema de avaliação de resultados.

V - ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA.

5.1 - OBJETIVO:

criar condições para que os irrigantes através de sua organização assumam as atividades de exploração do Perímetro, no que se refere ao planejamento agro-pecuário e sua execução, com destaque para a melhoria da produção, aumento da produtividade e diversificação de culturas.

5.2 - ATIVIDADES:

- a) propor a simplificação do plano de Exploração a fim de tornar viável sua elaboração pelos próprios irrigantes através de sua organização ;

- b) elaborar conjuntamente com os irrigantes o Plano de Explotação propriamente dito;¹⁴⁹
- c) assessorar a execução do Plano de Explotação quando solicitado pela Concessionária (Cooperativa ou Associação);
- d) estimular a diversificação da pauta produtiva e obtenção de melhores níveis de produtividade, atentado inclusive para:
- uso e difusão de novas tecnologias
 - introdução de novas culturas e/ou variedades
 - uso adequado de insumos
 - estudo de ^{MÉTODOS} ~~metodos~~ alternativos aproveitando a sazonalidade dos produtos agrícolas.
 - outros;
- e) manter, de acordo com a Concessionária, a remessa sistemática de informações (relatórios) de interesse do DNOCS, tais como:
- área de produção
 - área de operação
 - nº de irrigantes assentados
 - rebanho pecuário
 - produção e produtividade.

VI - ASSESSORAMENTO GERENCIAL E À ORGANIZAÇÃO DE IRRIGANTES

6.1 - OBJETIVOS:

- A - fortalecer à organização dos irrigantes a fim de garantir sua representatividade e legitimidade;
- B - criar condições para organização de irrigantes de trabalhar com eficiência aos níveis administrativo, econômico e financeiro.

6.2 - ATIVIDADES:

150

A -

- a1 - identificar a organização já existente na população irrigante;
- a2 - conhecer os interesses, sistemas e controle e lideranças naturais dessa organização;
- a3 - questionar os elementos da organização já existentes, no que se refere as mudanças necessárias à política de Emoncipação;
- a4 - estimular, quando for o caso, a criação de novas condutas de convivência comunitária, tais como:
 - hábito de reunir-se
 - definição e atendimento das necessidades da população de irrigantes, sempre através da discussão e esforço coletivo;
 - trabalho em grupo com objetivos específicos;
 - outros.

B -

- b1 - identificar a situação geral da empresa;
- b2 - conhecer a estrutura formal e a dinâmica informal da empresa;
- b3 - levantar pontos de estrangulamento na empresa e/ou na gerência do Perímetro quando interferirem no seu funcionamento;
- b4 - propor, quando necessário, metas alternativas a serem atingidas pela empresa;
- b5 - recomendar, baseados em informações levantadas nas atividades precedentes, ações conetivas c/ou complementares;
- b6 - capacitar pessoal eleito e contratado em suas funções específicas, visando melhor desempenho empresarial.

CONVÊNTO DNOCS/ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS

Nº PGE - 03

192

PUBLICADO DO DOU
36 de 30/02/92 FLS. 2285

CONVÊNTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS - E A ASSOCIAÇÃO DE COLONOS DE PAU DOS FERROS, VISAM TRANSFERIR A ESTÁ A ADMINISTRAÇÃO PROJETO PAU DOS FERROS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NA FORMA ABAIXO.

Aos treze (13) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e dois (1992), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, entidade Autárquica Federal criada pela Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, nº 00.043.711/0001/43, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1.700, Edifício "Arrojado Lisboa", doravante denominado simplesmente DNOCS, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Engº LUIZ GONZAGA NOGUEIRA MARQUES, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza-Ce, portador da Carteira de Identidade nº 66.108/SSP-Ce e CPF nº 000.186.863-20, na conformidade do que dispõe a alínea "q" do artigo 2º da referida Lei, a qual é aplicável pelo disposto na Resolução nº 2.308, de 25 de novembro de 1963, baixada pelo Conselho de Administração do DNOCS e a ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS, Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com estatuto registrado no Cartório competente, nº 10.699.817/0001-53, com sede no Município de Pau dos Ferros - RN, doravante denominada apenas ASSOCIAÇÃO DE PAU DOS FERROS, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUIZ ANIZIO DE SOUZA, residente e domiciliado no Município de Pau dos Ferros - RN, portador da Carteira de Identidade nº 740.612-SSP-RN e CPF nº 465.541.144.91 e por seu Secretário, Sr. ANTÔNIO ALVES DE SOUZA,





residente e domiciliado no Município de Pau dos Ferros-RN, portador da Carteira de Identidade nº 121.0905-SSP-RN e CPF nº 32.040.638-52 e tendo em vista o que consta do Processo nº 41/DG/GEP, de 30.10.91, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, resolvem celebrar o presente Convênio, regido pelas disposições do Decreto-Lei nº 2.300/86, do Decreto nº 93.872/86, e da Instrução Normativa nº 03, de 27.12.90, da Secretaria da Fazenda Nacional, mediante às cláusulas e condições seguintes:

152

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por finalidade transferir à ASSOCIAÇÃO a execução de serviços e atividades relativos a administração, operação, manutenção e apoio à produção agrícola do Projeto, bem como conceder, em uso, os bens inerentes à execução desses serviços e atividades, com vistas a emancipação do Projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

I - AO DNOCOS compete:

1. conferir à ASSOCIAÇÃO responsabilidade pela execução dos serviços e atividades relacionados no item II-1 da presente Cláusula, no âmbito de atuação deste;
2. apoiar à ASSOCIAÇÃO na execução das atividades transferidas, durante a vigência deste Convênio;
3. conceder à ASSOCIAÇÃO o uso dos bens patrimoniais já existentes no Projeto e relacionados no ANEXO I deste Convênio;



*4. estabelecer, juntamente com a ASSOCIAÇÃO e quando julgado oportuno, os limites territoriais que comporão sua área de atuação;

5. Assumir responsabilidade financeira, de acordo com as suas disponibilidades e conveniência administrativa, pelas obras de recuperação da infra-estrutura de irrigação, de uso comum, relacionadas no ANEXO II, deste Convênio.

II. - À ASSOCIAÇÃO compete:

I. executar, com proficiência, os seguintes serviços e atribuições:

a. administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação do projeto;

b. recrutamento, seleção e treinamento dos irrigantes, propondo ao DNOCS, com vistas à celebração do respectivo contrato, os nomes dos candidatos selecionados, para assentamento, bem como os daqueles que devam ser excluídos, mediante a correspondente rescisão, também da competência do DNOCS, tudo de acordo com as disposições constantes da Lei nº 6.662, de 25.06.79, e o Decreto nº 89.496, de 29.03.89, e demais disposições regulamentares pertinentes;

c. dilusão do associativismo entre os agricultores, promovendo e apoiando o seu desenvolvimento;

d. elaboração, execução, supervisão e controle de projetos aprovados pelo DNOCS, para

aproveitamento de áreas mortas e de sequeiro, para assentamento de agricultores e/ou exploração coletiva;

- e. regularização da situação de lotes abandonados, usados ou ocupados irregularmente, mediante plano previamente aprovado pelo DNOCS;
- f. elaboração, coordenação, supervisão e controle do plano de exploração agropecuária do Projeto, bem como prestação de assistência técnica aos produtores de unidade familiares;
- g. elaboração, execução e controle dos planos de irrigação e de manutenção;
- h. conservação dos bens patrimoniais da União, representados por prédios, vias de acesso, cercas, canais, veículos, máquinas implementos, etc;
- i. acompanhamento, supervisão e controle de obras ou de recuperação da infraestrutura de irrigação, incluindo, por delegação específica do DNOCS, execução e elaboração dos respectivos projetos;
- j. elaboração e execução dos planos de uso e manutenção das máquinas e equipamentos que estejam cedidos à ASSOCIAÇÃO;
- k. desenvolvimento de estudos para a fixação e reajustes das tarifas de água (K2), observadas as disposições do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984;
- m. operação de sistema eficiente de segurança

e vigilância, na área da sua atuação, visando preservar o desempenho das atividades e o patrimônio envolvido.

2. recolher dos irrigantes e demais usuários de água do Projeto as importâncias relativas a tarifa de água;
3. utilizar as receitas da parcela da tarifa de água correspondente às despesas de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação (k2), exclusivamente na execução dessas atividades, conforme Portaria nº 299, de 12.12.90, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, prestando conta dos recursos aplicados (k2);
4. repassar ao DNOCS as receitas da parcela da tarifa de água correspondente à amortização da infra-estrutura de irrigação (K1);
5. Estabelecer com o DNOCS, após identificação das necessidades globais e periódicas de suprimento de água, o fornecimento que assegure o atendimento das quantidades requeridas pelos irrigantes, previstas no plano de irrigação, e definir as condições gerais para fornecimento, distribuição e uso de água;
6. oferecer as condições necessárias ao desempenho da fiscalização por parte do DNOCS, no que se refere ao cumprimento deste Convênio, particularmente ao uso e conservação do patrimônio referido;

ASAS

2/15



7. prestar todos os serviços inerentes às suas atividades mediante remuneração adequada, visando a auto-suficiência financeira ;
8. apoiar e zelar pelo bom desempenho das atividades das entidades prestadoras dos serviços de segurança, saúde e educação, em sua área de atuação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PLANOS DE TRABALHO

As atividades deste Convênio serão detalhadas através de Plano Anual de Trabalho, a ser elaborado pela ASSOCIAÇÃO o qual deverá ser apresentado ao DNOCS, anualmente, a partir do corrente exercício, até 30 de novembro de cada ano, para o exercício seguinte, e obedecerão ao Cronograma Geral de Atividades do Anexo III.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - TERMOS ADITIVOS


Os projetos e atividades específicos que venham a requerer aporte de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO, serão planejados conjuntamente com o DNOCS e executados de acordo com planos de trabalho que consubstanciarão Termos Aditivos a este Convênio, desde que não haja mudança de objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS

Cumprido o objeto deste Convênio, os bens materiais e equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos dele provenientes poderão ser concedidos mediante contrato de concessão de uso à ASSOCIAÇÃO, vinculada a sua utilização a atividades relacionadas com os objetivos previstos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Caberá ao DNOCS acompanhar e fiscalizar, direta



ou indiretamente, todas as fases deste Convênio, cumprindo a ASSOCIAÇÃO observar as orientações que forem transmitidas e facilitar as atividades de acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

*Este Convênio poderá ser denunciado e rescindido por qualquer dos partícipes, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, especialmente na hipótese de utilização dos bens da União em finalidade diversa daquela prevista na Cláusula Primeira desta Avença.

CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO, VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

Este Convênio será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, a partir do que terá vigência até 31 de dezembro de 1996, podendo ser prorrogado ou ter suas condições modificadas mediante Termos Aditivos, dispensado de aprovação pelo Conselho de Administração do DNOCS, nos termos da Resolução nº 2.308 de 25.11.80.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal, seção judiciária do Estado onde se localiza o projeto. É por se achar assim ajustados mandaram lavrar o presente termo, que firmam perante as testemunhas abaixo assinadas.

ENGO LUTZ CONDAGA NOCIETIRA MARQUES
DIRETOR GERAL DO DNOCS

LUTZ ANTÔNIO DE SOUZA
PRESIDENTE


ANTÔNIO ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS

CRONOGRAMA GERAL DE ATIVIDADES

- 1 - Reestruturação da ASSOCIAÇÃO
 - Responsabilidade: DNOCS/ ASSOCIAÇÃO
 - Período: 1991 a 1992
 - 2 - Recuperação da infra-estrutura de uso comum do Projeto
 - Responsabilidade: DNOCS/ ASSOCIAÇÃO
 - Período: 1991 a 1992
 - 3 - Execução do que consta no item II da cláusula segunda
 - Responsabilidade: ASSOCIAÇÃO
 - Período: 1991 a 1996
 - 4 - Acompanhamento, assessoramento e fiscalização do que consta no item III da cláusula segunda
 - Responsabilidade: DNOCS
 - Período: 1991 a 1996
- 

ANEXO II

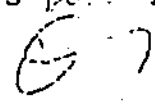
ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS FERROS

- ACOPAF -

RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO

ITEM	UNID.	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO
1.			CANAL PRINCIPAL
1.1.	m ²	3.425	Regularização de taludes (internos e externos)
1.2.	m ³	274	Demolição de placas de concreto com 8cm de espessura
1.3.	m ²	750	Aterro compactado compreendendo: escavação, carga, transporte e descarga de até 300m
1.4.	m ³	274	Construção de placas em concreto de 250kg/m ³ com brita e espessura de 8cm
1.5.	m	1.000	Juntas betuminosas
2.			CANAL ADUTOR
2.1.	m ³	185	Demolição de placas de concreto com 10cm
2.2.	m ³	1.200	Aterro compactado do canal, compreendendo: escavação, carga, descarga e transporte até 300m
2.3.	m ³ /Km	500	Transporte complementar de materiais de 1ª categoria
2.4.	m ³	185	Construção de placas de concreto de 250kg/m ³ com brita com espessura de 10cm
2.5.	m	500	Juntas betuminosas
3.			RESERVATÓRIO
3.1.	m ²	35	Regularização dos taludes do reservatório

ITEM	UNID.	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO
8.2.	Vb	Vb	Aquisição de 3 conjuntos eletro-bomba com motor elétrico IV Pol. 380V, 300CV acoplado com bomba centrifuga, eixo horizontal. Q=800m ³ /h. Hm= 67,5 mca, Ef.87%
8.3.	Vb	Vb	Sucção completa, incluindo: redução curvas 90°, tubos e válvulas de pé para os três sistemas de bombeamento.
8.4.	Vb	Vb	Ligação de pressão completa contendo registro de gaveta flangeada em ferro fundido, redução concentrica, curva e válvula de retenção flangeada para os 3 sistemas
9.			SUB-ESTAÇÃO SECUNDÁRIA
9.1.	Vb	Vb	Quadros de comando
9.2.	Vb	Vb	Aquisição de 3 conjuntos eletro-bombas com motor elétrico IV Pol. 380V 150CV, acoplados a bomba centrifuga. Q=250m ³ /h. Hm=96mca, Ef.79%
9.3.	Vb	Vb	Sucção completa em aço zincado, flangeado incluindo: redução, curvas 90°, tubos e válvulas de pé para os 3 conjuntos eletro-bombas
9.4.	Vb	Vb	Ligação de pressão completa contendo registro de gaveta flangeada em ferro fundido, redução concentrica, curvas e válvula de retenção flangeada para os 3 sistemas
10.	Vb	Vb	Compressor e componentes para funcionamento automático.



ITEM	UNID.	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	161
3.2.	ha	1	Rocagem tipo regular	
3.3.	m ³	5	Escavação, carga e transporte a 300m	
3.4.	m ³	5	Compactação manual em obras isoladas	
4.			CALHA DO COROAMENTO	
4.1.	m ³	8	Restauração da calha do coroamento	
5.			REDE VIÁRIA	
5.1.	ha	1,3	Rocagem tipo regular com retirada do material	
5.2.	m ³	500	Recomposição de aterro, compreendendo: escavação e transporte a 5Km de distância	
5.3.	m ³	500	Espalhamento e compactação do material	
5.4.	m ²	18.750	Regularização do leito das estradas	
5.5.	m ³	44	Revestimento em concreto simples de 250Kg/m ³ com brita da passagem no bico da do sangradouro - espessura de 10cm.	
6.			REDE DE DRENAGEM	
6.1.	ha	3,1	Roço e limpeza do Dreno Principal (Riacho) em toda a sua extensão	
6.2.	ha	1,5	Roço e limpeza do Dreno Secundário em toda a sua extensão	
6.3.	m ³	1.500	Escavação manual em obras isoladas em material de 1ª cat. até 3,00m de profundidade	
6.4.	m ³ /Km	1.500	Transporte complementar em mat. de 1ª cat. com utilização de basculante	
7.			CERCAS DE CONTORNO	
7.1.	m	2.400	Recuperação das cercas de contorno do Perímetro-estacas de madeira com 10 flos de arame	
8.	Vb	Vb	SUB-ESTAÇÃO	
8.1.	Vb	Vb	Quadro de cor	

ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DE PAU DOS
FERROS/RN

ACOPAF

PAU DOS FERROS/RN

1997

Infelizmente, estamos enfrentando uma grave crise financeira, que impede o desenvolvimento das nossas atividades agrícolas e agropecuárias, para tanto, solicitamos de V. Exã :

1 - O pagamento de 06 meses de energia elétrica no sistema de bombeamento no setor de capacitação principal de uso comum dos colonos;

2 - Enviar técnico da Secretaria de Agricultura ao referido Perímetro Irrigado para efetuar levantamento técnico dentro dos padrões exigidos para produção de sementes fiscalizada para atender a dem

anda do Estado.

3 - A distribuição de semente básica de feijão para o plantio irrigado de 300 hectare no mês seguinte e eventual compra pela Secretaria de Agricultura como semente fiscalizada.

4 - A continuação do pagamento das tarifas de energia elétrica do Sistema de Bombeamento Setor da Aspersão.

5 - Repassar as verbas do Convênio de Emancipação do Projeto para a Associação onde o qual está sendo administrado pelo DNOCS.

6 - Encaminhar junto aos órgãos de direito, a construção do asfalto na estrada que liga Pau dos Ferros ao Perímetro.

7 - Viabilizar junto ao BNB, melhores condições para pagamento do financiamento do FNE, tendo em vista os juros serem muito alto, tornando assim, impossível a quitação das prestações por parte do agricultor.

Ciente Sr. Secretário, da compreensão e apoio que nos foi prestado e na certeza da equiescência de V. Exã no sentido de atender ao solicitado, receba nossos protestos da mais alta e distinta consideração.

Pau dos Ferros/RN, 16 de maio de 1997.

OLAVO MONTEIRO E SILVA
- Presidente em exercício -

Sr. Secretário,

Vimos pelo presente agradecer aos préstimos pelo Perímetro Irrigado e em seguida solicitar-lhe:

A - HISTÓRICO: - O Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros/RN, tem sua estrutura composta para selecionar 75 colonos com área habitacional agrícola, irrigada e sequeira. Funcionando desde 1980, sobre tutela do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, com assentamento inicial de 44 colonos, funcionando normalmente até o ano de 1985, com as seguintes culturas: banana, feijão, algodão e fumo. Mediante o sistema do projeto por bombeamento, tivemos grandes transtornos pelas danificações e depreciação, além de todos períodos da cultura.

B - AMPLIAÇÃO DO ASSENTAMENTO - Em decorrência do ano de 1987, logo após a estação chuvosa, foi realizada a seleção dos 31 colonos pela Secretaria de Agricultura do RN, no âmbito encontramos apoio pelo governador do RN. Com este incentivo melhoramos a produtividade e os nossos rebanhos até o ano de 1992, tornando-se ao órgão de origem todo projeto foi subordinado ao convênio de emancipação do perímetro. Visto isso, nos trouxe grandes dificuldades no setor de abastecimento de água para irrigação pelas altas tarifas de energia elétrica, baixo teor de fertilidade do solo, reduzindo em alto grau a produtividade.

C - CULTURA EXPLORADA - Em vivência hereditária exploramos as culturas tradicionais de feijão irrigado, milho, arroz e feijão sequeiro.

D - SETOR AGROPECUARIO - Procuramos cada vez mais melhorar os nossos rebanhos, tendo em vista grandes dificuldades que nos atropelou pelas estiagens passadas.

E - VIABILIDADE DO PROJETO - Como nosso intuito é menosprezar o êxodo rural, somos felizes pela atuação direta de 140 famílias em média de 800 habitantes com geração de empregos e rendas.

Fomos atendidos pelo Sr. Garibaldi Alves - Governador do Estado do RN, quando no ano de 1996 estávamos com atraso de energia elétrica, reativando os nossos sistemas de bombeamento e colocando tarifas específicas para irrigação no setor de capacitação principal, passando os respectivos colonos a quitar suas tarifas de energia elétrica mensais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ACOPAF. **Diagnóstico: comunidade do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros**. Pau dos Ferros, 1992.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis, 1986.
- ALMEIDA Jr., Armando. **Relações de produção em um projeto da CODEVASF: o perímetro irrigado de Mandacaru**. Campina Grande, UFPB, 1986. Dissertação (Mestrado em Economia).
- AMIM, Samir, VERGOUPOLOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A produção do espaço Norte-Rio-Grandense**. Natal, UFRN. Ed. Universitária, 1981.
- AUED, Idaletto Malvezzi. **Nas pegadas do valor: projetos irrigados do Nordeste no movimento geral da acumulação capitalista no Brasil**. Campina Grande, UFPB, 1980. Dissertação (Mestrado em Economia).
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Ação frente à seca**. Fortaleza, 1984.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL/ETENE. **Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação**. Fortaleza, 1985.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações sobre o FNE**. Fortaleza, 1992.
- BARRETO, José Jácome. **Pau dos Ferros: história, tradição e realidade**. Natal, Editora Carlos Lima, 1987.
- BRASIL. MINTER-SUDENE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN)**. Recife, 1985.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste**. Campinas, Unicamp, 1978. Dissertação (Mestrado em Economia).
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. **Sustentação da agricultura irrigada no Nordeste**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais ...** Brasília: SOBER, 1997.
- CHALOULT, Yves. **Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste**. **Raízes**, Campina Grande, UFPB, v.3, n. 4-5, pag. 61-99, Jan.1984/Dez.1985.
- CRUZ, Dalcly da Silva. **Agricultura brasileira: terra, capital e políticas governamentais**. Natal, Cooperativa Cultural-UFRN, 1988.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1995. (Resumo do relatório Final do Projeto UTF/BRA/036 - Segunda Versão)
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo agropecuário**, Rio de Janeiro, 1998.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte**. Natal, 1995.
- GARCIA JR., Afrânio. **Sul: o caminho do roçado**. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB, MCT-CNPq,1989.
- GOMES DA SILVA, Aldenor. **A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu**. Natal, CCHLA, 1992.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), KAGEYAMA, Ângela...(et al.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: Instituto de Economia, 1989.
- _____. **Mas, qual reforma agrária ? Reforma Agrária**, Campinas, n.17, p24-8, 1987.
- _____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____, STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUEDES PINTO, Luís Carlos, FONSECA, Rinaldo Barcia (Orgs.). **Irrigação, estrutura agrária e organização dos agricultores**. Campinas: Instituto de Economia, 1989.

- KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais. In: Delgado, G. et al., org. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- LACERDA, Guilherme Narciso de. **Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: IPE-USP, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1981.
- LIMA, Vandi Mendes de. **As relações de produção no Perímetro irrigado de Pau dos Ferros**. Pau dos Ferros: URRN, 1997. Monografia (Graduação em Economia).
- LOPES, Flaubert Fernandes Torquato. **Agricultura e crise econômica - Brasil, anos 90**. Campina Grande, UFPB, 1995. Mimeo.
- LOPES, Flaubert Fernandes Torquato. **Estado e irrigação no Nordeste: o caso do perímetro irrigado de Pau dos Ferros/RN**. Campina Grande, UFPB, 1995. Mimeo.
- LORZA, Fanny Rubio. **O colono da irrigação entre autonomia camponesa e submissão ao capital industrial - Sumé, Paraíba**. Salvador, 1991.
- MALAGODI, Edgar Afonso. **Formas e limites do capitalismo agrário: uma leitura crítica de Smith, Ricardo e Marx**. São Paulo: PUC, 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).
- MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MORAIS, Francisco Cleanto de. **O mercado de trabalho em Pau dos Ferros - 1993/1996**. Pau dos Ferros: URRN, 1996. Monografia (Graduação em Economia).
- MULLER, Geraldo. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil. Revista de Economia Política**, São Paulo, v.2, n. 1(6), p47-77, ab./jun.1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- PAIVA, Adelino Baêno. **Irrigação pública: realizações, problemas e perspectivas. Dados conjunturais da agropecuária**. Brasília, n. 144, p15-30, abr. 1987.
- PAIVA, Maria Vanda de. **Mercado informal de trabalho - emprego e renda no setor informal no município de Pau dos Ferros - um estudo de caso**. Pau dos Ferros, UURN, 1993. (Monografia de Graduação).
- PROINE. **Programa de irrigação do Nordeste. Proposta básica: Síntese (1986-1990)**, Brasília, 1986.

- QUEIROZ, Cláudia Nascimento de. **O processo de construção da pequena produção (familiar) modernizada: o caso do perímetro irrigado de São Gonçalo - Pb.** Campina Grande: UFPB, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia).
- SANTOS, Robério Ferreira dos. **O crédito rural na modernização da agricultura brasileira.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 26(4):393-404, out./dez. 1988.
- SILVA, Sérgio. **Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo.** In: *Capital e Trabalho no Campo*. Jaime Pinsky (org.). São Paulo, Hucitec, 1979.
- SOARES, Luis Eduardo. **Campesinato: ideologia e política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. **Camponeses e Agroindústria.** Rio da Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUZA, Washington José de. **Os conflitos administrativos da irrigação pública no Estado do Rio Grande do Norte: algumas considerações sobre a importância do subsídio agrícola.** Anais da ANPAD. São Paulo, 1992.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo, Edusp/Hucitec, 1991.
- VILELA, Sérgio. **Águas públicas / riquezas privadas.** Campina Grande, UFPB, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Campinas: Unicamp, 1979.
- _____. **Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade.** *Ciência e Cultura*. v.29, n 5. Brasília, 1977.
- _____. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** *Reforma Agrária*. Campinas, n 2 e 3, v.25, maio-dez./95.
- WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção.** São Paulo, Hucitec, 1986.